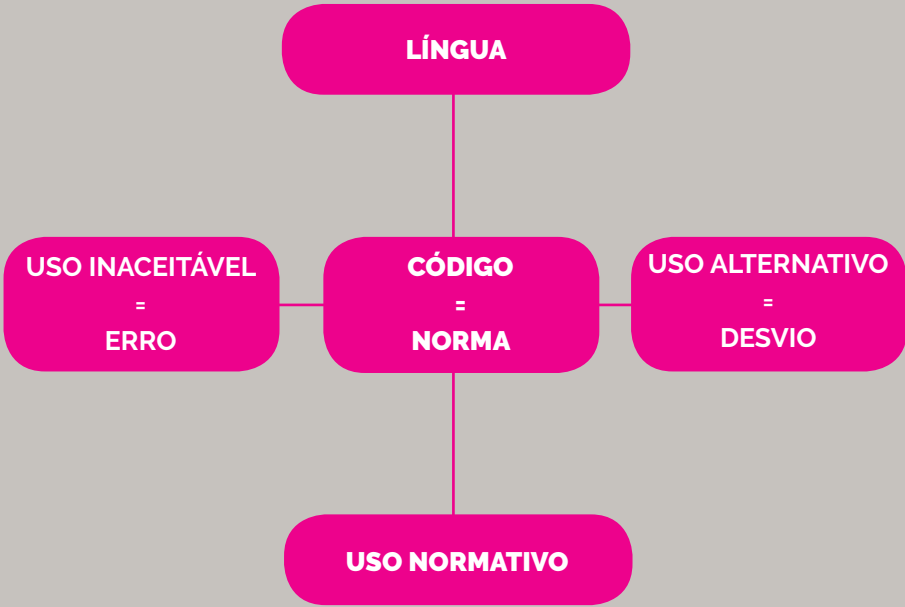


dencie um desejo expresso de se distanciar dela, mas não ao ponto de a transgredir por completo. Constitui outra possibilidade de dizer ou escrever, ou seja, de empregar os elementos que integram o código existente de uma língua. Portanto, é um uso aceitável, mesmo se não, completamente, normativo.

**ERRO:** é um uso problemático da norma porque desrespeita o que nela está estabelecido. Sucede ou por desconhecimento do código linguístico ou por confusão de partes constitutivas deste. Também se pode manifestar por uma desatenção pontual quer no registo oral, quer no registo escrito. É, então, sinónimo de, por exemplo, "gralha", "falha" ou "lapso". Não é aceitável, mas, frequentemente, por se tornar um uso recorrente na comunidade (deixando de ser individual e sendo repetido por um número considerável de falantes), pode vir a integrar a norma, acabando por se fixar nela.



5livros.pt

ERRO OU DESVIO?



HELENA REBELO

HELENA REBELO  
.....

# ERRO OU DESVIO?

## Usos linguísticos na escrita da Língua Portuguesa

CRÓNICAS LINGUÍSTICAS (2012-2013)



5livros.pt

**NORMA:** corresponde ao código linguístico de uma comunidade de falantes, fixado em gramáticas, dicionários, prontuários, entre outros suportes. Trata-se de um conjunto de signos e sinais convencionais, com orientações e princípios definidos. Permite a convivência dos membros da comunidade porque possibilita a comunicação entre todos, servindo de ponto de referência para a intercompreensão. É a partir da norma que se identificam os usos certos ou errados. Recebe, além de outras designações, as de "norma padrão" e "variedade padrão".

**USO:** é uma manifestação individual do código linguístico. Representa a maneira como os falantes empregam, na oralidade e, também, na escrita, os elementos pré-estabelecidos na norma.

**DESVIO:** consiste num uso linguístico alternativo que, por isso, não segue integralmente a norma, pretendendo contorná-la. Releva um conhecimento profundo desta, embora evi-

(Continua na próxima badana)

HELENA REBELO

.....

# ERRO OU DESVIO?

---

Usos linguísticos na escrita  
da Língua Portuguesa

---

CRÓNICAS LINGUÍSTICAS (2012-2013)

---



HELENA REBELO  
.....

# ERRO OU DESVIO?

---

Usos linguísticos na escrita  
da Língua Portuguesa

---

CRÓNICAS LINGUÍSTICAS (2012-2013)

---



5livros.pt

**TÍTULO:** Erro ou Desvio?

Usos Linguísticos na escrita da Língua Portuguesa  
Crónicas Linguísticas (2012-2013)

**AUTOR:** Helena Rebelo

**PRODUÇÃO GRÁFICA:** 5livros.pt/Mário Brito Publicações

**IMPRESSÃO:** Liberis – *Prit on demand*

**1.ª EDIÇÃO:** Novembro de 2017

**ISBN:** 978-989-98618-3-1

**DEPÓSITO LEGAL:** 433978/17

**TIRAGEM:** 100 exemplares

© *Helena Rebelo, 2017, Todos os direitos reservados*

Publicação com o apoio do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas,  
financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia sob a referência UID/  
ELT/4188/2016

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

universidade de aveiro  **cllc** centro de línguas, literaturas e culturas

Para o Amadeu, a Alice, a Goreti, a Regina, o Germano e o Eduardo,  
com eles, cresci e aprendi a minha língua, antes de outros me  
ensinarem



# ÍNDICE

NOTA BIOGRÁFICA .....	11
NOTA INTRODUTÓRIA .....	13
01. "fazem a dissecação (...) e deixam (...) fazê-lo" fazem a dissecação (...) e deixam (...) fazê-la .....	15
02. "até ao último dia" até o último dia .....	17
03. "Um familiar telefonou-a" Um familiar telefonou-lhe .....	19
04. "Dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição." Faleceu dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição. ....	21
05. "o seu pai" o pai [dele] .....	23
06. "afim de suprir as necessidades" a fim de suprir as necessidades .....	25
07. "valores recorde" valores recordes .....	27
08. "usado em migas, bacalhau ou sopa" usado em migas, com bacalhau ou na sopa .....	30
09. "este evento teve uma grande aderência" este evento teve uma grande adesão .....	32
10. "obter maior aproveitamento de terrenos baldios" obter aproveitamento de terrenos baldios .....	34
11. "Os portugueses são demasiado preocupados" Os portugueses estão demasiado preocupados .....	36
12. "Prefiro que me chamem Álvaro em vez de ministro" Prefiro que me tratem por Álvaro em vez de ministro. ....	38
13. "Queda de 1,6% ao nível do emprego" Queda de 1,6% a nível de emprego .....	40
14. "conferem o tom alaranjado" conferem-lhe o tom alaranjado .....	42



15. "O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada um"	
O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada uma .....	44
16. "a construção do Muro da Esperança, no qual participam"	
a construção do Muro da Esperança, na qual participam .....	46
17. "cerca de 90% da população usa tétum"	
cerca de 90% da população usam o tétum.....	48
18. "Uma iniciativa, em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam, sem gastar um cêntimo."	
É uma iniciativa em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam sem gastar um cêntimo. ....	50
19. "habitam organizadamente e silenciosamente"	
habitam organizada e silenciosamente .....	52
20. "são necessários muito mais votos"	
são necessários muitos mais votos .....	54
21. "ajuda a explicar porque é que a Suécia"	
ajuda a explicar por que razão a Suécia .....	56
22. "tem ganho cada vez mais fãs"	
tem ganhado cada vez mais fãs .....	58
23. "nas discotecas e bares o número é menor"	
Para as discotecas e os bares, o número é menor. ....	60
24. "destruída"	
destruída.....	62
25. "Penso que com a idade se vai refinar. Ou seja, vai fixar-se mais"	
Penso que, com a idade, se vai refinar, ou seja, vai fixar-se mais .....	64
26. "O arquipélago da Madeira"	
O Arquipélago da Madeira .....	66
27. "do megapiquenique"	
do «megapiquenique» .....	68
28. "Tempera-se os bifes"	
Temperam-se os bifes/ Tempere os bifes/ Temperar os bifes .....	70
29. "Seis pesadelos que o impedem de dormir"	
Seis pesadelos que impedem de dormir .....	72
30. "a capacidade de ter dúvidas e medo de errar era exclusivamente humana"	
a capacidade de ter dúvidas e o medo de errar eram exclusivamente humanos .....	74
31. "é necessário uma mobilização"	
é necessária uma mobilização .....	76
32. ", nos próximos 20 dias teremos"	
, nos próximos 20 dias, teremos .....	78

33. "singalesa"	
cingalesa	80
34. "Devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão." Em parte, devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão.	82
35. "um dos erros mais frequentemente cometido é" um dos erros mais frequentemente cometidos é	84
36. "Só que, grande parte dos jornalistas, (...) empregam (...) sem saberem" Só que grande parte dos jornalistas (...) emprega (...) sem saber	86
37. "enquanto que o Dão" enquanto o Dão	88
38. "arrefecer imediatamente a queimadura com água fria prolongada" arrefecer, imediata e prolongadamente, a queimadura com água fria	90
39. "com o que a vida nos trás" com o que a vida nos traz	92
40. "fez novas buscas onde foram encontrados restos mortais" fez novas buscas durante as quais foram encontrados restos mortais	94
41. "vamos lá a ver o seu certificado" vamos lá ver o seu certificado	96
42. "Traga as suas pequenas feras para conhecer as nossas." Traga as suas pequenas feras para conhecerem as nossas.	98
43. "Voltei (...) e conclui as três cadeiras" Voltei (...) e concluí as três cadeiras	100
44. "Vai estudar Relvas" Vai estudar, Relvas! / Vai estudar, RELVAS!	102
45. "A faca 100% made in Portugal, com design do sueco (...) " A faca feita em Portugal, com "design" do sueco (...)	104
46. "acreditam que a realidade nacional não é muito diferente" acreditam que a realidade nacional não seja muito diferente	106
47. "tinha (...) mais uma em Pequim, onde ficava na China" tinha (...) mais uma em Pequim, para quando ficava na China	108
48. "Estamos melhores ou piores?" Estamos melhor ou pior?	110
49. "para impedi-los" para os impedir	112
50. "sabe disso" sabe isso	114
51. "comunmente" comummente	116

52. "apenas se tinham realizado cinco comboios Intercidades"	
apenas tinham circulado cinco intercidades	118
53. "proibido entrada de animais"	
Proibida a entrada de animais!	120
54. "estivesse estado"	
tivesse estado	123
55. "teem"	
têm	125
56. "erros ortográficos"	
erros gráficos	127
57. "As flores e frutos"	
As flores e os frutos	129
58. " T Todo"	
Todo	131
59. "os sacrifícios (...) fazemo-lo"	
os sacrifícios (...) fazemo-los	133
60. "é um dos locais a ir"	
é um dos locais aonde ir	135
61. "diariamente"	
diariamente	137
62. "esta aldeia fica lutada"	
esta aldeia fica lotada	139
63. "termo açoreano"	
termo açoriano	141
64. "que, para além de trabalhar no IPO, preside ao conselho"	
que, além de trabalhar no IPO, preside ao conselho	144
65. "continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que não interessa"	
continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que interessa	147
66. "Um murro dado à mãe, provoca nos filhos medo e vergonha."	
Um murro dado à mãe provoca, nos filhos, medo e vergonha.	149
67. "Talvez que fôssemos demasiado jovens"	
Talvez fôssemos demasiado jovens.	151
68. "lápís de côr vermelho"	
lápís vermelho	153
69. "tenha ganho"	
tenha ganhado	155
70. "Talvez fosse a Madeira ou o Porto Santo?"	
Seria a Madeira ou o Porto Santo?	157
71. "O Sol ninguém nos tira"	
O sol, ninguém no-lo tira!	159

## NOTA BIOGRÁFICA

Desde 1998, Helena Rebelo é docente na Universidade da Madeira, sendo licenciada (1990) e mestre (1997) pela Universidade de Coimbra. Realizou uma qualificação em Ciências da Educação na Universidade Aberta (1999). Doutorou-se em Linguística Portuguesa (2005), na Universidade da Madeira, e desenvolveu, na Universidade de Aveiro, um pós-doutoramento (2011), no âmbito do Altas Multimédia Prosódico do Espaço Românico (AMPER).

Dedica-se aos Estudos Linguísticos, investigando matérias relacionadas, sobretudo, com a Linguagem Verbal, a Variação Linguística, a Língua Portuguesa e o Património Linguístico, em particular o marcadamente madeirense, já que reside, há muito, no Funchal. Tem participado em vários encontros científicos. Os seus trabalhos estão publicados a nível regional, nacional e internacional. Durante vários anos, foi cronista em diversas publicações, continuando a colaborar na revista *Et Al* da AAUMA (Associação Académica da Universidade da Madeira).

Está ligada a algumas associações, nomeadamente à ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS. Faz parte da equipa de dois centros de investigação: CENTRO DE LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS da Universidade de Aveiro e do CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS da Universidade da Madeira.



## NOTA INTRODUTÓRIA

O apreço pela língua materna intensifica-se à medida que se compreende como é formada e como funciona. Os falantes nativos partem do princípio que a conhecem porque a usam diariamente, mas a realidade salta à vista de quem lê jornais, revistas e outras publicações com uma visão crítica. Há um desconhecimento generalizado da sua gramática e o conjunto de crónicas, qualificadas como “linguísticas”, que se segue pretende ser uma prova disso mesmo. Contudo, o que se deseja não é tanto revelar as falhas – os abusos por que passa. Isso seria muito pouco. Sublinhar os erros é, por si, negativo. Pensar sobre eles é positivo porque muitos são já usos linguísticos desviantes que permitem desvendar pormenores que fazem toda a diferença, em situação de comunicação.

Almeja-se fomentar a reflexão sobre a própria língua, sem dar conta, à partida, do processo linguístico, já que se parte de uma diversidade de textos publicados, essencialmente, nos meios de comunicação social, e de temáticas ligadas ao quotidiano, como é exigido à crónica. A vida diária, nas suas diversas facetas (política, desporto, educação, alimentação, economia, etc.), é uma desculpa para se pensar em detalhes linguísticos e gramaticais que se vão vendo escritos e se ouvem com regularidade. Como se diz/ escreve? Como se deveria dizer/ escrever? Porquê?

Os usos linguísticos destas crónicas são a base original do livro *PROBLEMAS DE PORTUGUÊS COM SOLUÇÕES*, editado pela Imprensa Académica da Associação Académica da Universidade da Madeira, e de que se conservou, aí, unicamente o problema linguístico e a sua possível solução. Aqui, pontualmente revista, figura a totalidade textual, por ordem de publicação, num semanário, nos anos de 2012 e 2013. Apesar de os textos estarem cronologicamente datados, as temáticas abordadas e os usos linguísticos questionados ultrapassam essas marcas temporais porque se verifica que vão, de certo modo, criando raízes e perduram no tempo, continuando, alguns deles, a ser registados. Crê-se que este livro é, assim, uma excelente oportunidade para começar (ou intensificar) a reflexão sobre desempenhos linguísticos generalizados, mas também ocasionais, de terceiros, a fim de aperfeiçoar o próprio domínio da Língua Portuguesa.

Boa leitura! Boa reflexão linguística!

Helena Rebelo



01. "fazem a dissecação (...) e deixam (...) fazê-lo"

### **fazem a dissecação (...) e deixam (...) fazê-la**

No último dia de 2011, ao conversar com um jovem de dezasseis anos que deseja muito ser médico, lembrei-me de um conto de Eça de Queirós. Um estudante universitário de Medicina descobriu que o corpo pronto a ser dissecado, em aula, era o da rapariga amada. Profundamente afectado, saiu a correr e nunca mais quis saber do curso. A cena ficou-me gravada na memória, desde a leitura, há já muitos anos. Naquela conversa, recordei também Leonardo da Vinci, que, segundo parece, usava cadáveres para desenhar com exactidão o corpo humano. Tentei revelar a crua realidade de quem tem de lidar com os corpos de mortos, como no quadro de Rembrandt intitulado *A Lição de Anatomia do Dr. Tulp*. O contraste das posições e das cores impera numa clara oposição entre, por um lado, um corpo branco, inanimado, deitado, e, por outro, vários homens revestidos de negro, verticais ou inclinados, a observá-lo como abutres. Porém, os exemplos facultados não demoveram quem está acostumado a ver, nas televisões, um número considerável de séries em ambiente hospitalar ou policial. Aí, os cadáveres não têm nome, nem são pessoas. É como se a morte deixasse de impressionar pela rotina da convivência televisiva e pelos elevados números de vítimas mortais em cataclismos naturais.

Ao folhear algumas páginas de jornal do meu arquivo de recortes, encontrei uma notícia sobre o número reduzido de doações de corpos às Faculdades de Medicina nacionais (ver *Diário de Notícias*, 04-11-2008, p. 12, "Há cada vez mais pessoas arrependidas de doar corpo"). Tomar a decisão, em vida, de doar o corpo, depois da morte, para desenvolver o ensino da Medicina, nomeadamente da Anatomia, é um gesto profundamente altruísta. Ainda bem que há quem consiga encarar a morte de frente sem se deixar afectar! Aquando da leitura, o título "Estudantes aprendem a lidar com a morte e sobre anatomia; cirurgiões treinam actos" causa alguma estranheza, nomeadamente o segmento "e sobre anatomia". Sintacticamente, parece haver uma falha. Observo mais detalhadamente o breve texto que surge destacado com esse título para o dissecar. Eu prefiro recortar textos a cadáveres.

Qual o sentido do negrito em "**Jorge Costa Santos**, [vírgula problemática] **do Instituto de Medicina Legal** acresce que"? Porquê o demonstrativo "estes" se não há referente para se compreender quais são? Qual a utilidade da indicação "Exemplo:", se é evidente? A conjunção "E" a iniciar uma frase é, muitas vezes, inútil. Parece-me



ser o caso aqui. Temos uma grande tendência para repetir vocabulário, o que é mais aceitável no registo oral do que no escrito. Por vezes, é um processo estilístico, sendo propositado. Noutras, é despropositado. Não seria de evitar a repetição, muito próxima, de “sobretudo”? Na segunda ocorrência, poderia vir entre vírgulas. Todavia, além do pequeno problema de translineação, o que sobressai, neste breve texto, é a falta de concordância na longa sequência “fazem a dissecação de cadáveres e deixam os alunos fazê-lo”, visto que “lo” se reporta ao feminino “a dissecação”. Portanto, por o pronome ter de possuir o mesmo género que o seu referente, deveria estar escrito: **fa-zem a dissecação de cadáveres e deixam os alunos fazê-la**. Ao reler esta construção (deixam os alunos fazer a dissecação) fico a meditar nela. É aceitável? Não funcionará “deixam fazer” como uma perífrase verbal? Não será equivalente a “autorizar”, “permitir”? Corresponderá “os alunos” a um complemento de objecto directo (deixo-os) ou a um indirecto (deixo-lhes)? Creio que esta última hipótese é a conveniente (deixam fazer a dissecação aos alunos). Provavelmente, a construção até deveria ser outra (**deixam-na fazer aos alunos** ou, por causa de “que”, **a deixam fazer aos alunos**). É indispensável observar detalhadamente os textos escritos, dissecá-los, para compreender como funciona uma língua viva. Pode não exigir tanto sangue frio como para os cadáveres, mas requererá idêntica perícia. Compreendo que ser médico dá mais dinheiro, ou prestígio, do que ser linguista e que seduz os jovens por isso mesmo. Nos próximos anos, aumentará, decerto, o número de candidatos a Medicina.

## 02. "até ao último dia"

**até o último dia**

No filme *Notting Hill* de Roger Mitchell, as duas personagens principais têm posições divergentes, completamente opostas, relativamente aos jornais. Para ele, cidadão comum e leitor, são efémeros. Ao fim do dia, depois da leitura, são deitados fora como qualquer bem de consumo que já não tem utilidade porque cumpriu a sua função. Deixam de ter interesse. Para ela, atriz famosa e alvo de notícias, são perenes. Os jornais nunca desaparecem, uma vez que são arquivados e conservados. Sempre que um jornalista escrever uma notícia sobre ela, retomará tudo o que já foi publicado. Não perdem o interesse. Estes dois pontos de vista fundamentam-se nas experiências de cada um e são ambos válidos. Quando, enquanto leitores de jornais, arquivamos determinadas páginas ou notícias, deitando fora as restantes, estamos, de certo modo, a conciliar estas duas perspectivas. Esquecemos o que não nos interessa e pretendemos recordar o que guardamos. Como a memória tem limitações, a escrita permite conservar, quase eternamente, determinados conteúdos. Não é por acaso que se costuma repetir *verba volant, scripta manent* (as palavras ditas desaparecem – leva-as o vento – e as escritas permanecem). A História faz-se, por isso, a partir da existência da escrita. Um documento tem valor de prova porque está escrito. Portanto, escrever é uma actividade que vincula quem produz o texto, o que obriga a uma cautela redobrada com as palavras. No entanto, muitas vezes, escrevemos como falamos, não dando grande atenção ao produto final. Julgamos que quem lê não dará conta. Se dêssemos a devida atenção, talvez não publicássemos nem metade do que tem vindo a público.

Nas notícias, a campanha para as eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (EUA) está a aparecer com a escolha do candidato republicano. O dos democratas será Barack Obama, actual Presidente. Quando foi eleito, acreditou-se numa grande mudança. Avaliando, sumariamente, agora, enquanto leitora de jornais e consumidora de notícias, não me parece que tenha sido tão radical quanto se poderia ter imaginado. É verdade que a Guerra do Iraque terminou, mas a prisão de Guantánamo (Para este nome próprio, registo três formas: sem acento, com acento agudo ou com acento circunflexo. Uso a forma cubana, isto é, com acento agudo.) continua com as portas abertas. É ténue a aproximação com Cuba. No entanto, as divergências dos Estados Unidos com a Venezuela e o Irão vão-se acentuando. Está latente uma ameaça constante de conflito armado com a experiência nuclear iraniana. A crise financeira europeia nasceu nos Estados Unidos com a falência de um banco e os investimentos inoportáveis, pouco transparentes, no ramo imobiliário. A economia mundial, incluindo a americana, tem observado a chinesa a crescer desproporcionalmente. Até

onde irá a ambição do gigante asiático? Como vão medir forças estas duas potências mundiais? No domínio ideológico, representam realidades completamente opostas. O liberalismo e o comunismo são duas visões do mundo bem distintas. Têm vindo, ambas, a sofrer alterações, moderando-se. Se a China cresceu e tem liquidez (dinheiro tão abundante que dá para comprar, *inclusive*, parte de uma companhia de electricidade como a EDP) deve-o, parcialmente, à abertura ao investimento privado estrangeiro. Praticamente todas as grandes marcas, incluindo as americanas, se instalaram no país para bem dos seus negócios. Percebo pouco de economia e de política para avaliar o que está a suceder. Porém, parece-me que as próximas eleições americanas serão determinantes para o mundo. Como não há eleições democráticas na China, as mudanças só podem vir dos EUA.

Voltei a pôr os olhos numa página de jornal (ver *Diário de Notícias*, 04-11-2008, p. 29) dedicada às “eleições nos EUA” com uma reportagem especial. Fico-me pelo texto do cabeçalho, sintetizado com “**Tempo de mudar**”. Está escrito “Obama conservou até ao último dia a vantagem nas sondagens e, tudo indica, será o primeiro negro a chegar à Casa Branca.”. Porquê escrever “negro” se Obama é mestiço? Será para realçar o contraste com “Casa Branca”? É habitual dizermos “até ao” e “até à” (*Vou até ao fim do mundo, se for preciso. Vais até à avenida.*), sem termos a noção do uso, que se estará a normalizar. Repetimos estas construções várias vezes ao dia, sem nos darmos conta que usamos duas preposições seguidas (até a), o que parece ser desnecessário. É uma cópia do Francês (“jusqu’au dernier jour”)? Deveríamos empregar apenas uma delas: **até o último dia** (*Vou ao fim do mundo, se for preciso. Vais até a avenida.*), mas isso é tido como regional ou popular. Um ponto final não ficaria mal em “Bush passou à história.” e “hoje” entre vírgulas também não. Seria interessante comparar a significação de “maciço” e “massivo”. Introduzem alguma ideia diferente? Dizer “na Florida” implica colocar a preposição e o artigo junto dos nomes dos outros estados indicados. Escrever exige uma escolha atenta das palavras. No entanto, como o momento da escrita é brevíssimo, não há tempo para rever e corrigir. O texto sai como sai. Quem o ler saberá se o guarda ou deita fora.

### 03. "Um familiar telefonou-a"

#### Um familiar telefonou-lhe

Gosto de andar a pé porque me dá a possibilidade de ver o mundo à minha volta com mais atenção, parando para observar detalhes, assim como respirar profundamente e descansar. Ao subir uma rua bastante íngreme do centro do Funchal, onde, há uns anos, havia muitos bananais, fui caminhando e anotando, mentalmente, diferenças. Parece que tudo está nos pormenores. Nunca mais tinha percorrido, a pé, aquele trajecto e, de carro, a perspectiva é outra. O andar compassado obriga a umas pausas. Acabei por entrar num cafezinho de esquina, já que, agora, há uns quantos ao longo da rua. No meio de jornais disponíveis, encontrei uma folha A3 com um fundo cor-de-rosa esbatido, intitulado *Coffee News* (ver "FUNCHAL – N.º 4, "Ano I: Semana 53 de 2011"). Trata-se de uma edição "Semanal" gratuita, tida como "A publicação mais lida em todo o mundo em cafés, pastelarias e zonas de espera!". Aparentemente, é uma tradução de um original em Inglês, o que explicará o título. Na frente e no verso da folha, as margens estão preenchidas com publicidades de todo o género de comércio ou negócio. Na parte central, situam-se as rubricas a ler: "Nas bocas do mundo!", "Citações", "O que se passa?", "Trivial", "Horóscopo semanal", "Sabia que..." e "Pelo lado positivo". Na frente, mais precisamente na margem esquerda, ao fundo, está escrito: **"Não há más notícias!** / ... só informação que é divertida, entretida e de inspiração! / Os nossos anunciantes são as notícias no *Coffee News!*". Reproduzi apenas o texto, separando as linhas com barras. Ao mesmo tempo que pensava no que seria "informação de inspiração" e na construção "informação entretida", fiquei a meditar na ideia geral.

Como seria o mundo, se não houvesse jornais, ou noticiários de qualquer tipo, com más notícias? Serão estas importantes? Poderemos prescindir delas? O objectivo da informação será entreter? Ela, obviamente, não é "entretida". Pode servir para descontraír e ocupar o tempo? Creio que a finalidade da informação não é o lazer, mas o conhecimento. Saber o que se passa, implica, portanto, estar a par de boas e más notícias. A ideia desta publicação (ocupar os minutos do café para descontraír os leitores, passando os olhos por publicidades) é uma excelente mais-valia para ganhar dinheiro com poucos recursos. No meu entender, a tradução mereceria um revisor de Português para evitar umas quantas falhas. No excerto que recorto – "Sem destino" de "Nas bocas do mundo!" – ficam-me várias dúvidas. Delas, destaco apenas uma: "Um familiar telefonou-a quando ouviu que um cão estava a andar de autocarro."

Em Português, o verbo “telefonar” é intransitivo ou transitivo indirecto. Consequentemente, o pronome terá de ser “lhe” (**um familiar telefonou-lhe**). Escrever numa língua, mas pensar noutra complica mais do que ajuda. Não será a publicação suficientemente rentável para contratar um especialista em Língua Portuguesa? Haverá muitos e bons que precisarão de trabalho.

Este pormenor faz-me lembrar dois comentários que ouvi a ilustres figuras portuguesas a propósito da venda de acções do Estado Português, na EDP, à Three Gorges, empresa pública chinesa. Por um lado, a primeira pessoa lamentava que a sessão de assinatura tivesse decorrido em Inglês, quando os representantes chineses eram pouquíssimos. Por outro, a segunda não compreendia por que razão a celebração tinha “champagne” em vez de vinho do Porto (ou, digo eu, um madeira). Concordo com ambas as observações, se, efectivamente, foi o que se passou. Somos nós próprios que nos desprestigiamos e despromovemos, nos mais pequenos gestos, mesmo se inconscientes. Em 1987-1988, em Coimbra, tive uma colega chinesa que fora enviada pelo próprio Governo para estudar Português. Com ela, estavam mais estudantes. A China tem, portanto, tradutores e intérpretes de várias línguas, incluindo o Português. Penso que também haverá portugueses especializados em Mandarim ou Inglês. Os equívocos que se criam com as línguas são tantos que mais vale garantir a comunicação através de profissionais especializados. Brindar com vinhos portugueses poderia ajudar a Economia e daria, então, sentido à internacionalização do pastel de nata (ou de Belém). Assim, eu compreenderia o motivo pelo qual alguns ministros usam na lapela uma bandeira de Portugal. A diferença está toda nos pormenores. Para mim, estes comportamentos, mesmo se inconscientes e involuntários, são duas más notícias (desprestigiar a própria língua e desvalorizar as bebidas nacionais) que dão que pensar.

04. "Dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição."

**Faleceu dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição.**

Um jornal traz tantas notícias que é impossível prestar atenção a todas. Aquando da leitura, umas saltam à vista, sobretudo as da primeira página, e outras passam despercebidas, no meio de muitas outras. Serão um pouco como as pessoas. Algumas têm gosto em mostrar-se, mas há aquelas que preferem misturar-se com a multidão por serem discretas. Entre os dois extremos, como sempre, encontram-se diversos tipos. Por vezes, junto uns quantos jornais que fiquei impossibilitada de ler porque há alturas em que as prioridades da vida são outras. Nesses momentos, a tendência para não dar conta de certas notícias acentua-se. Os jornais vão-se amontoando e, quando tenho numas horas livres, faço a triagem, havendo, então, notícias que passam despercebidas. Nessas ocasiões de trabalho redobrado, também vou adicionando noticiários televisivos por ver. São gravados na esperança de me actualizar logo que possível, mas a distância entre a gravação e o visionamento pode alongar-se bastante. Acontece-me, assim, involuntariamente, de passar por momentos de acumulação de notícias porque o momento diário dedicado à leitura de jornais (ou os de ver e ouvir notícias) é tomado de assalto por, essencialmente, picos de trabalho. Os jornais que não consegui ler ficam, fiel e obedientemente, dobrados até ter tempo de os desdobrar. Dou-lhes atenção, assim que possa, abrindo-os e folheando-os da primeira à última página. Não os consigo deitar fora, sem fazer uma leitura, nem que seja em diagonal para ler os títulos. Penso que posso encontrar, num deles, uma pérola rara e, por isso, considero-os preciosos. Nestes dias, um dos que aguardava, serenamente, a sua vez, era o *Expresso* de 15-10-2011.

Em pausas de fim de semestre, tenho de seleccionar textos para enunciados de exames e isso obriga-me a fazer uma limpeza geral, embora não integral, aos materiais de que disponho. Numa das unidades curriculares ("disciplinas", "cadeiras", "matérias": os nomes das coisas têm uma tendência para mudar ao sabor das épocas...) que lecciono, opto por trabalhar, quando oportuno, textos jornalísticos, enquanto numa outra tenho texto literários já seleccionados. Portanto, se não fizesse uma triagem de papéis com a finalidade de procurar materiais para os vários enunciados a preparar, talvez não soubesse, ainda hoje, que Luís Archer tinha falecido. Quando vi a notícia (*Expresso*, "Primeiro Caderno", 15-10-2011, p. 30),

emocionei-me. Nela, vários aspectos mereceriam comentário, mas fico-me pela última frase.

Não conhecia este académico, mas tinha-o visto no seu papel de Presidente do “Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (1996-2001)”, nuns quantos programas televisivos, nomeadamente noticiários. Considerava-o objectivo e possuidor de uma clareza discursiva invejável. Tinha admiração por este investigador e cientista, embora não fosse da minha área de trabalho. O obituário destaca que era “Padre jesuíta, geneticista e professor universitário”, tendo sido “pioneiro da genética em Portugal”, o que é bastante diversificado. Realça que era “Formado em Biologia, Filosofia e Teologia”, tendo também estudado “Bioquímica e Genética”. A pluralidade de áreas cruzadas potencia um conhecimento vasto e rico. Além disso, refere que “Publicou 250 trabalhos de investigação e quase uma dezena de livros.”, um número incrível que indicia uma vida dedicada ao estudo. Por fim, o texto do obituário termina com a frase (“elíptica” porque incompleta) “Dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição.”, faltando uma forma verbal como “faleceu” ou “morreu”. Em certos obituários, é costume fazer assim, já que o autor pressupõe que o leitor irá adivinhar o que está implícito. Este será um exemplo de uma frase “truncada” que, sintacticamente, coloca problemas, uma vez que é apenas constituída por três complementos circunstanciais, termos frásicos acessórios: temporal (“Dia 8”), espacial (“em Lisboa”) e causal “na sequência de uma indisposição”). A asserção em si, normalmente veiculada pelas formas verbais, está omissa. Reconstruindo a frase, deveria ser algo como **Faleceu dia 8, em Lisboa, na sequência de uma indisposição**. Há hábitos linguísticos que deveriam ser revistos. No meu entender, este deveria ser um deles porque, numa notícia, incluindo um obituário, a informação a transmitir tem de estar expressa. Muito da vida do cientista ficou por referir, no pequeno obituário, e os leitores não a vão adivinhar. Por certo, Luís Archer terá sido tão discreto em vida como a breve notícia sobre a sua morte, que me ia passando ao lado. Contudo, a comprovar a sua grandeza, fica, para memória futura, e acima de tudo, a enorme produção bibliográfica, resultado de uma vida de estudo e trabalho.

## 05. “o seu pai”

**o pai Idelel**

Os usos linguísticos estão em constante mudança. Muitos deles são detalhes a que não costumamos dar relevância. É o caso dos possessivos. Empregamo-los em excesso porque, decerto, temos uma noção de posse bastante acentuada. Além disso, o estilo linguístico também pode levar a um emprego mais ou menos frequente. Não se tratará propriamente de um erro, mas de um uso recorrente no registo oral que se transpõe para a escrita. Estes dois registos são diferentes, mas tendemos a confundi-los, assemelhando-os. Há, então, contextos escritos em que os possessivos são perfeitamente dispensáveis e isso é observável, por exemplo, no interessante texto “Louis Braille. O inventor da escrita para cegos” de Carla Amaro (ver *Terra do Nunca*, in revista *Notícias Magazine* de 28-02-2010). Este texto biográfico, onde apenas presto atenção a este aspecto linguístico, está escrito numa linguagem simples, a fim de ser acessível a um público jovem. Nele, ocorrem os seguintes possessivos (que sublinho):

- 1) “Através do Braille, podem aprender tudo o que tu aprendes nos teus livros.”
- 2) “pede aos teus pais para te mostrarem o alfabeto *braille*”,
- 3) “Os seus pais eram pobres.”
- 4) “Mais tarde, o seu pai conseguiu que entrasse na Instituição Real dos Jovens Cegos”.

O uso da segunda pessoal do singular (tu) remete para o jovem leitor do texto de Carla Amaro, o seu destinatário. Em contrapartida, o da terceira pessoa do singular (ele) aponta para o próprio Louis Braille, tema central do texto devido à invenção da escrita *braille*. Assim, a “tu” estão associados “nos teus livros” e “aos teus pais”, enquanto, para “ele”, surgem “Os seus pais” e “o seu pai”. No excerto “nos teus livros”, em 1), o possessivo pode omitir-se, ficando “**nos livros**”, já que um jovem leitor, à partida, também lê livros emprestados e não só os dele. Em 2), o possessivo será de manter porque é realçado que os pais referidos são o do leitor, tido como indivíduo, e não os pais em geral. Na frase 3), o possessivo pode, também ele, omitir-se, dando “**Os pais eram pobres.**” porque o leitor sabe que são os pais de Louis Braille. O mesmo sucede em 4) porque é referido, concretamente, o pai de Louis (**o pai conseguiu**



**que entrasse**). Aliás, no texto, a comprovar isso mesmo, encontram-se seqüências em que “o pai” é mencionado sem o possessivo: “na oficina do pai” e “o pai era o correio”. Há, portanto, que dosear o uso dos possessivos. Se são recorrentes nas conversações orais, deverão sê-lo menos nos textos escritos, sobretudo nos de índole informativa.

Convém lembrar que, cada vez mais, “seu/ sua/ seus/ suas” são formas que remetem, no discurso, para o uso da terceira pessoa como forma de tratamento (o Senhor/ a Senhora/ você) e cada vez menos para a terceira pessoa gramatical com função de sujeito (ele/ ela) que aponta para aquilo de que (ou de quem) se fala. Assim, para “ele” ou “ela”, a expressão da posse tem sido realizada através “dele”/ “dela”, guardando-se “seu/ sua/ seus/ suas” para o destinatário do discurso diverso de “tu” e que exige algum formalismo (o Senhor/ a Senhora/ você). Para simplificar, a diferença entre “**os teus pais**”, “**os seus pais**” e “**os pais dele**” está no possuidor e é veiculada pelos possessivos, remetendo para usos discursivos diversos e distintas situações de comunicação: destinatário conhecido numa situação de comunicação informal (tu – **teus**), destinatário que requer algum formalismo discursivo (você/ o Senhor – **seus**), pessoa de quem se está a falar e que, em princípio, não participa do discurso (ele – **dele**). Consequentemente, e por exemplo, no excerto 4), o ideal seria suprimir o possessivo (**o pai**) ou, então, empregar “dele” (**o pai dele**), embora seja viável escrever “o seu pai”, referindo-se a “ele”. Provavelmente, dentro de alguns anos, este uso linguístico será exclusivo do tratamento formal, na terceira pessoa do singular.

06. "afim de suprir as necessidades"

### **a fim de suprir as necessidades**

Como comunidade, de geração em geração, vamos herdando um património que não deveríamos perder, dilapidar, destruir ou desprestigiar. O património, além de económico, pode ser natural (relativo à Natureza e, à partida, formado sem qualquer intervenção humana) ou cultural (criado, produzido, pelo ser humano). Neste último caso, pode subdividir-se em material (bem palpável, edificado, permanentemente visível) ou imaterial (sem existência corpórea própria). Esta classificação resulta de apreciações de organismos internacionais, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que se dedicam à identificação do Património da Humanidade, isto é, o que pertence a todos pela sua originalidade e história. Assim, de cariz cultural, temos uma panóplia de tradições, usos e costumes, a caracterizar-nos enquanto comunidade, a individualizar-nos e a diferenciar-nos no conjunto da Humanidade. Somos, juntos, uma parte do todo e reconhecem-nos por isso mesmo. Posicionando-nos relativamente a outras comunidades, maiores ou menores, o nosso património cultural permite circunscrever o grupo de pertença, identificando-nos. No conjunto de bens imateriais herdados, figuram riquezas que, com o tempo, vamos deixando de usar ou de identificar, de contemplar ou de valorizar. É como se o tempo corroesse os bens valiosíssimos e não os víssemos como são, magníficos e únicos, desvalorizando-os. Poderá manifestar-se, ainda, uma tendência para os alterar. As novas gerações tendem a vê-los como um "monte de velharias" sem interesse porque ocupadas a viver o presente e a construir a sua própria riqueza. Se os utilizam, gostam de os adequar aos gostos do presente. No entanto, à medida que envelhecem, o olhar vai mudando e verifica-se um fenómeno singular: o apreço nostálgico pelo que é do passado. É, então, habitual ouvir repetir: "Antigamente é que era bom!". Entre estas duas visões, há um largo fosso separando o passado do presente. Porém, no fundo, o património representa o passado que chegou ao presente por pretender continuar no futuro, subsistindo. A língua que herdámos e transmitimos de geração em geração é, porventura, o bem cultural mais complexo e rico de todos porque é, além de um bem cultural em si, o que veicula os restantes, nomeadamente os imateriais.

Num passeio à Ponta do Pargo, há já algum tempo, num café também mercearia, uma "venda" renovada, vi um quadro bastante grande, numa parede, representando

umas ceifeiras. Perguntei se por ali havia searas. Responderam-me que, noutros tempos, havia, mas que, agora, já não. Ninguém semeava trigo, ou melhor, “trio” (com a síncope, a queda, da oclusiva “g” intervocálica, muito comum na linguagem popular tradicional). Lembrei-me desta cena ao ler o texto de João Nunes Ferreira, intitulado “O Regresso do Trigo” e publicado na revista, editada pela Casa do Povo de Santana, *Folclore. 48 Horas a Bailar* (XXV Festival Regional de Folclore, Santana, 3, 4 e 5 de Julho de 2009, pp. 8-9). Não será por acaso que a primeira palavra do texto é “Falar” (“Falar do trigo é falar do povoamento, dos hábitos alimentares, do artesanato, do folclore, das canções, dos moinhos de água e de vento e das atafonas.”). Realmente, é através da língua que reconstruímos o passado. Ele, de certo modo, encontra-se na linguagem, nos nomes das coisas e dos usos. É, sobretudo, através do Património Linguístico que uma comunidade se reconhece enquanto tal. Continua o autor reportando-se às designações mais comuns – aos nomes – do trigo anafil, conhecido como “português” ou “pelado” (“O trigo foi trazido para a Madeira pelos primeiros povoadores para ser cultivado afim de suprir as necessidades alimentares da população. O trigo – anafil – também chamado ‘português’ ou ‘pelado’ foi o primeiro que se conhece introduzido na Região.”). Curiosamente, “anafil” remete para Anafé, a actual Casablanca, em Marrocos. Portanto, este trigo chamado “português” será originário do Norte de África e é a palavra, à qual não se dá grande relevância, que transporta esse património.

Concentrando-me na temática e no que ela me sugeria, no texto, não prestei atenção, linguisticamente, a mais nada a não ser à construção “afim de”, presente neste último excerto citado do texto, ilustrado por fotografias sugestivas. Em Português, a expressão “a fim de” está fixada e obriga a separar “a”, “fim” e “de”. Como um todo, uma única unidade linguística, “a fim de” significa “com a finalidade de” ou “com o objectivo de” e pode ser substituída por “para”. Há uma certa tendência para aglutinar a preposição “a” ao substantivo “fim” na locução “a fim de”. Resultará, provavelmente, da influência do termo “afim”, um adjectivo que significa “com ligação, semelhança ou proximidade” (“Eles têm comportamentos afins.”), o que explicará a não identificação de erro pelo corrector automático do programa *WORD*. Também se explicará pela existência de formas como o advérbio “afinal” (“Afinal, não sai hoje.”), podendo equivaler a “finalmente”. Por tradição e convenção, “a fim de” escreve-se com um espaço entre cada elemento constituinte. O respeito pela tradição linguística é importante porque resulta da herança que nos foi deixada pelos nossos antepassados. Todavia, por diversas razões, com frequência, os hábitos que se ganham no presente alteram os herdados. É nesta luta de forças entre o passado e o presente, que o património, sobretudo o cultural imaterial, se vai modificando passando para as gerações vindouras com novas características. O Património Linguístico é um conjunto de bens passados, herdado, que se vai modificando no presente da História. Dentro de alguns séculos, em Português, quem sabe se, em “a fim de”, não passarão a fundir-se “a” e “fim” como sucede em Francês?

## 07. "valores recorde"

**valores recordes**

A posição de Vasco Graça Moura sobre o *Acordo Ortográfico* de 1990 é sobejamente conhecida porque pública e a sua decisão, enquanto Presidente do Centro Cultural de Belém, surge, quanto a mim, por coerência individual. Na página electrónica do *Diário de Notícias* de 08-02-2012, a crónica de Graça Moura questionando, abertamente, Malaca Casteleiro, já tinha mais de 20 comentários, pela manhã desse dia. Ao passar os olhos por todos, verifiquei, como seria de esperar, que havia opiniões muito diferentes. Portanto, o tema continua a suscitar paixão e muita opinião, perspectivas pessoais mais ou menos fundadas, mas legítimas porque se trata da língua de cada um. Gostava de consultar todos os jornais portugueses das últimas semanas para compreender o alcance do assunto (também seria elucidativo ver os ecos na imprensa estrangeira, particularmente a de Língua Portuguesa). Por não ser viável, dou o exemplo da página electrónica do *Expresso*, onde o tema está destacado. Aí, os comentários dos leitores também se vão multiplicando. À partida, será o mesmo para todos os jornais com versão electrónica. As pessoas sentem o direito de se manifestarem.

Neste fim-de-semana, lendo algumas partes, folhei o semanário *Sol* (ver a edição impressa n.º 284, 10-02-2012), onde a opinião de Santana Lopes ou as páginas dedicadas à CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) têm relevância para o assunto. A crónica de José Cabrita Saraiva "Por favor, não tocar" (p. 54 da revista *Tabu* do *Sol*) reteve a minha atenção. Começa o texto com a questão do Património para acabar na posição de Vasco Graça Moura, passando pela ideia de construção, em Lisboa, de um museu dedicado à Língua Portuguesa. Numa troca de opiniões, teria muito a dizer relativamente à posição de José Cabrita Saraiva sobre a Cultura e, em particular, sobre um museu de Língua Portuguesa. A bem da verdade, já começo a estar cansada de "batalhas de opiniões" que mais parecem autênticas partidas de "ping-pong" (eu digo – tu dizes/ tu dizes – eu digo) para ver quem ganha. Recuso-me a entrar no jogo porque, no fundo, cada um tem direito à própria posição. Isso é legítimo e saudável. O título "Por favor, não tocar" fez-me recordar um autocolante que vi junto da campanha de uma instituição regional: "Por favor, tocar na campanha.". Ao ler o aviso, fiquei a pensar se "tocar na campanha" seria o mesmo que "tocar à campanha". Concluí que não porque posso pôr lá um dedo, mas não carregar. Assim,

também se diz algo diferente com “bati na porta” e “bati à porta”. A ideia de “dar murros na porta” é diferente da de “dar um toque ligeiro e leve, mas audível”. Evidentemente, quem lê o aviso “Por favor, tocar na campainha.” sabe que se trata de “tocar à campainha”. Não lhe causa estranheza a opção da preposição “em” no lugar de “à” porque não presta atenção à língua que usa. As questões linguísticas como esta são, no meu entender, de um grande interesse e mereciam algum destaque para observação individual e colectiva.

A minha estupefacção perante o fenómeno linguístico compara-se à admiração que senti quando contemplei a grandeza da escultura **David**, numa praça de Florença, ou a pequenez do quadro **Mona Lisa**, em destaque no Museu do Louvre, em Paris. A fraca reprodução deste quadro – que possuo e observo todos os dias – satisfaz-me tanto quanto a impressão, que enquadrei, de **As Meninas** de Velázquez, que não vi em Madrid. Fico com uma dúvida, serão os verbos “ver” e “tocar” sinónimos? Ao fazer compras, “ver” peças de roupa significa “tocar” nelas para decidir se se experimentam, e compram, ou não. Reflectir sobre a questão daria “pano para mangas”. Não conheço o Museu de São Paulo dedicado à Língua Portuguesa, mas ouvi falar bem dele a uma colega linguista que o visitou. Será que um museu dedicado ao Património Linguístico Português não pode ter “objectos concretos, palpáveis”? Além de presente nos meios digitais, uma língua está materializada em muitos suportes (pedras, peles, tecidos, plásticos, vidros, papéis, etc.). Podendo ser lida – vista e tocada – em tantos objectos, muito haveria a mostrar para ver (com a possibilidade de tocar ou não) e causar admiração.

Nesta crónica de “Corte & Cultura”, não é só o conteúdo que suscita interesse é também o uso da língua. Concentro-me apenas, e em parte, na frase “É por isso que as obras de arte atingem valores recorde e que milhões de turistas viajam milhares de quilómetros para ver ícones como **Mona Lisa**, no Louvre, as **Meninas** de Velázquez, no Prado, ou o **David** de Miguel Ângelo, em Florença.”. Será que aqui “ver” significa “tocar”? Serão indispensáveis “É” e “que”? Podemos colocar “por isso” entre vírgulas? Que sentido têm “milhões” e “milhares”? Em vez de “para ver” não poderia ser “para verem”? Porquê empregar “recorde” a qualificar “valores”? Nesta sequência “valores recorde”, não faltará um “s” a “recorde”? Nos dicionários, aparece como sendo um substantivo proveniente do Inglês “record” (que deu origem a um título da imprensa desportiva portuguesa) ou um adjectivo de dois géneros e dois números (ver, por exemplo, o *Houaiss*). Na Internet, o *Priberam* tem a expressão “valores recorde” e mantém a mesma classificação (“dois números”), que não registei em nenhum outro dos dicionários que consultei. Nesta sequência, é empregue como adjectivo qualificativo e deveria ter a marca de plural do substantivo a que se reporta. É uma regra da Língua Portuguesa. Contudo, o *Houaiss* (e o *Priberam*) considera que a forma “recorde” (um claro singular) pode funcionar como plural porque tem “dois números”.

Terá? Porquê? Dá que pensar. Se o substantivo admite plural (“os recordes desportivos”), por que razão isso não sucederá com o adjectivo? Será como em “palavras-chave”? Não parece. É evidente: a beleza do fenómeno linguístico merece ser observada (vista ou tocada de perto) como a de qualquer outro bem cultural. Quanto mais se toca, mais impressões digitais ganha.

08. “usado em migas, bacalhau ou sopa”

**usado em migas, com bacalhau ou na sopa**

Ter saudades do passado é, em parte, recusar-se a aceitar o presente e o que ele tem de bom para dar. Será a vivência do momento a negação do Património ou, pelo contrário, a sua actualização? Pensei nisso ao ler as páginas 34 e 35 do jornal *Sol* (ver edição 284 de 10-02-2012), dedicadas ao consumo de pão. Agora, há umas máquinas eléctricas que podemos ter em casa para fazer pão. Recentemente, pus a hipótese de comprar uma, mas desisti da ideia. Ir comprar pão é um ritual como ir tomar café ou ler o jornal. Havia de me causar uma grande pena interior, inexplícável, acabar com ele. Perderia também um pequeno passeio diário e um contacto social linguisticamente relevante. Uma máquina nunca me dirá: “A Dona quer este ou aquele?” ou “A Menina leve este que não se vai arrepender.” Às vezes, sabe bem substituir as pessoas pelas máquinas, sobretudo quando a paciência é pouca e a pressa é muita. Porém, na maior parte dos casos, as pessoas têm muito mais para dar do que as máquinas. Além disso, o cheiro a pão é como o do café: reconforta. Feitos em casa parece que não sabem, nem cheiram, tão bem. A palavra “pão” traz-me à memória um rol de vivências. Lembro-me de ter visitado, no interior português, um forno comunitário – uma sólida casa de granito – que foi, entretanto, destruído (“deitado abaixo”) porque deixou de ter utilidade. O costume de “cozer” foi desaparecendo, substituído pela carrinha do padeiro que combina rapidez com variedade. Na Casa do Forno, os elementos da comunidade podiam cozer pão, quando quisessem, mas faziam-no esporadicamente e em quantidades consideráveis. Das férias de criança, recordo o sabor da manteiga (Seria margarina?) derretida em grandes fatias de pão caseiro, incluindo a côdea. Hoje, em qualquer café, é hábito retirar esta parte do pão que é deitada fora. Eu detesto que me aparem as torradas, sem me avisarem! Uma vez, numa festa académica amigável de jogos e conversas que se prolongou até de manhã, alguém sugeriu ir ao pão. A madrugada, numa padaria, é uma altura de azáfama inimaginável e aquele pão quente consumido *in loco* ficou-me gravado na memória. Aí, compreendi por que razão o pão “quente” é “fresco”.

Ao ir comprar pão, ninguém pensa que está a perpetuar uma tradição milenar. Aquelas páginas de jornal fizeram-me meditar no assunto e descobri, com elas, que temos, em Seia, o Museu do Pão, de que nunca tinha ouvido falar. Aliás, dificilmente pensaria num museu sobre o pão, mas, de facto, faz sentido. O ciclo dos cereais e o do

fabrico do pão apresentam-se como um património cultural marcante. Na listagem “Pão nosso de cada dia” (p. 35), cujo título possui uma referência religiosa com evidente intertextualidade, são elencados alguns tipos de pão característicos de várias regiões portuguesas, incluindo dos arquipélagos. A Madeira aparece referida com o **bolo do caco**, os **brindeiros** (Em vias de extinção?) e o **pão de batata** (É batata-doce, claro!), mas haveria mais a acrescentar, como, por exemplo, o pão de erva-doce. Talvez o museu tenha essa referência completa. Para os Açores, surgem o **bolo lêvedo**, a **rosquilha** e o **pão de água**. No entanto, pelo que sei, estes dois últimos também estão presentes na Madeira. Os costumes explicarão as relações históricas entre as populações, em particular as insulares. As designações “bolo lêvedo” e “bolo do caco” permitem questionar os limites dos vocábulos “pão” e “bolo”, sendo, por vezes, equivalentes, embora se associe “pão” ao sal e “bolo” ao açúcar.

Alguns nomes dos diversos pães elencados no “Pão nosso de cada dia” são sugestivos e outros intrigantes. Não sei se “quartos dobrado” do Algarve será um plural ou um singular. Na breve introdução à listagem (e sem fazer caso do texto no seu todo, embora o merecesse), há uma sequência linguística que também me deixa uma dúvida e figura na seguinte frase: “Fresco, quente, torrado, com manteiga ou compota, pode ser comido sozinho ou usado em migas, bacalhau ou sopa.” É sabido que, presentemente, na Língua Portuguesa, as preposições estão a ser cada vez menos usadas no registo oral e isso reflecte-se já no registo escrito, nomeadamente nas enumerações. Neste caso, é flagrante. Dizer “usado em migas” não causa estranheza, mas “usado em bacalhau”, mais o que “usado em sopa”, provoca alguma perplexidade. O pão acompanha o bacalhau e junta-se à sopa. Portanto, uma construção possível para desfazer a expressão problemática devido à omissão de preposições e ao emprego único de “em” poderia ser a seguinte: o pão **pode ser comido sozinho ou usado em migas, com bacalhau ou na sopa**. As preposições, e as suas combinações com artigos, são tão imprescindíveis como “pão para a boca”.



og. "este evento teve uma grande aderência"

### **este evento teve uma grande adesão**

A magia do cinema é inigualável. Além do filme, as circunstâncias do visionamento e o espaço onde decorre a projecção podem ter o seu encanto. Em pleno Verão, numa noite calma, tive a oportunidade de, num relvado de um parque parisiense, assistir, com uma multidão de pessoas sentadas ou deitadas no chão, a uma projecção ao ar livre. Como nos filmes americanos, vivenciei uma sessão cinematográfica dentro de um carro, num ambiente de céu estrelado australiano. Estes dois momentos inesquecíveis marcaram-me e fazem-me recordar *Cinema Paraíso*, que é, para mim, uma magnífica homenagem à sétima arte. Devia ter uns dez ou onze anos, quando fui ao cinema pela primeira vez com umas amigas. Por não ter pedido autorização a ninguém, quando cheguei a casa, fora de horas combinadas, levei uma séria descompostura. Já me aconteceu fazer uma sessão dupla improvisada e ficar mais de cinco horas consecutivas num cinema. Fortemente impressionada por determinadas imagens, por duas vezes, tive de abandonar salas de cinema, não vendo o fim dos filmes. Devido ao cansaço e à monotonia do ritmo fílmico, sucedeu-me adormecer em plena projecção. Num período natalício, tive o privilégio de visionar um filme apenas com uma outra pessoa na sala. Ainda hoje, guardo, na memória, imagens da triste vida do pintor Modigliani que vi, jovem adolescente, numa pequena sala de um instituto cultural. Cada um destes momentos daria uma história e todos, com muitos outros incluídos, representam pequenas recordações que me fazem gostar do cinema, pelos filmes em si ou pelas circunstâncias que os rodeiam. Como qualquer pessoa, sobretudo cidadina, posso dizer que cresci com o cinema que fui vendo, o comercial e o alternativo.

Nesta altura do ano, os festivais cinematográficos multiplicam-se, ganhando a noite dos "oscar" maior relevância. Há algum tempo, dois cineastas portugueses foram premiados no estrangeiro. É muito bom! Quando falamos de cinema português reconhecido a nível internacional, tendemos a associá-lo a um único nome. Todavia, há muito, o número de realizadores que tenta vingar, com ou sem apoios institucionais, é considerável. Nas salas, agora em centros comerciais, são apenas apresentados filmes americanos. Alguns deles (talvez a maior parte), esquecemo-los imediatamente e não dão tema de conversa pós-filme. Neste momento, estou a fazer um exercício de memória para me lembrar dos últimos filmes portugueses que vi em sala. Só me

vêm à ideia *Adão e Eva* de Joaquim Leitão, *Adeus, Pai!* de Luís Filipe Rocha, *Jaime* de António Pedro Vasconcelos ou *Conversa da Treta*, mas isto terá sido há uns dez, ou mais, anos. Houve outros que eu, por opção, não fui ver, como *Call Girl* ou *A Bela e o Paparazzo*. Gostava de visionar *José e Pilar* (documentário?), mas não dei conta que tivesse passado pelo Funchal. Contrariamente ao que acontece em França, por exemplo em Portugal, as salas de cinema não parecem dar importância aos filmes nacionais. Acontece que não lhes é feita grande publicidade e o que não é divulgado não atrai. O público em geral está mais habituado a filmes de acção (sem real interesse) ou comédias (sem grande graça), fotocópias esbatidas uns dos outros. Será por isso que nos ciclos de cinema que se vão fazendo, mesmo com cinema alternativo, os filmes portugueses, muitas vezes, não estão em cartaz? Se aparecem, são, com frequência, os clássicos. Isso aconteceu, por exemplo, no ciclo que teve lugar no Jardim de Santa Luzia, no Verão. Em anos consecutivos, fui, quando possível, acompanhando esta iniciativa e foi com agrado que vi serem atraídas cada vez mais pessoas para o evento.

Na revista *Olhar do Jornal da Madeira* (ver edição de 30-09-2011, pp. 12-15), é referido o trabalho dedicado de quem tornou possível o “Circuito do Cinema” de 1986 a 2011 e as projecções ao ar livre em Santa Luzia. É de esperar que a iniciativa continue e não finde por aqui, como é sugerido nas entrelinhas do seguinte excerto: “(data em que as projecções foram suspensas para reformulação do projecto)”. Seria uma pena, sobretudo para as populações que não têm acesso às salas de cinema. Além disso, o Jardim de Santa Luzia é um óptimo espaço para o acontecimento. O texto das páginas “centrais” da revista é dedicado ao projeccionista. Tem vários aspectos linguísticos que mereceriam alguma atenção, por curiosidade. Concentro-me apenas na seguinte frase: «Só este evento teve uma grande aderência, com 1.853 pessoas nas oito sessões, com a organização a homenagear o actor madeirense, Virgílio Teixeira, com uma placa e com a exibição do filme clássico português “Fado-História de Uma Cantadeira”». A gralha em “cantadeira” é comum. Acontece-me, inúmeras vezes, repetir sequências, quando escrevo. As vírgulas antes e depois de “Virgílio Teixeira” estão a mais. Significam que ele seria o único actor madeirense. É diferente dizer: “a minha irmã Ana Rosa” (tenho mais irmãs) e “a minha irmã, Ana Rosa,” (só tenho uma). As vírgulas são mais importantes do que podem parecer. A repetição da preposição “com” alonga excessivamente a frase, o que não facilita a sintaxe. Do conjunto dos detalhes linguísticos, fico-me por “aderência”. Embora “adesão” e “aderência” estejam ligados a “aderir”, “aderência” usa-se para significar “colar” e “adesão” para “participação”. Portanto, neste contexto, deveria figurar “adesão” (**este evento teve uma grande adesão**). Que o cinema português ganhe mais projecção com a adesão do público!

## 10. "obter maior aproveitamento de terrenos baldios"

**obter aproveitamento de terrenos baldios**

Muitas vezes, quando falamos ou escrevemos, queremos dizer algo, mas, pelo modo de comunicar, acabamos por expressar um sentido diferente do que pretendíamos ou, então, o receptor compreende de forma completamente diversa o que quisemos transmitir. É frequente, ainda, não termos bem a noção do que dizemos e deixarmos o nosso interlocutor confuso. Estes equívocos, se não são corrigidos à partida, provocam um efeito bola de neve e podem terminar em conflito. Inúmeros problemas familiares derivam daqui. Podemos ver isso a nível interpessoal e mesmo entre as nações. O que explica a importância da diplomacia para atenuar problemas internacionais, incluindo os comunicativos provocados pelo multilinguismo. Com frequência, o emissor nem se dá conta que foi mal interpretado e vai continuando a comunicar, convencido que a sua mensagem está a passar fluidamente, sem obstáculos. Sucede, também, que as palavras expressas têm mais do que um sentido. Por isso, desencadeiam problemas de interpretação. Às vezes, acontece que é o próprio receptor que questiona o emissor para confirmar se compreendeu bem o que foi dito. Porém, quando a comunicação é feita em diferido, o caso pode assumir contornos inesperados, já que o receptor não pode falar directamente com o emissor e esclarecer, com ele, o que compreendeu.

Por exemplo, um dia, estava a ver (a ouvir também) um noticiário televisivo e o jornalista referiu-se a um determinado festival de chocolate nacional como uma "orgia de chocolate". Fiquei com a impressão que tinha ouvido mal. Com a função de "voltar atrás" do gravador de programas, confirmei a expressão, bastante descabida, quanto a mim, para um registo informativo. Durante a semana, mostraram-me, por curiosidade, o seguinte título de jornal: "UMa forma reclusos". O verbo "formar" apresenta, neste contexto, pelo menos duas possibilidades interpretativas: "ensinar a ser" ou "dar formação a". É claro que a universidade não vai "ensinar a ser, ficar, recluso". Além disso, lendo a notícia compreende-se que é no sentido de "dar instrução, formação, a", mas o título é semanticamente dúbio. A ilustração dos problemas comunicativos – presentes entre o que se pensa que se diz e o que os outros entendem que foi dito – é como um poço sem fundo, isto é, inesgotável. Todos temos exemplos porque vivemos situações mais ou menos caricatas a este propósito. As dificuldades comunicativas, sejam elas de que tipo forem, são quase parte inerente do processo comunicativo, em qualquer língua viva.

Pensei nisso ao ler a breve notícia intitulada “Governo quer mais floresta” (ver *Expresso*, caderno de *Economia* da edição de 12/11/2011, p. 9). O que significa “querer mais floresta”? Significará, por certo, aumentar o espaço destinado à plantação de árvores. Ao ler o texto, verifico que está relacionado com os “terrenos públicos e baldios”, que deverão ser destinados à plantação de arvoredo (embora, creio eu, muitos deles pertençam a privados). Corresponderão a “650 mil hectares”, os terrenos abandonados em Portugal. A notícia, por ser breve, não justifica o objectivo da preferência do Governo pela floresta, mas todos sabemos a importância que ela tem para o ser humano. A fim de ter uma pequena ideia, bastará considerar o valor que se atribui à floresta amazónica e lembrar os problemas que a sua destruição está a causar. A nível regional, tem sido evidenciada a urgência da plantação de arvoredo nas encostas sobranceiras ao Funchal. A floresta é uma área importante a vários níveis, sobretudo ambientais. Recordei, inclusive, a importância do Pinhal de Leiria para Portugal e fiquei a meditar no assunto, relendo o texto. Como vai o Governo “destinar parte da receita fiscal para reinvestimento na floresta”, se não há notícia de qualquer investimento? O prefixo “re-” significa “voltar a” (re+investir), mas, nesta breve, “reinvestimento” parece ser equivalente a “investimento”. Todavia, a questão fundamental que me surgiu prende-se com o significado de “baldio”. Tinha em mente que um terreno “baldio” era aquele que não estava a ser aproveitado, por não ter qualquer cultura. Era, portanto, um terreno abandonado, desaproveitado. Fui confirmar esta ideia aos dicionários. Provavelmente, não será a do autor da breve notícia porque escreve “O Governo está a estudar formas de obter maior aproveitamento de terrenos baldios com mais fiscalização.” e “Portugal tem 650 mil hectares de terrenos públicos e baldios e muitos estão abandonados.”. Como tirar “maior aproveitamento” de algo que não é aproveitado, por ser um terreno abandonado? No máximo, posso conceber que se poderá tirar aproveitamento, mas “maior”, a mim, não me faz sentido. Que haja terrenos públicos abandonados, até faz sentido, mas “terrenos baldios” abandonados é, em si mesmo, uma evidência. Relendo, outra vez, a notícia e excluindo “maior”, entendendo que já existe fiscalização, mas que não tem surtido efeito. Portanto, **o Governo está a estudar formas de obter aproveitamento de terrenos baldios com mais fiscalização.**

## 11. "Os portugueses são demasiado preocupados"

**Os portugueses estão demasiado preocupados**

Um certo dia, aconteceu-me ter de consolar uma jovem aluna estrangeira que se sentia perdida porque vivia diversos problemas que a levavam a chorar constantemente. Apanhei-a numa crise de choro incontrolável e sentei-me ao lado dela. Sabendo já as diferenças de uso entre “ser” e “estar”, a determinado momento, ela reforçava, repetindo-me: “Eu sou triste!”. Dizia assim porque o estado de melancolia e de dor perdurava, sem parecer ter fim à vista. Delicadamente, corrija-a, explicando-lhe que ela “estava” triste, naquele momento, mas que a situação iria passar e que as complicações se iriam resolver. Procurava demonstra-lhe que aquele estado era passageiro e, em parte, próprio da idade, mas ela parecia inconsolável, reiterando “Eu sou triste!”. Era como se, na vida dela, tudo corresse mal e nada funcionasse, fazendo a tristeza parte integrante do seu ser. Ouvi-a, silenciosamente, durante algum tempo, lamentar-se para justificar o que sentia. Por fim, enxugadas as lágrimas, acabou por concordar comigo e por compreender por que razão, em Português, a construção “ser triste”, para as pessoas, não era viável. Os estados de alma, no geral, não integram a essência do ser. Portanto, não diremos: “Eu sou contente.” ou “Eu sou deprimida.”, mas “Eu estou contente.” ou “Eu estou deprimida.”. Contudo, podemos dizer “É triste.” para “Aquela situação é uma tristeza.”, ou seja, “Isso é triste.”.

A nível da História da Língua, houve contextos em que “ser” e “estar” eram equivalentes. No entanto, actualmente, expressamos os estados, como o da tristeza, com o verbo “estar” porque é uma experiência pontual. Diremos que “somos pessoas tristes”, mas não que “somos tristes” para descrever um momento presente desolador, na nossa vida. A construção “És um triste!” pertence à linguagem popular, mas, aí, o uso não corresponde à expressão da tristeza. O adjectivo substantivado significa que a pessoa para quem remete “é um desgraçado, um pobre-diabo”. O curioso é poder empregar, em determinados contextos, o verbo “ser” em vez de “estar” e as duas possibilidades serem viáveis. Todavia, o significado não é o mesmo. Por exemplo, há uma grande distância entre “ser feliz” e “estar feliz”. No primeiro caso, há um prolongamento do estado, enquanto, no segundo, a vivência é esporádica e pontual, própria do momento presente. Portanto, a diferença entre “ser” e “estar” é substancial. O verbo “ser” aponta para a essência, o que dificilmente se poderá alterar, e o verbo “estar” para o momento, a vivência da experiência mais ou menos ocasional. Assim,

opera-se a distinção entre “ser doente/ dependente/ rico” ou “estar doente/ dependente/ rico”.

No número 608 (de 2011) da revista *Focus*, mais propriamente na página 41, li uma curta entrevista de Pedro Barros Costa a Barry Hatton, um jornalista inglês a residir, em Portugal, há 25 anos. Sem prestar grande atenção ao texto integral, além de um problema de concordância bastante comum (“Aconteceram uma série de contrariedades” – aconteceu uma série de contrariedades), numa das interrogações, encontrei a questão da diferença entre “ser” e “estar”. Pergunta o jornalista da *Focus*: “Os portugueses são demasiado preocupados com o que os estrangeiros dizem?”, escolhendo a construção “são preocupados”. É estranhíssima, quanto a mim, na boca de um português. Se não houvesse o advérbio “demasiado”, poderia dizer que faltava o artigo indefinido, passando “preocupados” a substantivo (“são uns preocupados”). Porém, naquele contexto, nomeadamente com a presença do advérbio, o verbo “ser” é inadequado. Deveria empregar-se o verbo “estar” (**Os portugueses estão demasiado preocupados com o que os estrangeiros dizem?**). Podemos estar preocupados com o que os outros pensam de nós, mas sabemos o que somos e que a tristeza é momentânea, mesmo se o fado é a nossa música. Contrariamente a outras línguas (“Elle est triste.”/ “She is unhappy.”), distinguimos a manifestação dos sentimentos permanentes dos passageiros por meio de dois verbos: “ser” e “estar”. É interessante verificar que, etimologicamente, a distinção entre ambos – “ser” (estar sentado) e “estar” (estar de pé) – reside apenas na posição do corpo. A atitude faz toda a diferença!

## 12. "Prefiro que me chamem Álvaro em vez de ministro"

**Prefiro que me tratem por Álvaro em vez de ministro.**

O modo como tratamos os outros depende do tipo de relação social que mantemos com eles. Por um lado, se recorremos ao "tu" é porque conhecemos muito bem a pessoa com quem falamos ou temos uma relação familiar, isto é, de intimidade, com ela. Também pode suceder que ela seja mais jovem do que nós e a diferença de idades permite esse uso. Ainda poderá acontecer que o possamos fazer por termos mais poder que ela. Então, chamamos a pessoa pelo nome próprio, isto é, um deles, tendo mais que um, associando-o à segunda pessoa do singular (Álvaro, tu queres isso?). Expressar o sujeito através do pronome pessoal (tu) é facultativo. Podemos, se o desejarmos, omitir, igualmente, o nome (Queres isso?). Por outro lado, quando conhecemos alguém, empregamos um modo impessoal de tratamento para mantermos o respeito que a pessoa nos merece porque a encontramos pela primeira vez. Isto não significa que não haja respeito num tratamento por tu. Habitualmente, nesse tratamento, há igualdade. Se convivermos com quem acabámos de conhecer, ou passamos ao "tu" ou mantemos o distanciamento, conservando a terceira pessoa do singular (o Senhor/ a Senhora/ você), mesmo se dizemos o nome próprio (Álvaro, quer isso?). Nos papéis quotidianos que desempenha, qualquer cidadão acaba por receber vários tipos de tratamento, dependendo do grau de intimidade que tem com os interlocutores e do ambiente onde se encontra, em casa, no trabalho, no café, no mercado. A nível profissional, as formas de tratamento requerem distanciamento, mantendo algum formalismo, excepto se se criam laços de companheirismo ou de amizade entre as pessoas. Assim, as formas de tratamento permitem medir o grau de distanciamento e de familiaridade entre os indivíduos.

Os dois modos de nos dirigirmos aos outros enunciados acima são, frequentemente, ultrapassados, quando, nas nossas conversas diárias, nos referimos a figuras públicas que não estão presentes. Por exemplo, isto verifica-se se mencionarmos escritores, políticos ou outras individualidades. Estamos a falar delas e não com elas, o que nos deixa mais à vontade. O modo como as tratamos também depende do grau de intimidade que temos com elas e, em certa medida, do apreço que lhes temos. Quem não diz "o Cavaco", "a Assunção Esteves", "o Passos Coelho", "o João Jardim", "o Mourinho", "o Camões", "o Fernando Pessoa", "a Sophia (de Mello Breyner Andresen)", "a Florbela Espanca"? Empregamos o artigo definido junto do nome para

marcar uma certa familiaridade, embora não as conheçamos pessoalmente. Porém, são referidas na televisão; ouvimos falar delas, regularmente, ou conhecemos as obras que produziram, nomeadamente as literárias. Parece que as pessoas nos são próximas, nos são familiares, mesmo se muitas faleceram há séculos. Neste caso, ao falarmos de alguém ausente, o artigo definido junto do nome (próprio, com ou sem apelido) indica uma aproximação do outro ou, então, marca alguma falta de consideração, desprezo mesmo. Em situação de comunicação directa, quando se emprega o artigo definido junto do nome do receptor, a forma de tratamento expressa uma proximidade, mantendo o distanciamento requerido a nível social (**O Álvaro quer** isso?). Portanto, é normal chamar alguém pelo nome. O que pode não ser normal, comum, nas relações sociais, é a forma de tratamento que se usa para com essa pessoa, empregando ou não o nome dela.

Pensei nisso a propósito da afirmação do Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, feita em público, depois de ter sido nomeado para o cargo: “Prefiro que me chamem Álvaro em vez de ministro” (ver revista *Domingo do Correio da Manhã*, edição n.º 11 714, p. 6, “excitações” de João Miranda). Na afirmação, não há nenhuma indicação para um tratamento informal. O Ministro não diz para o tratarem por “tu”, mas indica a preferência pelo nome em vez do cargo (**Álvaro [Santos Pereira], quer** isso?/ **Senhor Ministro, quer** isso?). É evidente que, numa situação de tão grande formalismo, na cultura portuguesa, e em muitas outras, não é adequado usar apenas o nome próprio. Este tem de vir acompanhado do(s) apelido(s) (**Álvaro Santos Pereira, quer** isso?). Quanto a mim, nesta afirmação que provocou tantos comentários por ser inabitual, uma vez que, culturalmente, as pessoas preferem os títulos aos nomes, a questão está no uso do verbo “chamar”. Creio que há aqui uma substituição lexical. Em vez do verbo “chamar” deveria figurar “tratar” porque o que está em causa é uma preferência por um modo de tratamento em detrimento de outro. Em princípio, o verbo “chamar” remete apenas para o nome. Consequentemente, para mim, deveria ser: **Prefiro que me tratem por Álvaro em vez de ministro**. Isto querará dizer que há uma opção pelo nome, sem a referência ao cargo (ao título ou ao grau académico). Chamamos as pessoas pelo nome, mas tratamo-las de diversas maneiras, ou seja, com mais ou menos distanciamento, com mais ou menos formalismo, com mais ou menos apreço. Dependerá da proximidade que mantivermos com elas e do respeito que lhes temos.



## 13. "Queda de 1,6% ao nível do emprego"

**Queda de 1,6% a nível de emprego**

Neste momento de crise, o desemprego tem aumentado progressivamente. Cada vez mais pessoas perdem o seu único meio de subsistência e esta situação é trágica, não se conhecendo o desfecho que, individualmente, poderá ter. Quem vive de rendimentos não se preocupará com a perda de um trabalho, mas quem só tem o resultado do seu esforço, e empenho, para viver terá razões para ficar num grande estado de ansiedade. A vivência é ainda mais alarmante, quando isto ocorre a um casal com filhos pequenos. As notícias sobre este fenómeno têm-se multiplicado e, enquanto espectadora, vou receando o pior, embora aguarde pelo melhor. Será o trabalho um direito do indivíduo? Teremos todos direito ao trabalho? Dizem que há quem nunca tenha trabalhado e sempre tenha vivido à custa dos subsídios. Lembro-me, a este propósito, de uma reportagem, em Inglaterra, onde famílias inteiras passavam esta ociosidade de geração em geração. Será o trabalho uma necessidade do indivíduo?

Olhando para trás, já foi perspectivado de várias formas. Houve alturas em que não era remunerado ou, se o era, os géneros consistiam no único meio de pagamento. Isto acontecia, sobretudo, em ambiente rural. Para a concretização atempada de uma colheita, da ceifa ou da vindima, os familiares, amigos ou vizinhos juntavam-se para se auxiliarem. Iam de casa em casa para tratarem, juntos, dos trabalhos de cada uma. Reconhecia-se a importância da mão-de-obra, mas esta era paga com o contributo em pessoa, retribuindo-se a ajuda prestada. Expressões ou palavras como "jornaleiro", "estar a servir em casa de", "criado e amo", "operário e patrão", "picar ou marcar o ponto", "doméstica", "quero um emprego, em vez de um trabalho", "trabalhar a dias", "população activa", "trabalhador-estudante", "empreendedorismo", entre outras, poderiam ajudar a fazer a história desta realidade social. Trabalhar para viver será mesmo uma necessidade.

Retomando dados estatísticos, o caderno de Economia do semanário *Tribuna da Madeira* (ver ano VI, n.º 607, 18-06-2011) noticiava que o emprego registava, em Portugal, uma queda de 1,6 %, no primeiro trimestre de 2011, face ao de 2010. Assinalava que esta descida contrariava uma subida registada na média dos países europeus. O título "Queda de 1,6% ao nível do emprego em Portugal" da primeira página do caderno é o da notícia da página 7. Ao voltar a ler este texto, por um lado, fiquei a meditar nesta discrepância entre Portugal e a média dos países europeus (o que

explicará a nossa elevada taxa de emigração de jovens qualificados para alguns desses países). Por outro, pensei na construção “ao nível do”. A locução “**ao nível de**” (“à altura de, no mesmo plano que”) distingue-se de “**o nível de**” (“a altura de”, “a quantidade de”) e tem sido usada no mesmo sentido que “**a nível de**” (“relativamente a”). Curiosamente, nos cinco dicionários que consultei para o efeito (o Houaiss, o da Academia, o de José Pedro Machado, o da Porto Editora e o Prebiram) apenas surge “ao nível de” com o significado indicado acima. Além disso, o da Academia adiciona-lhe a acepção “No âmbito de, no domínio de”, própria de “a nível de”. Assim, “a nível de” e “ao nível de” poderão parecer equivalentes, mas, quanto a mim, são diferentes, mesmo se, pela consulta rápida, aqueles dicionários não consideram a existência de “a nível de”. Uma frase como “Estás ao nível dela.” invalida completamente a locução sem o artigo. O que dizer para “Queda de 1,6% ao nível do emprego”? Porque “ao nível de” e “a nível de” não serão expressões sinónimas, distinguindo-se as duas de “o nível de”, deveria ser: **queda de 1,6% a nível de emprego**, isto é, “o nível do emprego caiu 1,6%” ou “relativamente ao emprego, houve uma queda de 1,6%”. A diferença estará no uso, ou não, do artigo definido “o” e da preposição “a”. Na imprensa, coexistem “a nível de” e “ao nível de”, muitas vezes num único texto, criando estranheza a quem presta atenção aos detalhes. Parece insignificante distinguir “**o nível**”, “**a nível**” e “**ao nível**”, mas é nos pormenores que reside tudo o que é substancial. De escravo, criado, operário, empregado, funcionário ou trabalhador a desempregado, vai uma diferença significativa. O trabalho, remunerado, é mesmo uma necessidade para poder viver.

## 14. "conferem o tom alaranjado"

**conferem-lhe o tom alaranjado**

Quase todas as noites, das minhas janelas, vejo uma pequena estrela a brilhar. Ando à procura de mais, mas, frequentemente, na escuridão, não as encontro. Tem sido raro ver mais do que esta. No entanto, sei que elas existem. Embora nem sempre se tornem visíveis, estão lá. Por vezes, aparecem, colorindo o céu de pontos luminosos. Um céu estrelado, contemplado a olho nu, é um cenário maravilhoso. Será ainda mais encantador visto pelo intermédio de aparelhos como telescópios? Aqueles pontinhos de luz brilham com tanta intensidade que se assemelham a pedras preciosas. Além desta estrela, vou observando a lua que lhe faz companhia. A claridade desta é mais intensa e bem maior do que aquela. As fases lunares assumem contornos particulares, em que se destaca a perfeição circular da lua cheia. Quanto às estrelas, que temos o hábito de representar com quatro, cinco ou seis pontas, não parecem mais do que minúsculos pontos. Eu, quando desenho uma, lembro-me da árvore de Natal. A contemplação lírica do universo em constante movimento e mudança nada tem a ver com as descobertas científicas da Astronomia. Destas, pouco ou nada sei. Há um fosso entre a linguagem científica e a que usamos num sentido comum, sem nos apercebermos de qualquer especificidade técnica. Quando aprendi o que era a "atmosfera", compreendi que o termo "céu" não seria muito adequado, mesmo se o continuei a empregar. Todos os dias, falamos do "nascer" e do "pôr" do sol, quando este nem nasce, nem se põe no horizonte. Diariamente, não pensamos nos mistérios do "universo", nem procuramos saber o que é o "espaço", uma "galáxia", um "planeta" ou um "satélite". O que aprendemos, a este propósito, na escolaridade elementar, está praticamente esquecido.

Estas temáticas reaparecem, com frequência, em diversas revistas, essencialmente as dedicadas a um público masculino (basta ver a publicidade para traçar o perfil do leitor idealizado). Na *Super Interessante*, vão surgindo reportagens sobre a Astronomia e, na edição n.º 167, isto é, a de Março de 2012, há várias páginas dedicadas ao assunto. Na 12 e na 13, figura, com várias imagens, um artigo intitulado "Descobertas espantosas em Titã. Uma terra primitiva". O texto auxilia quem lê, simplificando a linguagem científica e procurando exemplos para facilitar a compreensão de qualquer leigo na matéria. Saturno é um planeta e a sua maior lua é Titã. Incrível! A existência desta é conhecida desde o século XVII! Facto ainda mais impressionante, a NASA

(*National Aeronautics and Space Administration* – Agência Espacial Americana) conseguiu, em 2004, obter “imagens e dados da atmosfera titânica durante duas horas e meia”, embora já tivesse recolhido informações anteriormente. Descobriu-se que, em Titã, há água, daí a sua comparação com a Terra. Ao ler este artigo, entre diversos pormenores linguísticos, como o uso do condicional (“estaria”, “seriam”), estranhei, essencialmente, duas afirmações. Por um lado (p. 12), está escrito: “Poderá haver ali vida? É difícil, já que a escassa água disponível estaria gelada ou em estado gasoso, formas incompatíveis com a sua génese.” Por outro (p. 13), lê-se: “criovulcão (...). Estas formações não expulsam lava, mas uma mistura de hidrocarbonetos, amoníaco e água na forma de gelo ou líquida. Seriam os principais candidatos a albergar formas biológicas semelhantes às terrestres.” Não tendo qualquer vocação para astronoma, quanto a mim, leitora destas páginas por pura curiosidade intelectual, só pode ser um lapso a referência ao estado líquido da água.

Escrever é uma actividade complicada, que vai pregando partidas ao autor, quando se distrai por segundos, deixando, como o condutor acidentado, de prestar atenção às circunstâncias. Provavelmente, estes textos serão traduções porque na página 6, em “A opinião do leitor”, explicam: “Não é vocação da *SUPER* publicar trabalhos originais em qualquer campo, mas divulgar os trabalhos que foram publicados nas revistas especializadas de cada área.” Aqui, não é a escrita em si a causar problemas, mas a reescrita (tradução, resumo, etc.) que também pode sofrer com distrações momentâneas. Por exemplo, na página 13, na explicação intitulada “Névoa colorida”, encontro uma construção do verbo “conferir” que não se coaduna com o que está a ser dito. Entre outras, podemos atribuir duas acepções a “conferir”: 1) “**verificar ou confirmar algo**” (Eles conferiram os dados e estão certos.) e 2) “**conceder ou dar algo a alguém**” (Essa escolha confere-lhe alguma credibilidade.). No breve texto explicativo sobre a “Névoa colorida” de Titã, uma acepção é usada pela outra, como se pode constatar em: “As partículas geradas pelo vento solar e o campo magnético de Saturno conferem o tom alaranjado.” Segundo compreendi, são as partículas e o campo magnético que concedem ou dão a Titã a cor alaranjada da névoa. Portanto, as partículas e o campo magnético não verificam ou confirmam aquela cor. Então, falta a menção ao complemento de objecto indirecto exigido por “conferir” usado, como neste excerto, no sentido de “conceder ou dar”. Deveria, em suma, estar escrito: **As partículas geradas pelo vento solar e o campo magnético de Saturno conferem-lhe o tom alaranjado**. Agora, quando contemplar o brilho intenso da “minha” estrela e as diversas fases lunares, lembrar-me-ei de Titã.

15. "O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada um"

### **O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada uma**

Serão as pausas benéficas para o trabalho? Haverá quem afirme que sim e outros dirão que não, devido às próprias vidas. Terá o Ministro da Economia razão ao querer suprimir feriados para os trabalhadores portugueses serem mais produtivos? Uns pensarão que não e outros estarão convencidos que sim, entrando em jogo, na tomada de posição individual, a experiência própria. Prefere-se uma produção nacional de quantidade ou de qualidade? A combinação de ambas as vertentes é a pretendida porque produzir depressa e mal não adiantará muito. Os compradores e consumidores dos produtos sabem-no, assim como os empresários que os fabricam. Até que ponto o descanso dos trabalhadores é importante para a produção nacional ser qualitativa e quantitativamente excelente? Será que a questão central não é a do descanso, mas a da motivação? O "carpe diem" latino e o "dolce fare niente" italiano farão parte da nossa costela latina de população europeia do Sul, esquecida, quando se é emigrante no Norte? Terá a indolência alguma ligação com a importância do descanso na produção económica? O filme *Tempos Modernos* de Charlie Chaplin ilustra bem que as pessoas que fazem trabalhos em série não são máquinas e que há ritmos produtivos excessivamente exagerados. Existem trabalhos em que as pausas para ir à casa de banho são cronometradas. Porquê? Provavelmente, acontece assim para evitar exageros. As baixas fraudulentas são numerosas e o Governo propõe penalizações pecuniárias para os trabalhadores que tiverem de pedir uma baixa, sobretudo de curta duração, mesmo para aqueles que estejam realmente mal. Muitas vezes, quem vive uma situação de saúde problemática até preferia estar a trabalhar. Porém, a doença obriga a pausas forçadas e involuntárias. Pode acontecer que as doenças sejam causadas pelos próprios trabalhos exercidos afincadamente. A vida está cheia de contra-sensos.

A nossa sociedade também é bastante contraditória. Múltiplos são os avisos que nos vão fazendo e que aparecem um pouco por todo o lado. Repetem-nos que, para termos uma vida saudável, o descanso e o desporto são fundamentais. Todavia, a rotina que temos, derivada do nosso trabalho, nem sempre permite o repouso devido e o desenvolvimento de um exercício físico continuado. Há um ano, o caderno comercial do *Diário de Notícias* (ver Edição Sul de domingo, 03-04-2011) preenchia a primeira página com um texto, anónimo, intitulado "Abolir o cansaço da sua vida" e

um subtítulo “vida saudável”. São, aí, feitas recomendações habituais em cinco tópicos, com a indicação geral “Esta é a altura ideal para praticar desporto”: 1) diga não aos alimentos refinados, 2) coma melhor, 3) cozinhe mais e melhor, 4) faça exercício e 5) durma, relaxe e respire melhor. Portanto, a receita para ser saudável é simples. Porém, parece que a maior parte da população, que consome elevadas quantidades de medicamentos, não consegue seguir estas dicas, reiteradas à saciedade, a par de algumas outras, como “fumar mata”.

A leitura deste interessante texto, onde o imperativo predomina, apresenta várias curiosidades linguísticas como, por exemplo, a sequência “adopte uma alimentação rica em (...) muita água e chás e muita pouca carne e aves”, com a repetição de “e” a dificultar a compreensão. Destaco, no entanto, apenas uma de concordância. De início, pressupõe-se que o leitor ideal é feminino (“o cansaço vence-a”), mas, no ponto 3), ocorre o masculino (“Esteja atento”). Volta o feminino no 4) com “ajuda-a num sono repousante” e assume um destinatário de qualquer sexo no tópico 5), na frase “O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada um precisa de diferentes horas de sono para descansar.” Para mim, existe uma falta de concordância porque “pessoa” é feminino, mesmo se indica um indivíduo de sexo masculino. Então, a sequência “cada um”, dependente de “pessoa”, terá de estar no feminino, englobando qualquer indivíduo. Portanto, **“O ritmo biológico difere de pessoa para pessoa e cada uma precisa de diferentes horas de sono para descansar.”** seria o que se esperaria ler. Esta flutuação na identidade do destinatário do texto dava para uma reflexão curiosa. Permite-me pensar que, normalmente, são as mulheres que se cansam mais e que requerem mais pausas no trabalho. Não por preguiça, mas por diversas razões, incluindo fisiológicas ou por excesso de responsabilidades, como cuidar de familiares doentes. Estes serão mesmo alguns dos motivos que fazem com que recebam menos salário do que os homens por trabalho idêntico, em certos sectores laborais. A Economia, embora uma ciência social e, no fundo, humana, porque dependente das pessoas, manifesta-se como muito pouco humana. Não admira nada que alguns economistas tentem aumentar a produção nacional à custa da abolição de pausas, sejam ou não feriados históricos. Resta saber se, com trabalhadores desmotivados porque penalizados, mais trabalho será melhor trabalho...

## 16. "a construção do Muro da Esperança, no qual participam"

**a construção do Muro da Esperança, na qual participam**

A cultura humaniza porque educa, forma, o ser humano, dando-lhe uma dimensão interior alargada, sem horizonte à vista. É como um alimento para a alma, nutrindo o espírito em profundidade. É ter férias e viajar para bem longe, sem sair do mesmo sítio. Ver um filme, assistir a um espectáculo, ouvir uma música, ler um livro e contemplar uma obra de arte são como vitaminas indispensáveis de que necessitamos para nos compreendermos, mesmo se não gostamos delas. São imprescindíveis para sabermos quem somos, para entendermos os outros e o mundo à nossa volta. Todas estas acções são vitais e enriquecedoras. Serão pobres aqueles que são incapazes de ver, ler, ouvir ou contemplar porque não interpretam, não pensam, mesmo se vêem, lêem ou ouvem. O artista – quer seja realizador, actor, compositor, músico, bailarino, pintor, escultor – é um visionário. O intérprete é o espectador, o leitor ou o ouvinte, podendo assumir a perspectiva de crítico. A comunhão entre o artista e o intérprete será plena, quando houver empatia e este compreender aquele, através da obra. Não ocorrerá, se este não procurar entender aquele. A cultura é partilha artística, havendo quem dá e quem recebe para, depois, quem recebeu também dar, através da própria produção ou da comunicação do que compreendeu. Recentemente, senti isso mesmo.

Tive a ocasião de visitar o Museu de Arte Sacra do Funchal, onde vi, pela primeira vez, uma belíssima *Aparição* em tons cinzentos, num tríptico que costuma estar aberto, não deixando ver o reverso. Se houvesse um banco no meio da sala, poderia ficar horas a contemplar aquela cena mariana, incompreensível para o juízo humano, mas sentida pelo artista. No Museu de Arte Contemporânea, quando estava na Fortaleza de São Tiago, descobri, entre outras peças, quer umas de Ana Hatherly, desenhadas com a escrita, como se fossem herméticos poemas visuais, quer um imenso cenário de vias modernas cruzadas numa neblina esfesfográfica de Pedro Gomes. Já não estou certa do nome, mas não me esqueço da obra. É pena que não se possa aceder a todo o acervo do Museu e que, também neste espaço, não haja uns assentos! No Teatro Municipal Baltazar Dias, visitei uma exposição sobre a moeda única europeia, ficando, por exemplo, a saber distinguir notas verdadeiras de falsas, um assunto mais prosaico, mas cheio de arte. No Teatro, também assisti à peça *O Bem Amado* da companhia Metaphora, que envolveu a plateia logo de início com um cortejo fúnebre,

encenando um texto de Dias Gomes que já foi uma popular novela brasileira. Em casa, ouvi repetidas vezes *Pelléas et Mélisande* de Debussy e tive a necessidade de ler o libreto para compreender o enredo expresso pelo canto lírico. Na televisão, vi uns filmes gravados, apreciando, sobretudo, *Good Night, and Good Luck* (Boa Noite e Boa Sorte): uma visão forte da utilidade da televisão, *Regarding Henry* (O Regresso de Henry): o drama de um advogado de sucesso que reaprende o sentido da vida e *Once* (No Mesmo Tom): um encontro entre dois músicos, nas ruas de Dublin, que muda a vida a ambos. Os cinemas deveriam divulgar obras como estas! Ando a ler *O Dia dos Prodígios* de Lídia Jorge, mas ainda não consegui aderir à história, apesar de parecer bastante curiosa. Será, provavelmente, pelas pausas obrigatórias que tenho de fazer. Se não lesse, não visse, não ouvisse, não sentiria, não compreenderia o que sou e aquilo de que gosto. Torno-me eu, sendo, momentaneamente, os outros, chegando a eles através das obras que produzem.

Para ter acesso à cultura, a que se vai produzindo, ou revelando, no espaço regional, é extremamente útil a *Agenda Cultural* concebida pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais. Esta publicação é mensal e gratuita, tornando-se um auxiliar de memória e um guia orientador para quem quiser. Na Universidade da Madeira, os expositores da Associação Académica costumam ter exemplares e é onde tiro o meu. Nem sempre posso participar em todas as actividades que descubro na *Agenda Cultural*, mas a utilidade desta é inquestionável. Orientei o meu roteiro cultural da Páscoa, que descrevi parcial e previamente, com a edição de Abril. É dedicada à Festa da Flor, um evento que, pela sua singularidade, e beleza, atrai. Na página “em destaque”, figura uma apresentação desta festa e, como para qualquer texto, incluindo os meus, haveria alguns pormenores linguísticos a salientar. Realço apenas um da seguinte frase (ou melhor, do parágrafo): “No fim de semana assistimos aos principais momentos desta celebração com a construção do Muro da Esperança, no qual participam centenas de crianças no Largo do Município, e o Cortejo Alegórico, no domingo, que irá, com certeza, trazer à Baixa da Cidade muitos madeirenses e turistas.”, sem prestar atenção à pontuação, à construção verbal ou a outros detalhes. Quando reli o excerto, fiquei a pensar na opção “no qual” que se liga a “Muro”. Não se deveria relacionar com “construção” em vez de “Muro”? Acabei por concluir que a concordância, sintáctica e semântica, se deveria fazer com o feminino “construção”, já que “Muro da Esperança” depende desse substantivo, ligando-se-lhe através da preposição “de”, aglutinada com o artigo “o” (a **construção do** Muro da Esperança). Além disso, “participa-se numa construção” e “não se participa num muro”. Portanto, deveria ser assim: **a construção do Muro da Esperança, na qual participam centenas de crianças no Largo do Município**. A Festa da Flor é um espectáculo que se subdivide em vários. Espero poder assistir a alguns. Mesmo se se repetem, anualmente, trarão, por certo, algo de novo e belo que me fará pensar, permitindo-me a descoberta.



17. "cerca de 90% da população usa tétum"

**cerca de 90% da população usam o tétum**

No Museu de Arte Sacra do Funchal, apresentei o livro do Padre Doutor Aires Gameiro, intitulado *40 Dias em Timor-Leste* e editado pela Pearlbooks. Trata-se de um livro singular que procura razões, relacionando dados e factos, para justificar a identidade, o "supersentido", deste jovem estado internacional com profundas raízes históricas, culturais e religiosas. Entre outros assuntos, na sessão, falou-se da questão linguística. Em Timor-Leste, há um cenário multilingue que impressiona qualquer forasteiro. Num ambiente de várias línguas nativas (o Tétum, o Português e o Indonésio), o Inglês, essencialmente pela forte presença de entidades ligadas à Organização das Nações Unidas e pela proximidade da Austrália, quer ganhar projecção, tentando ocupar um lugar de relevo, como tem sucedido a nível internacional. Todavia, face a esta hegemonia, pelo mundo fora, a procura da identidade nacional tende a fazer-se com um povo, uma terra, uma bandeira, um hino e uma língua. Há, porém, países que contendo diversas comunidades, inclusive linguísticas, têm dificuldade em construir e manter a unidade nacional. Será o caso? O que irá acontecer à cultura e à Língua Portuguesa em Timor-Leste? Manter-se-ão? Desaparecerão? Ficarão apenas vestígios? Durante o domínio indonésio, houve uma tentativa para aniquilar o Português, substituindo-o pelo Indonésio. No entanto, não desapareceu, mesmo se os timorenses incrementaram o uso do Tétum, tornando-se esta língua o veículo da resistência.

Nem de propósito, no *Público* (ver edição de Lisboa de 22-04-2012, n.º 8049, p. 54), li o texto de José Ramos-Horta intitulado "Timor-Leste, Tetum [sic], Português, Língua Indonésia ou Inglês?" e reencontrei a questão linguística timorense. Ramos-Horta faz uma reflexão alargada sobre o assunto, partindo de uma opinião de Victor R. Savage, um Professor Associado de Geografia na Universidade Nacional de Singapura, favorável à escolha do Inglês. Para Ramos-Horta, o assunto das línguas, do multilinguismo, "é, em Timor-Leste, uma questão simples". A visão que transmite é extremamente positiva porque, onde alguns consideram haver um defeito, ele descobre uma qualidade. Eu estou plenamente de acordo com ele, já que saber várias línguas, quanto a mim, só traz vantagens. Afirma Ramos-Horta: "Estamos entre os povos mais políglotas do mundo. Uma grande percentagem entre nós usa três a cinco idiomas – uma língua local materna, tétum, indonésio, português e inglês." Acrescenta: "Aconselho sempre os jovens a terem uma atitude aberta

à informação, ao conhecimento de outras culturas e a aprenderem tantas línguas quanto possível. Exorto-os a não terem a atitude provinciana do australiano médio, ou do americano ou britânico, que dominam apenas o inglês.” Se é incontestável a minha concordância com a defesa do multilinguismo, ou plurilinguismo, também me parece importantíssimo que o domínio a ter das línguas que se aprendem deva ser o melhor possível. Caso contrário, servirá de bem pouco, visto que não possibilitará a comunicação. As finalidades práticas de uma língua são variadas. A primordial parece-me ser a da troca, a da partilha, com os outros. A essência da comunicação permite pôr em comum e fundar uma comunidade.

O artigo de Ramos-Horta é extenso e denso, tratando do assunto de forma muito clara e extremamente interessante, embora, creio eu, com pouca consonância com as suas opções linguísticas para a página electrónica da candidatura à Presidência. Neste artigo, contrariando a opção pelo Inglês e baseando-se nos dados do “Censo Nacional de 2010”, refere que “23,5% falam, lêem e escrevem português”, quando, em 2002, “menos de 5% dos timorenses dizia compreender português”. É incrível a diferença! Portugal e os restantes membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, sobretudo o Brasil, têm colaborado para este cenário, mas porque as entidades governativas timorenses assim o desejaram. Fazendo uma projecção, Ramos-Horta olha para o futuro e escreve: “Mais 10 anos e teremos metade da nossa população a dominar a língua portuguesa, uma versão local do português, com vivacidade tropical e musicalidade própria, como o português falado no Rio ou em Luanda.” Uma língua transplantada acaba por assumir características locais muito próprias. Porém, isso não se nota na expressão deste texto, bem escrito, onde registo particularidades linguísticas que encontro em textos escritos em Portugal. Para mencionar apenas uma, fico-me com o excerto em destaque: “O Censo Nacional de 2010 apurou que cerca de 90% da população usa tétum diariamente.” Contrariamente às concordâncias seguintes (“Uns 35% são utilizadores fluentes” e “23,5% falam, lêem e escrevem”), “usa” ocorre no singular, motivado por “população”, quando se esperaria um plural, devido a “cerca de 90%”. Este tipo de concordância com o elemento do sintagma mais próximo da forma verbal é frequentíssimo. Como se verifica nos casos de percentagens, deveria ser: **cerca de 90% usam.** Além disso, antes do nome de uma língua, à partida, vem o artigo definido. Portanto, ficaria: **cerca de 90% usam o tétum.** Enquanto o Português de Timor-Leste não ganha colorido próprio, inclui-se no que se classifica como “Português Europeu”, à falta de melhor designação. A Lusofonia é multifacetada e não pode renegar as suas origens porque há uma história em comum. É provável que esta seja a tónica de um evento dedicado a Timor-Leste, organizado pela Escola Secundária Francisco Franco.

18. "Uma iniciativa, em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam, sem gastar um cêntimo."

**É uma iniciativa em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam sem gastar um cêntimo.**

Como será ter fome? Como será ter fome e não ter nada para comer? Às vezes, entretida num trabalho, passam as horas e não me lembro que tenho de comer. Apenas dou conta da passagem do tempo quando o meu estômago começa, literalmente, a dar horas. Por vezes, a "fome" é tanta que sou capaz de ingerir uma quantidade apreciável de comida para ficar saciada, mesmo mastigando devagar. Contudo, não posso dizer que tenha algum dia passado realmente "fome". Os verdadeiros casos que conheço são ficcionados e, encontrei-os em livros. Dou dois exemplos. Não sei que idade teria aquando da leitura de *A Menina dos Fósforos* de Hans Christian Andersen. A obra tinha belíssimas ilustrações, nomeadamente as de um banquete, o da ceia de Natal, que a Menina, cheia de fome, vê num sonho. Durante a noite, acaba por morrer com fome e frio, consolada pela imaginação. Devia ter uns doze anos, quando li *Sem Família* de Hector Malot. Se bem me lembro, contava a história de um menino que, na companhia de um cão, cantava e pedia esmola nas ruas. Foi nesse livro que descobri o ditado "quem dorme come". Nos filmes com cenários de guerra, há episódios de fome, como em *O Pianista* de Roman Polanski. Uma lata de conserva pode tornar-se um manjar suculento, depois de dias sem qualquer alimento. Nos noticiários televisivos, mesmo se é cada vez mais raro, vão aparecendo imagens de doces crianças africanas subnutridas, acabando algumas delas por morrer. Já ofereci comida a crianças e adultos que pedem um euro, mas a fome de bolos específicos, ou de café, não é bem real... Por educação familiar, a minha orientação foi sempre a de não desperdiçar comida porque é um bem vital a que todos deveriam ter direito.

Há tempos, ouvi falar um piloto português que, nas horas livres, tentava fazer com que as deliciosas comidas diárias de restaurantes e cantinas não fossem parar ao lixo, no fim do dia. Nestes tempos de crise económica, são cada vez mais aqueles que não têm com que matar a fome devido, sobretudo, ao desemprego crescente. Ouvi-o contar, num programa dos *Prós e Contras* de Fátima Campos Ferreira, o quanto era difícil conseguir as autorizações necessárias para que pudesse levar a bom porto a sua louvável iniciativa. Afinal, era uma má interpretação de um documento com cariz legal que estava a

bloquear o processo. É certo que, na nossa sociedade ocidental, a higiene e os cuidados a ter com os alimentos são sempre poucos. Temos, por isso, uma certa tendência para exagerar. Por exemplo, quando posso, dou sangue e, depois da dádiva, é obrigatório comer e beber. Preparadas, há embalagens de comida com, normalmente, uma sandes, uma peça de fruta e algumas bolachas. Se não forem consumidas ou levadas pelos da-dores, acabam no lixo, embora estejam intactas. Esta situação causa-me estranheza, mas não há volta a dar-lhe, por mais pedidos de explicações que peça. Relativamente a esta temática geral, no *Público* (22-04-2012, p. 23), encontrei o texto intitulado “Portugal não se pode dar ao lixo.” com um evidente jogo de palavras entre “lixo” e “luxo”. A expressão “não se poder dar ao luxo” é substituída por “não se poder dar ao lixo”. O texto de divulgação do movimento Zero Desperdício desperta-me a consciência pela crueza dos dados: “Cerca de 360 mil Portugueses passam fome.” e “mais de 50 mil refeições são desperdiçadas todos os dias de norte a sul do país”. Ninguém deveria passar fome, sobretudo as crianças e os jovens que estão numa fase de crescimento.

Há escolas, juntas, câmaras e diversos organismos, incluindo religiosos, atentos aos casos de crianças subnutridas e malnutridas que se vão multiplicando, cada vez mais, em Portugal. É certo que, muitas vezes, as famílias, com dificuldades económicas e maus hábitos alimentares, não sabem que se pode comer bem por pouco dinheiro. Vem-me à memória uma sequência publicitária sem êxito, embora muito útil, que comparava o preço de refeições. As saudáveis custavam apenas um euro! O assunto da alimentação é, por si, extremamente interessante e tem suscitado inúmeros pontos de vista em congressos e em diversos programas pelo mundo fora. Haveria imenso a dizer sobre ele, mas volto ao texto “Portugal não se pode dar ao lixo.”, com o intitulado escrito a vermelho para chamar a atenção. Destaco a sequência “*Uma iniciativa, em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam, sem gastar um cêntimo.*”, entre dois pontos, que será uma frase. Falta-lhe, todavia, uma forma verbal. Além disso, as duas vírgulas que aí surgem serão ambas dispensáveis porque, caso contrário, o que é afirmado corresponde apenas a “Uma iniciativa” ou a “Uma iniciativa sem qualquer gasto”, ficando bastante incompleto. Julgo que seria preferível retirar as vírgulas e adicionar uma forma verbal copulativa (É uma iniciativa em que estabelecimentos aderentes e seus clientes participam sem gastar um cêntimo.) para tornar a frase mais compreensível e qualquer leitor saber que pode participar. As palavras não alimentam, concretamente, ninguém. No entanto, podem agir sobre os leitores e ajudar a combater o desperdício alimentar em Portugal. Como será ter fome? Como será ter fome e não ter nada para comer?

## 19. "habitam organizadamente e silenciosamente"

**habitam organizada e silenciosamente**

Quanto a mim, o Funchal é uma capital cultural em constante ebulição. As atividades recreativas e culturais nunca param e há-as para todos os gostos. Nestes dias, a par de inúmeros outros acontecimentos, foi a Festa da Flor; decorreu o Ciclo de Cinema Italiano; houve vários lançamentos de livros; teve lugar a Conferência Anual da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Economistas, dedicada ao aproveitamento económico e turístico da cultura (cujos breves documentários televisivos com entrevistas – *Madeira Cultura* – foram uma belíssima ideia); terminou o *Madeira Film Festival* e vai decorrer a Festa da Cultura do Funchal. A oferta é grande e ninguém se pode queixar de não haver eventos de dimensão nacional ou internacional. Participar em todos os acontecimentos torna-se impraticável. Aliás, no meu entender, estar em tudo não é benéfico porque nem concede tempo para assimilar o que quer que seja. Consequentemente, cada um vai organizando a sua agenda em função do que pode e quer. Eu quero muito, mas posso pouco. Então, tento tirar partido dos poucos eventos em que participo. Soube-me, portanto, a muito o filme italiano *Scialla!* de Francesco Bruni com um enredo simples, envolvendo pai e filho, numa família “falsamente” monoparental, com a temática da escolarização e da educação, sobretudo cultural, dos jovens do século XXI. Ser filho da mãe, em sentido literal, é mais evidente do que ser filho do pai, já todos sabemos. Por isso, neste filme, surge uma reflexão curiosíssima sobre a paternidade física (e cultural) e o valor dos laços consanguíneos.

Apesar de não ter conseguido ver os filmes do *Madeira Film Festival*, estive, previamente, a ler as sinopses que figuram na revista do semanário *Tribuna da Madeira* de 27-04-2012 (ver *Sexta*, pp. 14-19), escolhendo as que me interessavam para agendar os visionamentos. Muitas propostas eram aliciantes e todas elas se apresentavam como extremamente criativas. A imaginação dos cineastas dos quatro cantos do mundo é inesgotável. Todo e qualquer detalhe, incluindo da natureza, pode originar produções curiosíssimas. De onde lhes vêm as ideias? Como nasce a criatividade? Por que razão algumas obras têm mais êxito do que outras, apesar de umas quantas famosas serem bem menos interessantes do que outras desconhecidas? Gostava de ter visto, acima de tudo, o documentário *Fjord* de Skule Eriksen sobre a paisagem tipicamente norueguesa, *How to Destroy the World. Food & Rubish* (Como destruir

o mundo. Comida e Lixo) – uma animação de 2 minutos de Pete Bishop, *Infinito* de André Santos com a temática do silêncio, *Canto da Terra e da Água*, dedicado à região portuguesa de Trás-os-Montes e indicado como sendo da autoria de Francesco Giarusso e Adriano Smaldone, *Mondego* de Daniel Pinheiro, acerca da vida selvagem do rio Mondego, ou *Child of Yak* (Criança de Iaques) de Christophe Boula com o tema da escolarização de uma menina tibetana que guardava iaques, isto é, bois asiáticos.

Embora umas quantas sinopses estejam em versão inglesa e algumas traduções tenham problemas, a ideia de as facultar aos leitores é muito válida. Mesmo se não vi nenhum dos filmes, o facto de ter lido sobre eles é, já de si, um enriquecimento valioso, embora contenham, no meu entender, diversos pequenos problemas de expressão, dos quais destaco um único. Num dos breves textos, mais precisamente no dedicado ao documentário *Bestiaire* de Denis Côté, registei uma sequência de dois advérbios de modo ligados pela conjunção copulativa “e”: “habitam organizada e silenciosamente”. Nas gramáticas portuguesas, está definido que este tipo de construção se faz, por tradição, com o sufixo do advérbio apenas no segundo elemento. Portanto, à partida, deveria ser: **habitam organizada e silenciosamente**. Esta orientação gramatical está estabelecida, mas não são poucos os casos em que aparece como na sequência da sinopse. Por certo, faria todo o sentido empregar o sufixo no primeiro advérbio. Porém, gramaticalmente, não é considerada necessária a redundância. Há, aqui, decerto, uma razão de economia linguística que poucos parecem conhecer. Como é impensável participar em todos os eventos culturais, direi que também é impossível conhecer todos os detalhes do funcionamento de uma língua viva, mesmo se é a nossa língua materna. Além disso, as suas potencialidades criadoras são incomparável e incrivelmente vastas, tanto quanto as artísticas.

20. "são necessários muito mais votos"

### **são necessários muitos mais votos**

Há alguns anos, num 12 de Maio, no anfiteatro da Reitoria da Universidade da Madeira, decorreu uma transmissão, em directo, de uma actividade do Movimento Juntos pela Europa, realizada em Bruxelas. Durante cerca de uma hora, houve uma ligação simultânea de várias cidades europeias, incluindo o Funchal, para manifestar, concretamente, o lema "a unidade na diversidade" (cf. [www.flickr.com/photos/together-for-europe/sets](http://www.flickr.com/photos/together-for-europe/sets)). Além de brevíssimos discursos, músicas entusiastas, coreografias animadas e a concretização de um pacto de solidariedade, passaram um diaporama com imagens dos eventos ocorridos, nesse dia, para a mesma finalidade, em diversos países europeus. Desta viagem instantânea, passando por "cidades solidárias", ficam-me as imagens de fazer (reproduzindo) a bandeira da União Europeia e de colocar as cópias às janelas de um castelo italiano. Trata-se de um gesto simples, mas bastante simbólico. O que é ser europeu? O que significa? Como é sentir-se europeu? Bruxelas e Estrasburgo, os principais centros institucionais, ficam tão longe do Funchal e de Lisboa! Ser funchalense, madeirense, português e europeu é o mesmo, embora em círculos com maior diâmetro.

A maior vantagem de integrar uma União é a de poder movimentar-se livremente, nesse espaço sem fronteiras, circulando. Quem viajou um pouco e teve de passar, horas e horas, num posto fronteiriço, para ver controlado o passaporte, compreenderá bem o que esta livre circulação de pessoas – acontecendo igualmente para os bens – representa. Quando o controlo é mais severo, um polícia faz uma breve entrevista para aferir o motivo da viagem. Sente-se que basta uma palavra, um gesto, e tudo pode dar para o torto. A ameaça estrangeira torna-se constante e é necessário atestar que as intenções são boas. No nosso território, não há fronteiras. Podemos trabalhar e viver onde quisermos. Podemos ir de Machico a São Vicente sem problemas, de Bragança a Beja, com tranquilidade. Permanecer em Espanha ou na Alemanha será como estar na Madeira, em Portugal. Há diferenças, é certo, mas, num único país, também as há e, muitas vezes, não são poucas. Quem não viaja não verá aí qualquer vantagem. Se não compreender os benefícios desta livre circulação, terá como realidade europeia mais próxima a moeda única. Embora, neste momento, seja motivo de dissabores, a mim, trouxe-me muitíssimas vantagens. Fazer câmbios era uma dor de cabeça autêntica. Ainda devo ter umas pesetas e uns francos como vestígios deste

tormento. Agora, com a mesma moeda, podemos comparar preços e ter uma ideia precisa do custo de vida. As políticas económicas e financeiras europeias estão na ordem do dia. Há quem vaticine que o escudo voltará. Embora entenda muito pouco da amplitude de uma temática como esta, espero bem que isto não suceda. Tenho a esperança que isso não aconteça na Grécia. Voltar à moeda nacional não deixaria de ser um retrocesso, a nível económico, político e simbólico.

Do Funchal, vou prestando pouca atenção às temáticas europeias, mas a suficiente para entender a importância de fazer parte desta União que se quer solidária. As viagens pelos diversos países, os familiares e amigos a residirem nalguns deles, os alunos Erasmus com quem contacto ou as notícias que vou ouvindo e lendo são uns quantos fios que a ela me mantêm ligada. No *Público* (ver a edição de 17-04-2012, p. 46), li um texto, denso e reflexivo, no geral bem escrito, do eurodeputado Paulo Rangel. Intitula-se “A Europa e o «esmagamento» das médias potências (II)”, revelando ser a continuação de um outro (I) que não li. O eurodeputado refere o *Relatório Duff*, abordando este “a mudança das regras de eleição dos membros do Parlamento Europeu”. O tema capital é político e desconhecido do cidadão comum. Paulo Rangel estabelece a comparação do enfraquecimento político dos países de dimensão média, como Portugal, à da classe média. O seu ponto de vista é bastante formativo. Entre a proporcionalidade degressiva e estrita, com ele, verifiquei a dureza das negociações entre os países grandes, médios e pequenos da União. Os políticos têm de fazer muitos esforços para se entenderem no meio da diversidade e dos interesses instalados. Compreendo as ideias apresentadas, mas fico-me por um pormenor linguístico desta frase: “Na prática, são necessários muito mais votos para eleger um deputado europeu na Alemanha (852.000) do que são em Malta (68.000) ou em Portugal (590.000)”. Quanto a mim, há um problema com “muito”. Teria de estar no plural (**são necessários muitos mais votos**) porque determina o substantivo “votos” (**são necessários muitos votos**) e não é imprescindível (**são necessários mais votos**). Os eurodeputados, como Paulo Rangel, representam-nos e têm a responsabilidade de nos defender, lutando para o bem comum. Ser europeu será, no entanto, muito mais do que votar para a sua eleição. Se estamos Juntos pela Europa, a nossa intervenção deveria ser quotidiana. Da acção desse dia 12 de Maio, retenho a “unidade na diversidade”. Juntos, fazemos a União Europeia, sendo cada um o que é, individualmente e como Estado. A unidade não é uma utopia.



## 21. "ajuda a explicar porque é que a Suécia"

**ajuda a explicar por que razão a Suécia**

O dinheiro comanda a vida. Nas notícias, têm aparecido inúmeros casos de corrupção, fuga ao fisco, lavagem de dinheiro ou branqueamento de capitais. Para possuir dinheiro, há quem ameace, roube e mate, das formas mais incríveis, por vezes, os próprios familiares. Para conseguir dinheiro, traficam-se doses mínimas de estupefacientes por valores exorbitantes, a mando de terceiros que não "sujam as mãos". Para obter dinheiro, faz-se seja o que for. Para ter dinheiro, exercem-se influências e corrompem-se profissionais de várias áreas. A ficção que se lê não chega aos calcanhares da realidade que se vê e nos entra pela casa adentro, através dos meios de comunicação social. De todos os crimes, os de "colarinho branco" são, porventura, os menos espetaculares e os mais silenciosos, mas os que visam objectivos bem mais ambiciosos. A sua comparação com a actuação do polvo não é fortuita. Quando se descobrem, fica-se com dúvidas. Como é possível que um político tão bem colocado, um banqueiro tão conceituado, um autarca tão competente, isto é, uma pessoa tão digna, tenha cometido esse tipo de crime? A tentação do dinheiro fácil é muito grande, já que lhe está associada uma vida de luxo requintado e de conforto invejável. Se o dinheiro não se herda e não é fruto do trabalho (Honesto, claro!) de onde vem? Como se constroem grandes fortunas a partir do nada? O dinheiro parece comandar a vida. Tê-lo é o sonho de qualquer pessoa. Quem não gostaria de "nadar em dinheiro" como o Tio Patinhas?

Na revista *Sábado* (ver edição de 29-03-2012, p. 81), li o artigo de Susana Lúcio intitulado "O fim do dinheiro" e pensei no sentido deste título. Seria possível deixar de haver dinheiro? A nossa sociedade está organizada em função dele: o trabalho, os bancos, o comércio, o desporto, a cultura. Se se acabasse com esta incrível invenção do ser humano, perderíamos muito com ela. Afinal, o título "O fim do dinheiro" remete para o fim da circulação de moedas e notas, que foram invenções chinesas: aquelas há 3 000 anos e estas no século VII. O artigo refere o que tem acontecido na Suécia. Aí, surgiu um movimento, liderado por Björn Ulvaeus, um dos membros dos ABBA, que visa "abolir todo o dinheiro", ou seja, a circulação das moedas e notas, para evitar roubos e assaltos. Estas deveriam ser substituídas pelos cartões de débito e pelas transacções bancárias. Assim, poupar-se-ia dinheiro porque, está escrito no artigo, segundo "Estudos realizados nos Estados Unidos", "fabricar, distribuir e

garantir a segurança do dinheiro em circulação custa o dobro do que seria pago se as pessoas usassem apenas cartões de débito”. Nestes tempos de crise, há quem alegue que se deva recorrer o menos possível ao “dinheiro de plástico” – os cartões – por se perder a noção do que se gasta. Contrariando, em parte, esta ideia, o movimento sueco defende o uso do cartão por razões de transparência, uma palavra muito na moda. A Suécia, sendo “um dos países onde circula cada vez menos dinheiro”, será também um dos menos corruptos. Leio isso na seguinte frase: “A escassa circulação de dinheiro também ajuda a explicar porque é que a Suécia surge nos primeiros lugares do *ranking* dos países menos corruptos no mundo, elaborado pela organização Transparency Internacional.” e fico a pensar que as “lavagens” de milhões (Será possível lavar dinheiro como se lava roupa para tirar nódoas?) se fazem também através de transferências bancárias...

Nesta frase, a sequência “porque é que” deixa-me dúvidas. Parece haver, aqui, uma interrogativa (Por que razão a Suécia é um dos países menos corruptos do mundo?). Porém, não é uma interrogativa directa, visto que não leva ponto de interrogação no fim. Tratar-se-á de uma indirecta, introduzida por “ajuda a explicar”. Então, certos estudiosos consideram que o elemento interrogativo não deveria ser “porque” (conjunção causal ou explicativa), tido como exclusivo das respostas, mas “por que”, equivalente a “por qual”, subentendendo, por exemplo, “razão”. Outros discordam, defendendo que é válida aquela opção. Tenho visto empregar frequentemente “porque” como interrogativo. Todavia, em Português, existe o interrogativo “porquê”, quando isolado no discurso. Para resolver a questão, o ideal será usar “por que” seguido de “razão” ou “motivo”, nos restantes casos. Nas respostas, ocorrerá “porque”. Portanto, “porquê” (por que razão)/ e “porque” formam um par de palavras à semelhança de um par espanhol (*por qué / porque*), francês (*pourquoi / parce que*) ou inglês (*why / because*). Quanto à locução enfática “é que”, própria da oralidade, é perfeitamente dispensável, como se pode verificar pelos restantes dois casos em que aparece no artigo: “Se não houvesse dinheiro, o que é que os ladrões podiam fazer?” (Se não houvesse dinheiro, o que podiam fazer os ladrões?) e “É que se as transacções electrónicas ficam registadas nas instituições bancárias, o uso de dinheiro vivo é completamente anónimo.” (Se as transacções electrónicas ficam registadas nas instituições bancárias, o uso de dinheiro vivo é completamente anónimo.). Entre outras possibilidades, julgo que poderia estar escrito: **A escassa circulação de dinheiro também ajuda a explicar por que razão a Suécia surge nos primeiros lugares do *ranking* dos países menos corruptos no mundo.** O dinheiro é metal precioso, ouro valioso, e isso explica por que motivo o seu brilho perene é tentador. O dinheiro só comanda a vida de quem se deixa seduzir, mas resistir-lhe é extremamente difícil. É mais forte do que o sonho.

22. "tem ganho cada vez mais fãs"

### **tem ganhado cada vez mais fãs**

O calor intenso tem convidado a idas à praia, nos fins-de-semana, e eu ainda só fui uma vez, neste ano, mas fiquei com vontade de ir mais. O sol e o mar são dois relaxantes excepcionais, fazendo muito melhor à cabeça e ao corpo, quando “consumidos com moderação”, que muitos medicamentos. Precisamos deles em maior quantidade porque, se li bem uma legenda informativa, no ano passado, em Portugal, gastámos milhões de euros (65?) em medicamentos. A praia, por enquanto, ainda é gratuita, embora já haja muitas – espaços públicos por excelência – concessionadas à exploração de privados e com entrada paga. Contemplar a vasta extensão do azul marinho (Cor com hífen: “azul-marinho?”) intenso e a do azul celeste (Cor sem hífen?) luminoso transporta a mente para um profundo estado de liberdade. Pôr os pés na água é refrescante, compensador, reconfortante. À boca, chega o sabor do sal. Terá vindo daqui a ideia de extrair esta substância para a culinária? O sal tempera, conferindo um gostinho especial às comidas. Há quem não passe sem ele, considerando que fica tudo desenhado, inosso, sem gosto, se não se usar. Aprecio-o numa medida certa, embora também goste de alimentos sem ele e de outros com ele, em elevadas quantidades, sobretudo azeitonas, tremoços, amendoins. Porém, é sabido que, quando em demasia, é prejudicial à saúde. A virtude culinária dos temperos estará, como quase tudo na vida, no equilíbrio. Isto explica as medidas das receitas: “uma colher de sopa de”, “uma colher de chá de”, “uma pitada de”, “uma mão cheia de”, “q. b.” (quanto baste), entre outras.

Na última página de um *Diário de Notícias* de 2011 (ver n.º 51 935 de 19-06-2011), no espaço “Made in Portugal. É bom e eu gosto!”, li o breve texto dedicado à “Flor de sal”, um produto escolhido pelo “chef” José Avillez. Por que motivo não dizer “cozinheiro”? É mais fino “chef” porque traduz a ideia de “comandar as operações”. No Brasil, a nível regional, pode ser “mestre-cuca” ou apenas “cuca”. Que tal “cozinheiro-mor”? É mais breve o consagrado “chef” que condensa “chef de cuisine”. Está escrito que este “chef” português “usa produtos nacionais há vários anos, desde verduras, especiarias e frutas a peixes e carnes”. A construção “desde... a...” não é, quanto a mim, muito indicada, aqui. Fiquei a pensar que especiarias portuguesas seriam essas. Então, a descoberta da rota marítima para a Índia não tinha como propósito geral conseguir as ditas especiarias? Se as houvesse em terras lusas, talvez os

“nossos” navegadores não se tivessem aventurado por esses tão misteriosos e infinitos mares. É provável que a ignorância seja minha e que Portugal já tenha especiarias. Talvez seja a chamada “pimenta da terra”. O sal, que eu saiba, é um tempero, um condimento, e não integra esse conjunto, do qual fazem parte produtos resultantes de plantas e ervas (o cravinho, a canela, a noz-moscada, etc.). De todos os ingredientes, a flor de sal algarvia é “o produto-rei” na cozinha de José Avillez. Não conheço as salinas algarvias, mas visitei as de Aveiro. Aí, fiquei surpreendida pela arte e pelo engenho da exploração de sal que passa por diversas fases, requerendo muito trabalho. Na Madeira, em tempos passados, o açúcar foi o “ouro branco”. Hoje, assim se designa o sal, na ria aveirense e, provavelmente, no Algarve.

No texto, há uma referência à exportação da flor de sal algarvia (Desde 2001?). A frase que me interessa é bastante longa. Contém essa observação: “No início deste milénio, algumas explorações algarvias começaram a exportar o produto que daí para cá tem ganho cada vez mais fãs, tornando-se presença habitual nas prateleiras dos espaços *gourmet*.” e verifico algo sabido. Os termos franceses são parte integrante da culinária. Entre vários aspectos que poderia destacar, o que me chama a atenção é a construção verbal “tem ganho”. Trata-se de um tempo composto do indicativo, na voz activa. Forma-se com os auxiliares “ter” e “haver” (um deles) e o particípio passado do verbo. Se este verbo tiver dois particípios passados, terá de se empregar a forma **regular** (“matado”: Têm matado muitos mosquitos.). A **irregular** ocorre noutras construções (“morto”/ O mosquito é morto com insecticida.). O uso observado no texto, e generalizado, tem vindo a alterar o que está estabelecido (“ter” e “haver” + particípio passado regular – **haver matado, ter ganhado, ter aceitado** – e “ser”, “estar” ou outro auxiliar + particípio passado irregular – **ficar morto, estar ganho, ser aceite**). As duas ocorrências são, gramaticalmente, distintas. Tenho ouvido jornalistas que procuram corrigir o uso, dizendo, e bem, “agradeço-lhe ter aceitado o convite”. Portanto, quanto a mim, naquela frase, deveria estar escrito: **tem ganhado cada vez mais fãs**.

23. "nas discotecas e bares o número é menor"

**Para as discotecas e os bares, o número é menor.**

Os fumadores têm visto a sua vida complicar-se, de dia para dia. A tolerância – a aceitação negativa porque no limite do aceitável – é cada vez menor. A nível legislativo, acentuar esta tendência é a intenção. É proibido, há muito, fumar em aviões e em edifícios públicos, como escolas, tribunais, repartições, cinemas. Agora, querem abolir as máquinas automáticas de distribuição das diversas marcas de tabaco, em restaurantes e espaços afins – um negócio bastante lucrativo para quem o gere. Desejam proibir o fumo dos cigarros em carros onde haja crianças, interferindo num espaço tido como privado, o que causa, naturalmente, controvérsia. Por um lado, o preço do tabaco vai aumentando a bom ritmo e, por outro, os espaços para fumadores estão cada vez mais limitados. Para tomar café, só as esplanadas servem aos fumadores. Quando o tempo é adverso, com chuva ou vento, isto é um autêntico calvário. Se almoçam ou jantam fora, procuram apenas os restaurantes com área para fumadores ou os que tenham um espaço ao ar livre. Quem é contra o tabaco lutou para impedir a sua publicidade e conseguiu resultados impressionantes, que, no entanto, não reduziram a zero o número de fumadores. Quem luta contra o tabaco defendeu a colocação de imagens horríveis nos maços de cigarros, mas não impediu que estes continuem a ser comprados. Quem está neste combate considera que as leis deveriam ser mais severas para evitar que os adolescentes comecem com este vício. Apesar destas e de outras medidas, muitos não deixam de fumar. É um hábito rotineiro que ganha raízes e é difícil de compreender por quem não o tem, como eu. O facto de fumarem na rua, quanto a mim, aumenta o número de beatas no chão. Muitos fumadores têm o gesto automático de fazer pontaria, quando terminam um cigarro. Do carro, pelo vidro aberto, lançam o que sobrou. Das mesas onde não há cinzeiros e das janelas de suas casas, fazem o mesmo. Muitos ainda não repararam que os caixotes de lixo urbanos, distribuídos pelas ruas das cidades, têm uma parte de metal para apagar os cigarros que, depois de extintos, deveriam ir para o lixo. Há, porventura, uma falta de educação generalizada, tanto dos fumadores, desleixados, como dos não fumadores, impacientes. As leis não deveriam defender nem uma parte, nem a outra, mas procurar o que é melhor para a comunidade.

No *Público* (ver a edição de Lisboa de 01-06-2012, p. 15), li o texto “Restaurantes acham mudança à Lei do Tabaco inoportuna com sector em crise” de Catarina

Gomes. Aí, aparecem citados dois organismos com visões distintas sobre o tema do tabaco: a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e a Confederação Portuguesa da Prevenção do Tabagismo (COPPT). Enquanto a AHRESP não é favorável à proposta do Ministério da Saúde (que visa acabar, até 2020, com as áreas para fumadores já existentes), a COPPT, em particular o seu presidente, considera excessivos os oitos anos previstos. A posição da AHRESP prende-se com dados económicos e não se pronuncia sobre o tema de saúde pública. A COPPT tem em conta a vertente da saúde e não quer saber do lado económico. As posições são difíceis de conciliar. Como abordar o assunto para encontrar uma solução? É certo que o tema do tabaco é um problema de saúde, mas não deixa de ter uma dimensão económica. Se as nossas leis não estivessem sempre a mudar, tudo seria mais fácil. Eu, que não tenho nenhum interesse nisso, consigo compreender a posição dos empresários porque se reporta a um negócio. Fizeram um investimento, legalmente previsto. Não é possível estar sempre a suportar os custos das indecisões dos políticos. Porém, também compreendo que o tabaco faz mesmo mal à saúde, não só dos fumadores, mas dos que estão à sua volta, os chamados “fumadores passivos”. Basta cheirar a minha roupa, depois de ter ficado uma hora num ambiente fechado e cheio de fumo, para compreender isso. Conciliar posições extremas é complicadíssimo e (quase) impossível. No entanto, não há nada que o diálogo aberto, franco, não consiga. Conheço casais nessas circunstâncias (uma pessoa fuma e a outra não) e o tabaco deixou de ser problema para ambas porque fizeram um acordo, respeitando-o.

Voltando ao texto de Catarina Gomes, de início, em destaque e a negrito, está escrito: “Associação diz que cerca de 80% dos restaurantes proibiram totalmente o fumo, nas discotecas e bares o número é menor”. Sublinhei o que me interessa salientar e que reencontro na seguinte frase do texto: “Ao mesmo tempo, nota que cerca de 80% dos restaurantes já não têm espaços para fumadores, admitindo que nas discotecas e bares o número seja bastante mais baixo.”. Observo um pormenor existente nos dois excertos. Falta “nos” antes de “bares” porque, assim, a sequência não faz sentido. Além disso, no destaque, há duas frases, tendo a segunda que começar em “Nas discotecas”. Falta, também, uma vírgula depois do complemento circunstancial. Portanto, deveria estar escrito: Nas discotecas e nos bares, o número é menor. Pensando bem, nem será assim porque não é, especificamente, do interior dos espaços que se está a falar, mas do número desses estabelecimentos com área de fumadores. Então, deveria ser algo como: **Para as discotecas e os bares, o número é menor.** O difícil não é ser a favor ou contra o tabaco, mas encontrar as palavras certas para chegar a consensos sobre um tema tão polémico, sobretudo em espaços públicos como nos restaurantes, nas discotecas e nos bares.

## 24. "destruída"

**destruída**

Quem ganhou o Festival Eurovisão da Canção? Não sei, nem me interessa. Há uns bons anos, o dia deste festival era sagrado. Em família, ficávamos, horas e horas, em frente ao televisor. O mais aborrecido era a votação, mas era igualmente o mais intrigante. Quem iria ganhar? A distribuição fazia-se lentamente: um ponto para aquele país, dois pontos para outro, três para um outro e assim sucessivamente. Por norma, Portugal dava pontos a Espanha. Ela retribuía. Isso também acontecia com outros países vizinhos, pela questão do que é politicamente correcto. Portanto, não interessava tanto a música, mas mais o facto de terem uma fronteira comum ou o de falarem a mesma língua. Todos os anos, a expectativa de Portugal ganhar era grande e isso aconteceu apenas em 2017. Porém, se não ocupasse os últimos lugares, ficava nos do meio. Raramente estava nos primeiros. A derrota do artista era a do país inteiro, como com as selecções nacionais, particularmente a de futebol. Perdemos todos contra a Alemanha, no dia 9 de Junho! O nome do país designa a selecção ou a música e, por isso, elas representam-no. O nacionalismo vai-se cultivando assim.

Num ano da crise económica, correu um rumor (valendo isso o que vale)... Portugal não poderia ganhar porque não teria dinheiro para organizar o festival, no ano seguinte, devido às suas condições económicas. Quando alguém, vivendo em França, mo contou, ri-me e, do outro lado do telefone, asseguravam-me que deveria ser assim. Estava num "chat" sobre o festival. Ri-me ainda mais, sobretudo a pensar nos festivais musicais que vai havendo, por aqui, e que juntam milhares de pessoas, movimentando milhões. Procurei desfazer o equívoco. Apesar da crise económica, a vida não acabou e a economia portuguesa também não. Os argumentos não conseguiam convencer o meu interlocutor que decidiu nunca mais ver o festival. A sucessiva eliminação de Portugal foi, para esta pessoa, uma questão de politiquice internacional, ou melhor, europeia. A canção portuguesa interpretada por Filipa Sousa, no ano em questão, merecia ter vencido, já que é melodiosa, tanto na parte instrumental, como na cantada. Ao que parece, eu não vi o dito festival, foi excluída logo no início da segunda parte. Agora, visto que o número de países concorrentes aumentou (A Europa vai-se alargando?), é necessário haver meias-finais (É cada vez mais parecido com o futebol!). Serão mesmo as questões políticas e económicas a interferir? Terá a ver com a língua? Parece que praticamente todos os países se renderam à "musicalidade

inglesa”, abdicando da sua língua nacional, embora Portugal persista na sua, muito musical e, em 2017, ganhou.

No *Público* (ver edição de 25-05-2012, p, 45), há um breve texto (com vários detalhes linguísticos) sobre o festival. Intitula-se “As avozinhas russas fazem furor em Bacu”. Nele, a questão da língua é, pontualmente, referida. Lê-se: “São as “avozinhas de Burano” que cantam *Party For Everybody*, numa mistura entre folclore e música disco, e convidam o público a dançar, vestidas com trajes tradicionais de Burano e cantando em inglês e udmurt, uma língua nativa desta região no Norte da Rússia.” e descobre-se que o bilinguismo é uma oportunidade para dar a conhecer uma língua minoritária. Terão as «Buranovskiye Babushki, “as avozinhas de Burano”» ficado em primeiro lugar? Quem ganhou o Festival Eurovisão da Canção em 2012? Talvez estas “avozinhas” tenham conseguido o feito. Mesmo se não obtiveram o primeiro lugar, ganharam fama e dinheiro. Consta que os lucros têm um objectivo concreto (“os proventos desta popularidade repentina irão para reconstruir a igreja da aldeia destruída por Estaline há 70 anos.”), assumindo uma vertente histórica e religiosa. Não deixa de ser curioso. Também não deixa de ser curiosa a falta de um acento no “i” de “**destruída**”, no excerto citado, porque o corrector do WORD coloca-o automaticamente. Os detalhes são importantes, quando se quer esclarecer um assunto. Será por isso que se diz “pôr os pontos nos is”? Por que razão não dizer “os acentos”, em vez de “os pontos”? Provavelmente, é assim porque um acento num “i”, marcando a vogal tónica, é mais raro do que o ponto. Quem ganhou o Festival Eurovisão da Canção em 2012? Não sei. Não me interessa. Porém, vou procurar, para saber. A Internet ajuda-me e fico a saber que foi a Suécia, a cantar em versão inglesa. As avozinhas russas ficaram em segundo lugar e muito satisfeitas. A língua delas ganhará com isso?



25. "Penso que com a idade se vai refinar. Ou seja, vai fixar-se mais"

**Penso que, com a idade, se vai refinar, ou seja, vai fixar-se mais**

O futebol junta multidões, mas muitas pessoas que estão a ver um jogo não apreciam o desporto em si. Marcam presença para acompanhar alguém ou têm outros motivos. É o meu caso. Todavia, se me perguntarem pelo meu clube de eleição, menciono o Benfica, influenciada, desde criança, por familiares. Porém, tenho consideração por todas as outras equipas. Para ver jogos, estive uma vez no Estádio da Luz e outra no da Académica. Fui também aos Barreiros e à Choupana. A grandiosidade de um campo impressiona. Não sei nada (ou quase) do Glorioso ou deste desporto. Contudo, o vermelho é a minha cor e gosto da águia, embora a tema. Sei, no entanto, algum jargão devido, sobretudo, às notícias radiofónicas. Do meu vocabulário, fazem parte palavras como "jornada", "mister", "avançado", "médio", "defesa", "meio campo", "grande área", "corredor lateral", "canto", "fora de jogo", "pontapé de baliza", "penalti" (É assim ou "penálti", "pénalti", "pênalti"? Esta reflexão fica para outro dia.) "fintar", "rematar", "passe", "marcador", "bandeirinha", "goleado", "golo" e "apito final". A partir disto, dizer que percebo de "bola" (outra) é um grande passo e é demasiado para mim. Apesar de tudo, sigo a Selecção Nacional e, em particular, o seu desempenho no Europeu, organizado pela Ucrânia e a Polónia. No Parque de Santa Catarina, um excelente espaço, vi Portugal-Alemanha, mas apanhei muitas pessoas desinteressadas, mesmo à minha frente, por mais que mudasse de lugar para poder ver o jogo. Nos seguintes de Portugal, procurei recintos com menos espectadores. Quando comecei a escrever este texto, não sabia se Portugal iria ficar apurado (mais uma palavra) para os quartos-de-final (outra). Agora, a finalizá-lo, depois de ter visto a partida (outra), num lugar sossegado, sei que o foi. Venceu a Holanda por 2-1. Ouvi dois comentadores deste jogo e fui prestando atenção às suas palavras. Foi um exercício linguístico que me fez pensar na quantidade de banalidades que se podem debitar em 90 minutos de relato (ainda outra).

Normalmente, passo os olhos pelas páginas desportivas dos jornais e vejo os títulos das notícias. Posso ler uma ou outra na íntegra, mas não são as que mais me interessam num periódico. Quando, nos noticiários, exageram com o futebol, procuro sempre alternativa. Há dias, queria ver notícias e, quando liguei o televisor, só havia informação sobre o Europeu, em todos os canais nacionais. É, francamente, pouco

inteligente pôr, à mesma hora, programas sobre o Campeonato Europeu, em todos os canais, com programas especiais repletos de comentadores. Esta atitude assemelha-se à dos bancos que, “no tempo das vacas gordas”, só concediam créditos e, agora, apostam, quase exclusivamente, na poupança, nem que seja de uns míseros cêntimos. São as mesmas mensagens publicitária, na mesma altura, como se não soubessem variar ou fazer diferente. Com esta atitude, quanto a mim, desconsideram as pessoas, isto é, os consumidores e os espectadores. Voltando ao futebol, aconteceu-me verificar que apenas a RTP2 ficava de fora desta concorrência pouco motivadora. Nos jornais generalistas, é quase o mesmo. Parece que, no desporto, só o futebol existe e, em particular, o Euro 2012. A *Sábado* publicou, recentemente (ver edição 422 de 31 de Maio a 6 de Junho), um suplemento inteiro dedicado ao acontecimento desportivo internacional. No interior, apresenta visões personalizadas sobre os jogadores convocados (mais uma) expressas por personalidades do mundo do futebol nacional.

O texto dedicado ao avançado Hélder Postiga é de Manuel Fernandes. Apesar das minhas limitações linguísticas, vou compreendendo o discurso, que, provavelmente, foi limado por quem o escreveu (decerto, um jornalista). Contudo, há, nele, um uso cada vez mais frequente, a par do “e” e do “mas” em início de frase. Trata-se de iniciar a frase com “ou seja”, como no seguinte excerto: “Penso que com a idade se vai refinar. Ou seja, vai fixar-se mais e, consequentemente, marcar mais golos.” Tal não deveria acontecer porque “ou seja” – e “isto é” também – corresponde a um elemento do discurso que pressupõe uma precisão, uma informação mais detalhada, uma explicação, relativamente a algo que acabou de ser dito. Está a ligar as palavras anteriores com as seguintes, funcionando estas como um reforço das primeiras. Portanto, não deveria começar uma frase. Aliás, o hábito consagrou o “ou seja” escrito entre vírgulas. Deste modo, revendo a pontuação, no meu entender, deveria estar escrito: **Penso que, com a idade, se vai refinar, ou seja, vai fixar-se mais e, consequentemente, marcar mais golos.** Hélder Postiga recebeu comentários pouco simpáticos, mas Paulo Bento apostou nele frente à Dinamarca. Deu-lhe confiança, acreditando nas suas potencialidades. Repetiu esta atitude com Cristiano Ronaldo que acabou por marcar dois golos decisivos (outra ainda) à Holanda. Paulo Bento sabe que quem é muito bom, ou seja, excelente, também erra. Os jogadores portugueses tiveram várias oportunidades falhadas, mas os holandeses igualmente. Todavia, estando eles a perder, foram à luta e quase marcaram, enquanto um comentador dizia que a equipa estava fraca... Deveriam ter mais cuidado com as palavras! Aprende-se muito com o futebol e eu descobri que “até ao lavar dos cestos, é vindima”. Portanto, só com o “apito final” acaba o jogo e, até lá, mesmo nos minutos de compensação (mais uma), há que jogar para ganhar, não desistindo.

## 26. "O arquipélago da Madeira"

**O Arquipélago da Madeira**

Acabei de regressar de uma curta viagem de trabalho ao Continente Português, depois de ter ficado uns seis meses sem viajar. Fui participar numa jornadas universitárias, nas quais abordei um tema relacionado com a Região Autónoma da Madeira. No regresso, junto à porta de embarque, ouvi falar alguns passageiros. Eram franceses (ou de expressão francesa) e brasileiros. Significará isso que as nacionalidades dos turistas da Madeira e do Porto Santo estão a mudar? Era habitual ouvir falar Inglês ou Alemão, mas, neste voo de regresso, não eram as línguas dominantes. Chamou-me, igualmente, a atenção o facto de, no terminal 1 do Aeroporto de Lisboa (por onde não passava há bastante tempo), os avisos da Transportadora Aérea Portuguesa serem feitos em Português, Inglês e Francês (com pronúncia perfeita). Pontualmente, ouvi-os em Italiano, nos voos para Itália, e em Castelhanos, nos que iam para destinos espanhóis. Este multilinguismo soa-me a novo e parece-me ser uma mais-valia turística. Quem não aprecia ouvir a sua língua longe de casa? Viajar cansa-me e estar num aeroporto à espera parece-me uma eternidade. Portanto, além de ocupar o tempo a ver o formigueiro humano a andar para cá e para lá, vou observando alguns detalhes e lendo tudo o que me cai nas mãos. Foi assim que folhee o jornal *Mundo Português* (ver edição 1656 de 22-06-2012 a 28-06-2012), onde li algumas notícias.

Fiquei com a impressão que este jornal teria aderido ao *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* (AO), mas, depois, compreendi que só o fizera pontualmente, numa quantas notícias. Porém, a minha opinião mudou com o decorrer da leitura. Acabei por concluir que havia uma mistura, incluindo no interior de certas notícias, o que ainda não tinha visto em lado nenhum, salvo em textos com falhas pontuais. Realmente, o corpo da língua – que considero ser a sua Ortografia – está a ser cirurgicamente alterado consoante o saber (porventura a ignorância) de quem escreve. Cada um escreve a seu belo prazer; não prestando atenção ao estabelecido. A escrita do Português Europeu ganha uma flutuação que deixara, praticamente, de ter. Para onde levará este fenómeno? À uniformização da Ortografia do Português não será porque, por exemplo, em Portugal e no Brasil, não há apenas um, e único, corrector automático nos computadores, mas dois, diferindo um do outro, consoante o lado do Atlântico que se considerar. Além disso, em Portugal, as variantes vão aparecendo segundo as pronúncias, muitas delas não cultas.

Voltando ao *Mundo Português*. Não sei quem redigiu as notícias da página 8, dedicadas aos “Açores-Ponta Delgada” e à “Madeira”, onde há vestígios da aplicação e da não aplicação deste AO, num mesmo texto. Das duas notícias madeirenses: “Dificuldades financeiras impedem abertura de escola” (Pelo título, pensava que era apenas um estabelecimento escolar, mas, afinal, são mais.) e “Madeira aposta nos turistas estrangeiros”, destaco esta sobre o turismo. O título compreende-se na oposição “turistas portugueses” – que fazem turismo “cá dentro” – e “turistas estrangeiros”, com o aumento do número destes em detrimento daqueles. Encontro vestígios do AO no uso das minúsculas em “um grande verão”, “secretária da Cultura, Turismo e Transportes da região autónoma”, “36ª conferência anual da Associação Independente de Operadores Turísticos Ingleses”, “o jubileu da rainha ou os jogos olímpicos”, “o próximo inverno”. Não é seguido o AO nas sequências consonânticas, como em “excepção”, “factores”, “objectivos”, “sector hoteleiro da região”, “retracção”. Quem escreve esta notícia aplica e não aplica o AO, num único texto. Porquê esta dualidade de critérios? É incoerente e tal não deveria ser possível num jornal, sobretudo num dedicado a emigrantes. É certo que as sequências consonânticas ocorrem no discurso directo citado, mas este terá sido recolhido oralmente. Portanto, não há nenhuma condicionante a seguir para a reprodução ortográfica do discurso. A Ortografia do Português Europeu “está a sofrer” com múltiplas “cirurgias plásticas” do “põe e tira” de cada um. Que aspecto virá a ter? Ainda terá de “sofrer” bastante e outros acordos ortográficos virão. É inevitável!

Todavia, o que, realmente, me chamou a atenção, neste texto, com vários detalhes linguísticos a merecerem comentário, nem foram as inconsistências do AO e da sua aplicação, mas a forma de nomear a Região Autónoma da Madeira. Na notícia, há várias designações: “Madeira”, “O arquipélago da Madeira”, “da região autónoma”, “na Madeira”, “no arquipélago”, “a Madeira”, “da região”, “do arquipélago”. Delas, a segunda – e a terceira, se tivesse “da Madeira” – exigiria maiúscula porque se trata de um nome próprio. Com ou sem AO, os nomes que individualizam continuam a requerer maiúsculas. Assim, deveria estar escrito **O Arquipélago da Madeira**, já que corresponde ao nome do conjunto de ilhas do qual faz parte a ilha (sem maiúscula) da Madeira e a do Porto Santo. Por dificuldades linguísticas, esta pequena ilha fica quase sempre incluída na designação geral, mas imprecisa, de “Madeira”, como no título. Curiosamente, esta formulação com minúscula em “arquipélago” e maiúscula em “Madeira” também ocorreu na documentação das jornadas onde participei. Está generalizada. Porém, Arquipélago da Madeira e Região Autónoma da Madeira são nomes próprios e, como tal, devem ser grafados com maiúsculas, incluindo nos folhetos turísticos, onde a variação também é grande, mas esta é outra história.

## 27. “do megapiquenique”

**do «megapiquenique»**

Inventam-se palavras para dizer algo criado ou descoberto, todos os dias (ou quase). Foi assim que surgiram, por exemplo, “telemóvel”, “frigorífico”, “Internet”, “lentes de contacto”, “moldura digital” e um rol de palavras que usamos no quotidiano. É, igualmente, o que se faz na Ciência, nomeando espécies desconhecidas até agora, inovadores processos metodológicos, novos instrumentos de trabalho, fenómenos recentes, etc. Isto explica a especificidade terminológica das diversas disciplinas científicas. Muitas vezes, estas palavras não surgem do nada porque são concebidas a partir de outras já existentes. Ferdinand de Saussure, tido como o fundador da Linguística Moderna, considerou que os signos linguísticos (basicamente o que se costuma designar por “palavras”) são arbitrários. Esta particularidade – a arbitrariedade – explica-se porque, na origem das línguas, não haveria uma motivação directa para a criação lexical. Significa que as palavras não são as coisas, apenas as representam. Daí a palavra “maçã” não ter qualquer sabor e a de “cão” não morder. Neste sentido, por exemplo, por que razão se diz “mesa” para o objecto “mesa”? Poderia ser “mase”, “maes” ou ter outra sequência qualquer. Deste modo, também seria possível chamar “cadeira” à “mesa” e “mesa” à “cadeira”. Estas possibilidades não passam disso mesmo porque a origem de “mesa” – e de “cadeira” – em Português está no Latim. Portanto, “mesa” não é um signo tão arbitrário quanto se poderia pensar, visto que vem de “mesam” (*mesae, arum*), com o mesmo significado. Isto também se pode dizer dos vocábulos “mesa-de-cabeceira” ou “mesinha-de-cabeceira”, formados a partir de “mesa”. Assim, estes signos já não são completamente arbitrários porque, neles, se reencontra a ideia essencial de “coisa formada por um tampo e pernas (ou pés)”. É curioso pensar que uma “mesa” tem “pernas” ou “pés”, mas “não anda”. As palavras são assim mesmo: estão repletas de curiosidades!

Tenho ouvido, um pouco por todo o lado, o termo “monitorizar”, no contexto de “monitorizar algo”. Associa-se, logo, a “monitor” (do computador). Logo, forçosamente, de ser uma palavra do século xx, uma vez que o “computador” é uma criação, efectiva, do século passado (Não sei porquê, mas tenho sempre a noção que “século passado” é o xix. Ainda não me habituei ao século xxi.). Com ele, vêm outros como: “monitoragem”, “monitoramento”, “monitorização”, “monitorador”. A criação lexical e a criatividade parecem não ter limites. Por este processo em constante actualização, não há nenhum dicionário que consiga dar conta de toda a novidade terminológica, mesmo de realidades do dia-a-dia. Por exemplo, indecisa entre “panela a pressão” ou “panela de pressão”, andei por alguns dicionários à procura de uma referência a esta

panela indispensável numa cozinha moderna do século XXI e não encontrei nenhuma. Ainda dei uma vista de olhos na entrada “pressão” para tirar qualquer dúvida. O que me salvou foi o ir fazer compras e ver caixas de diversos tamanhos, onde estava escrito “panela de pressão”. Estranhei um pouco porque o que ouço às pessoas é com a preposição “a” (panela a pressão), que eu repetia. Todavia, como estava em várias caixas de marcas diferentes, fiquei convencida. Os fabricantes devem saber.

Vem isto a propósito do evento de promoção organizado pelo Continente com várias parcerias, incluindo a da Câmara de Lisboa e que é feito há dois-três anos, no centro da capital portuguesa. Nunca participei neste acontecimento e o que sei, adquiri-o pelos meios de comunicação social. A informação que tenho leva-me a estranhar o nome que lhe foi dado. Ai, que saiba, ninguém estende toalhas (a servirem de mesa) no chão, na relva, para pôr comida. Então, por que razão lhe deram o nome de “pic-nic” (*pique-nique*, *piquenique*, *picnic*), ou melhor, “megapiquenique” (ver, por exemplo, *Diário de Notícias* de 19-06-2011, p. 25)? Procurei compreender a opção por este nome e a forma de o escrever, que não foi coincidente em todos os jornais que consultei. Para este problema, os dicionários auxiliaram um pouco, embora o nome da actividade de promoção não ocorra em nenhum. A dúvida permanente consiste em saber como se deve escrever o nome da actividade de lazer que se realiza ao ar livre, em grupo, e para a qual se leva comida. Nos dicionários, é explicado que a palavra portuguesa vem do termo inglês “pic-nic”. Por sua vez, este provirá ou do Alemão – “picknick” – ou do Francês – “pique-nique”. A palavra francesa será a mais antiga, datando do século XVII, enquanto as duas outras serão do século XVIII. Compreende-se, agora, a origem de tamanha confusão. Há quem escreva à inglesa (*pic-nic*) e outros à francesa (*pique-nique*). Não me lembro de ter visto a opção pela forma alemã (*picknick*). A aglutinação portuguesa parece, contudo, coincidir com esta (*piquenique* ou *picnic*). Como se tamanha confusão não bastasse, decidiram, agora, adicionar-lhe o elemento de composição “mega” (que vem do grego “megalo”, com o significado de “grande”), que ocorre, sobretudo, na terminologia científica. Posto isto, a única certeza que tenho é que o termo é uma criação bem recente e que, por isso, deveria levar aspas nos textos jornalísticos: «megapiquenique». Até que haja uma entidade competente que diga como se deve grafar, a escrita variará entre diversas formas: “mega pique-nique”/ “mega pic-nic”/ “mega piquenique”/ “mega picnic”/ “megapique-nique”/ “megapic-nic”/ “mega-piquenique”/ “mega-picnic”/ etc. Por que razão complicar o que deveria ser simples?

## 28. “Tempera-se os bifes”

**Temperam-se os bifes/ Tempere os bifes/ Temperar os bifes**

Há quem pense que a língua é um espartilho que condiciona a liberdade de expressão por ser um código com estrutura definida e, por isso, pré-estabelecida. Eu não tenho esta visão. A título exemplificativo, não existe apenas uma fórmula, única, para comprar pão, numa padaria. São inúmeros os modos de o fazer. Posso dizer: “Queria um pão de batata, se faz favor.”, “Por favor, queria um pão de batata.”, “Queria um pão de batata.”, “Quero aquele pão de batata.”, “Era aquele pão de batata.”, “Aquele pão de batata!”, “Queria aquele.” (apontando) ou “Aquele.”. Com estas, não ficam esgotadas todas as possibilidades. É possível alargar o discurso com uma saudação inicial e um agradecimento final. A forma de tratamento dirigida a quem atende também pode variar. Além disso, há sinónimos de “querer” que podem ser usados, como “pretender” ou “desejar”. É como se a língua facultasse orientações e cada um as usasse consoante os seus conhecimentos ou as circunstâncias.

Lembrei-me disto, ao ler a receita “Bifes no forno” da página “Segredos de Cozinha” da revista *Mais* (ver *Diário de Notícias* – regional – de 08-07-2012, p. 24 da revista). A receita está toda construída com formas verbais (pronominais) com o sentido de sujeito indefinido, equivalentes a construções passivas: “Tempera-se os bifes” (os bifes são temperados), “Corta-se a cebola (...) e frita-se” (a cebola é cortada e frita), “Junta-se o puré de tomate, tempera-se” (o puré de tomate é juntado – pouco adequado – e temperado), “Junta-se água e vinho branco” (a água e o vinho branco são juntados – não muito adequado), “passa-se” (é passada – a cebola ou a mistura?), “Deixa-se apurar” (é deixado a apurar – o molho?), “Frita-se (...) os bifes (...) e põe-se” (os bifes são fritos e põem-se), “Deita-se batatas” (as batatas são deitadas), “deita-se o molho” (o molho é deitado). A opção linguística com “se” – uma partícula dita apassivante – não é a normal neste tipo de texto, onde costuma predominar o imperativo. Aliás, por acaso, vi o último desdobrável “Sabores Mediterrânicos” do Pingo Doce, nesta semana, e, por exemplo, na receita “Sopa fria de tomate com funcho”, verifico que o imperativo predomina: “Esborrache”, “tire”, “coloque”, “Junte”, “Corte”, “lave e coloque”, “Adicione”, “Lave”, “retire”, “reserve”, “pique”, “junte”, “Regue”, “adicione”, “Tape”, “leve”, “lave”, “dê”, “escalde”, “retire”, “pele”, “limpe”, “Pique”, “junte”, “Volte”, “deixe”, “Deite”, “deixe”, “Triture”, “deixe”, “Sirva”. Para ter outro termo de comparação, fui buscar uma das receitas da revista *Notícias Magazine* (ver *Diário*

de Notícias – nacional – de 25-10-2009, p. 79 da revista) que guardei: “Bolo *brownie* com gelado de baunilha e *chantilly*”. Nela, constato que a opção verbal é diferente das duas anteriores, já que recai no infinitivo: “bater”, “Derreter”, “Acrescentar”, “Juntar”, “Levar”, “Deixar”, “Cortar”, “dispor”, “cobrir”, “enfeitar”.

Destas três possibilidades, a mais complexa é a primeira, visto que requer, segundo as regras gramaticais vigentes, a concordância em número. Portanto, as seguintes sequências, deveriam estar no plural: **temperam-se os bifes** (os bifes são temperados), **juntam-se água e vinho branco** (a água e o vinho branco são “juntados”), **fritam-se os bifes e põem-se** (os bifes são fritos e põem-se), **deitam-se batatas** (as batatas são deitadas). Para quê complicar, com esta construção, o que poderia ser mais simples? Sê-lo-ia ou com o imperativo (**tempere os bifes, junte água e vinho branco, frite os bifes e ponha-os, deite batatas**) ou com o infinitivo (**temperar os bifes, juntar água e vinho branco, fritar os bifes e pô-los, deitar batatas**). Aparentemente, a construção pronominal indefinida é mais rebuscada e foge à rigidez do imperativo (Dar ordens nunca soa muito bem!). Porém, só vem complicar a expressão. Portanto, a melhor opção, quanto a mim, será o infinitivo que se tornará neutro, anulando, do discurso, qualquer marca do destinatário. Entre **temperam-se os bifes**, **tempere os bifes** e **temperar os bifes**, cada um escolha o que preferir, tendo presente que haverá outras formas de dizer. Recorrer à primeira pessoa do plural poderá ser uma delas (**temperemos os bifes**), mas também poderia ser a primeira do singular para demonstrar como se faz (**tempero os bifes**). Ainda pensam que a língua é um espantalho!



## 29. "Seis pesadelos que o impedem de dormir"

**Seis pesadelos que impedem de dormir**

Dormir faz bem e é indispensável para o nosso organismo se revigorar: a pele e os outros órgãos necessitam desse tempo de repouso, de letargia, para nós, mas não para eles. É curioso pensar que, depois do nascimento, e de nove meses de gestação, os bebés passem a vida a dormir. Esta é uma das primeiras actividades mais importantes da nossa existência. Só depois virão, entre outras, ouvir, ver e tocar o mundo envolvente. Por que razão oito é o número ideal de horas de sono para as crianças e também para os adultos? Afinal, este número será um mero ponto de referência, já que haverá quem precise de mais horas e outros de menos. Todos ouvimos falar de quem necessita apenas de quatro a cinco horas por noite para ter energia suficiente durante o dia e cumprir todas as suas tarefas. Eu, se pudesse, passaria mais horas a dormir. Porém, o implacável despertador toca e é indispensável acordar. Gosto, em particular, das férias porque deixa de haver a ditadura do alarme e é possível dormir o que quero, as horas de que o organismo realmente precisa. Chego, então, a ultrapassar aquelas oito estabelecidas, mas também me acontece dormir menos. Desta maneira, não é possível dizer que todos os dias são iguais e as tais oito horas não passarão de uma média. Porém, a convicção é que dormir é mesmo bom. Quando, por algum motivo, não o consigo, sinto isso com mais acuidade. Parece que as horas não passam. Não dá para ver televisão, nem para ler, nem para nada. Fico à espera do sono que não vem como de alguém que se atrasou. Para mim, beber café de tarde é fatal, reflectindo-se na impossibilidade de adormecer naturalmente. O facto de ser de uma família numerosa e de ter convivido, toda a vida, com muitas pessoas, tendo de partilhar quartos, fez com que aprendesse a dormir com luz acesa, música, ruído de qualquer espécie, vozes, incluindo um perturbador ressonar. O meu sono é tanto e tão profundo que não dou por nada e consigo noites de autêntico descanso. É uma sorte, reconheço-o.

Pensei nisso ao ler "Quando a cama é um campo de batalha", um artigo de Tânia Pereirinha, publicado na revista *Sábado* (29-03-2012, pp. 84-85). Parece haver seis contratempos que afectam o sono: 1- "**ressonar**", 2- "**idas à casa de banho**", 3- "**problemas de termostato**" (questões de temperatura corporal), 4- "**virar, tossir, pedinchar**" (Foram reagrupados porque se manifestam durante uma doença.), 5- "**bruxismo**" (o ranger de dentes) e 6- "**passeios a meio da noite**" (o sonambulismo). Este texto quer ensinar "truques" para lidar com estes seis problemas. Baseia-se

em diversas fontes, sem contar com as experiências de duas mulheres: a) afirmações de Teresa Paiva, reconhecida especialista portuguesa em matéria de sono, b) o livro *Manual Prático do Centro de Medicina do Sono* da autoria desta especialista em parceria com Thomas Penzel, c) um estudo (Não fiquei a saber qual.) “publicado em Fevereiro [de 2012] por cientistas da Universidade de Yale”, nos Estados Unidos da América, d) um estudo (Também não sei qual é.) do Centro de Investigação sobre o Sono da Universidade de Loughborough, no Reino Unido, e) descobertas de cientistas desta universidade, f) outro estudo, este publicado na revista *The Lancet* (Desconhecia esta e não fiquei a conhecer aquele.), g) orientações de “especialistas da britânica Fundação da Bexiga e do Intestino (Nunca tinha ouvido falar desta fundação!). Posto isto, verifico que não falta fundamentação científica a este artigo de Tânia Pereirinha, escrito de forma leve e fácil de ler.

Tem várias particularidades linguísticas. A que destaco prende-se com uma indefinição presente num constante problema de concordância. Não dá para compreender a quem se destina o texto, se ao público masculino, se feminino. Isso começa logo de início, antes do título, com: “**SONO. SEIS PESADELOS QUE O IMPEDEM DE DORMIR**”. A acreditar nisto, este texto não me estaria destinado, visto que em vez de “o”, deveria”, para mim e todas as potenciais leitoras da *Sábado*, estar escrito “a”: **SONO. SEIS PESADELOS QUE A IMPEDEM DE DORMIR**. A fim de ultrapassar esta questão, a solução é simples: retirar o pronome, ou seja, **SONO. SEIS PESADELOS QUE IMPEDEM DE DORMIR**. Esta opção coincidiria com a do pequeno destaque colocado logo depois do título, em que é fácil compreender que o texto se destina a mulheres e homens: “A sua mulher ou o seu marido ressona? Compre-lhe uma almofada antiapneia ou cosalhe uma bola ao pijama”. O mesmo problema reaparece numa caixa com maior destaque, mesmo antes do texto, em que o potencial leitor (homem ou mulher) do texto é interpelado. Aí está escrito: “está cansado de não dormir”. O elemento “cansado” é masculino e não se adequa às leitoras. Então, também aqui, seria importante anular esta marca de género com algo como: **cansa-se de não dormir** ou **acumula cansaço de não dormir**. Poderia fazer-se o mesmo com os excertos, idênticos, que vão aparecendo no texto. Problemas de concordância discursiva, que impedem a lógica, a coerência e a coesão do texto, deveriam, no meu entender, causar grandes pesadelos que impedissem de dormir.

30. "a capacidade de ter dúvidas e medo de errar era exclusivamente humana"

**a capacidade de ter dúvidas e o medo de errar eram exclusivamente humanos**

O medo de errar inibe porque se temem as consequências que podem advir dos erros. Provavelmente, isto sucede pela consciência que alguns serão fatais. Há, por isso, diversas posturas face ao erro, ou à sua possibilidade. Não fazer nada será, por muitos, entendido como preferível a fazer algo, a fim de evitar agir mal. Uma outra atitude é ignorar as consequências dos próprios erros. Outra ainda é negar o erro cometido. Entre as muitas reacções face ao errar, a que prefiro é a dúvida. Fazer uma opção, calculada, medida, ponderada, perante as incertezas que se instalam é arriscar. Para mim, esta posição permite encontrar as virtudes do erro, as suas qualidades. A dúvida é uma atitude inteligente. Se se pensar um pouco, as experiências científicas e o progresso dependem desta perspectiva. Pôr hipóteses ajuda a decidir: não tenho a certeza, mas, por isto e mais isto, penso que aquilo estará certo. Logo, vou fazer assim porque deverá resultar. Se não funciona, analisa-se o que correu mal e mudam-se variáveis, até que a experiência resulte. Recompensa agir assim. Valoriza-se o erro e ultrapassa-se o medo de errar. A recompensa esperada é que a experiência funcione, que resulte. Porém, é indispensável aceitar o resultado negativo em toda a sua amplitude. Se há desenvolvimento científico e tecnológico no mundo, isso deve-se a pessoas que não tiveram medo de errar, nem de reconhecer o erro cometido, nem de o repetir, corrigindo, melhorando, procurando remediá-lo. O mesmo sucede com o erro linguístico, essencialmente na escrita. Aprende-se por aproximação e por correcção, através da dúvida, do questionamento, da experiência. No fundo, este posicionamento face ao erro aplica-se a todos as áreas da intervenção humana.

Terão os animais a mesma postura que os humanos? No *Diário de Notícias*, (ver edição nacional de 27-02-2011, p. 37), na secção dedicada à Ciência, li o texto "Os macacos também têm medo de errar", sobre o assunto. O texto jornalístico resulta de um apanhado de uma experiência do âmbito da Psicologia, realizada na Universidade de Buffalo, nos Estados Unidos da América, que não vem identificada com autores ou título. O primeiro parágrafo da notícia, uma única frase, enuncia a ideia: "Cientistas americanos descobriram que os macacos são muito mais parecidos com

os humanos do que se pensava, pelo menos no que diz respeito à dúvida e à incerteza.” e o último, em duas frases, retoma-a: “Até agora, pensava-se que a capacidade de ter dúvidas e medo de errar era exclusivamente humana. A consciência da incerteza sobre os efeitos de uma acção implica um pensamento sofisticado.” Seria interessante discutir esta ideia, mas, para isso, era necessário ir ao texto da experiência científica porque a súmula, simplificada, do texto jornalístico, procurando dar apenas a notícia, não é suficiente. Seria aliciante saber se os macacos desta experiência têm realmente dúvidas ou se agem por instinto como o famoso cão de Pavlov que, ao ouvir uma campainha (ou um som específico), salivava a pensar que teria o osso (ou a comida) que lhe associava. Pela leitura que faço da notícia, os macacos da experiência foram levados a associar falha, erro, com falta de recompensa e, por isso, agiram de modo a obter a recompensa, uma guloseima, e a evitar o erro. Até que ponto o conteúdo do penúltimo parágrafo, duas frases sobre a interpretação dos cientistas, terá consistência? Tenho dúvidas. Só a leitura do texto original mas poderia tirar, o que não é viável fazer, de momento.

De qualquer forma, o que realmente me interessa também não é isso. Embora houvesse outros pormenores linguísticos a salientar, fico-me pela, já citada, primeira frase do último parágrafo (“Até agora, pensava-se que a capacidade de ter dúvidas e medo de errar era exclusivamente humana.”), onde a sequência “a capacidade de ter dúvidas e medo de errar era exclusivamente humana.” é problemática. O que se pensava? A resposta é dupla. Por um lado, julgava-se que só o ser humano tinha “a capacidade de ter dúvidas”. Por outro, acreditava-se que só ele tinha “medo de errar”. Poderá o medo de errar ser entendido como uma capacidade? Embora seja discutível, creio que não pode. Portanto, a solução para a sintaxe desta frase será fazer as concordâncias requeridas por esta dualidade, colocando o plural e o masculino. Assim, deveria estar escrito: **Até agora, pensava-se que a capacidade de ter dúvidas e o medo de errar eram exclusivamente humanos.** Só não erra quem não escreve. Quem o faz tem sempre a capacidade de corrigir os erros, nem que seja noutros textos. Haverá alguma capacidade mais humana do que esta? Corrigir o que fazemos mal, até o fazermos bem, é aprender com os erros, os nossos e os dos outros.

## 31. "é necessário uma mobilização"

**é necessária uma mobilização**

Quando penso nas férias de Verão, recordo-me dos dias de brincadeira, desde o nascer ao pôr do sol, da minha infância. Traziam momentos de liberdade e felicidade ímpares. Nesses dias longos, tudo era possível. Se, por oposição, penso no sofrimento infantil, lembro-me de "Balada da Neve" de Augusto Gil. Vêm-me, então, à memória as palavras decoradas, mas parcialmente esquecidas, desta composição poética. Ecoam em mim, desde a juventude, o princípio e o fim deste poema: "Batem leve, levemente, / Como quem chama por mim... / Será chuva? Será gente? / Gente não é certamente / E a chuva não bate assim... / É talvez a ventania; / Mas há pouco, há pouquinho, / Nem uma agulha bulia / Na quieta melancolia / Dos pinheiros do caminho... / Fui ver. A neve caía / Do azul cinzento do céu / Branca e leve, branca e fria ... / – Há quanto tempo a não via! E que saudades, Deus meu! (...) E descachinhos, doridos... / A neve deixa inda vê-los. Primeiro bem definidos, / Depois em sulcos compridos / Porque não podia erguê-los! / Que quem já é pecador / Sofra tormentos... Enfim!... / Mas as crianças, Senhor. Por que lhes dais tanta dor?... / Por que padecem assim?!... / E uma infinita tristeza, / Uma funda turbção / Entra em mim, fica em mim presa. / Cai neve na natureza... / – E cai no meu coração."

Para as crianças, deveria ser sempre Verão, nunca experimentando as invernias do sofrimento devido às opções dos adultos. Porém, no mundo, segundo notícias recentes, vai aumentando o número de meninos e meninas que trabalha para auxiliar a família, que encara, por tradição e algum comodismo, os filhos como mão-de-obra. Esta realidade, praticamente abolida em Portugal, tem, de certa forma, ressurgido. Numa televisão, vi, recentemente, um "spot" publicitário sobre o combate ao trabalho infantil com a venda de um livro a esse respeito. Uma das últimas notícias que me chegou referia que havia cada vez mais crianças portuguesas a emigrarem para trabalharem e poderem ajudar a família. É inconcebível que assim seja, essencialmente numa sociedade dita desenvolvida. O lugar das crianças é na escola para a aprendizagem e a formação. Fora do espaço escolar, a brincadeira, o repouso e o imaginário deveriam ser os pilares da felicidade infantil. A vida laboral e o esforço que requer são para os adultos. Existe uma carta com os direitos das crianças que reconhece a necessidade de as preservar de todas as adversidades, mas, mesmo assim, este instrumento parece não surtir efeito. O trabalho infantil é, ainda hoje, um fenómeno mundial, assumindo contornos

diversos consoante as sociedades em que ocorre. Por exemplo, nas ocidentais, torna-se visível no mundo da moda e da publicidade. É como se as crianças nunca deixassem de ser exploradas por quem as deveria proteger. Por isso, existirá um dia instituído para o combate ao trabalho infantil. Será suficiente? Poderá ser um princípio.

A revista *Focus* (datada de 8 a 14 de Junho de 2011, p. 79) trazia, nas efemérides, um texto intitulado “Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil”. A ideia de “trabalhos forçados” e de “escravidão”, já de si, escandaliza, agora, perspectivada para as crianças, é inimaginável e repunha. Este breve texto assume-se como um apontamento que alerta para o problema, assinalando o dia internacional, instituído a 12 de Junho. Há, nele, alguns detalhes linguísticos como, na primeira frase, o uso do possessivo “seu” sem referente explícito e, na última frase, a falta de “todos os” antes de “adolescentes”. Do todo textual, destaco, apenas, na penúltima frase, um problema de concordância bastante frequente: “Para que este movimento ganhe peso é necessário uma mobilização constante de gestores governamentais, assim como um controlo eficaz por parte dos organismos sociais de cada país..” Nesta frase, por um lado, deveria haver uma vírgula depois de “peso” e, por outro, “necessário” deveria vir no feminino para concordar com “uma mobilização”. Também deveria concordar com “um controlo”? A resposta é negativa. Está apenas dependente de “uma mobilização” porque a vírgula antes de “assim como” indica bem que a sequência que introduz é uma informação suplementar. Se, em vez de “, assim como”, estivesse um “e”, neste caso, “necessário” passaria para masculino plural, mas isto não sucede aqui. Portanto, a frase deveria ter a seguinte construção, entre outras possibilidades: **Para que este movimento ganhe peso, é necessária uma mobilização constante de gestores governamentais, assim como um controlo eficaz por parte dos organismos sociais de cada país.** A responsabilidade de proteger as crianças, e de salvaguardar os seus direitos, é, sobretudo, das entidades governativas ou sociais, quando os pais não intervêm nesse sentido. No entanto, todos acabamos por ter, nesta matéria, um papel preponderante, nem que seja com um poema como forma de denúncia: “Batem leve, levemente / Como quem chama por mim...”

32. “, nos próximos 20 dias teremos”

**, nos próximos 20 dias, teremos**

As nuvens recobrem o céu. Parece que vai chover, mesmo se o calor continua intenso durante estes dias de férias. A água é um bem inestimável e é, essencialmente, quando falta que se sente o quanto ela é preciosa. Como reserva, para qualquer eventualidade, habituei-me a guardar garrações de água. Para beber, cozinhar, lavar, regar, torna-se tão banal a sua utilização que poucos se lembram do quanto é importância tê-la, canalizada, disponível para os múltiplos usos diários. Numa manhã, aproveitando a frescura do dia, vi uma idosa regar os muitos vasos de flores que estima. A fim de aproveitar a água, arranhou um sistema de rega. O líquido que ia escorrendo de um vaso era recuperado para servir à(s) planta(s) seguinte(s). Só quem sabe o valor da água se dá a esta trabalhadeira para a poupar, não a desperdiçando. Há algum tempo, alguém proveniente da Venezuela me explicava que, numa metrópole como Caracas, a água da cidade é racionada. Portanto, abrindo as torneiras em casa, só correria em determinadas horas. Para os países europeus ocidentais, este cenário é do passado. Porém, nas pequenas aldeias portuguesas (incluindo muitos “sítios” madeirenses), o ir buscar a água à fonte, ao poço, à “levada”, ao fontenário ou ao chafariz, porque inexistente no interior da casa, não é um gesto tão antigo quanto isso. Nessa altura, a água era guardada no interior de cântaros, uma espécie de potes de barro ou de plástico que servia para o efeito, sendo usada parcimoniosamente. Pouca, ou nenhuma, era deitada fora, sendo a da cozinha reutilizada para os animais, sobretudo os porcos da engorda para a matança. Os banhos eram limitados ao domingo, com um ritual de aproveitamento familiar da água em uso. Um dos ditos populares que comprova esta atitude é, sem dúvida, “A água suja lava mais do que a mulher asseada.” Tomar um duche não deixa de ser uma modernice citadina, refrescante e indispensável para quem se habitua a ela. Pensar em racionar a água é, portanto, imaginar um cenário de catástrofe ou de seca, por falta de pluviosidade.

Numa das páginas de jornais que guardei, reli a notícia “Abastecimento de água em risco pela falta de chuva” de Amadeu Araújo, um correspondente de Viseu (ver *Diário de Notícias*, nacional, de 14-11-2009, p. 20). É preocupante o problema enunciado no título. É-o ainda mais, verificando que este recorte se reporta a uma situação do mês de Novembro, já lá vão uns anos. Dizem que um dos motivos para muitas guerras é a posse da terra, mas há um outro que não lhe fica atrás. É o da água. Sem

ela, a vida não é possível. A dessalinização, conhecida no Porto Santo, é uma das soluções para o problema da falta de água, isto é, a seca. Recordo-me de um conjunto de maquetes que vi num museu australiano, em Brisbane, e que demonstrava o valor da água, particularmente o da chuva. Num bloco inicial, havia muita água e eram diversos os seres vivos. Nos seguintes, o precioso líquido ia rareando, tornando-se os animais e as plantas cada vez menos. Chegando à seca total, não subsistia nenhuma planta ou qualquer bicho. É algo evidente, mas ver esta representação, própria do ciclo da vida, há muitos anos, fez com que não mais esquecesse o valor da água.

Voltando à notícia, com referência ao todo continental, é o caso da Covilhã que aparece descrito, como se constata no destaque, onde o uso da preposição “durante” me parece inapropriado. Altera o sentido de “Autarca admite que poderá racionar a utilização da água durante duas horas por dia”. No meu entender, devido à preposição, a leitura desta sequência diverge do que é enunciado no texto. Assim, “racionar a água durante duas horas por dia” equivale a corte ou restrição durante duas horas, havendo água nas restantes horas do dia. Em “racionar a água a duas horas”, a situação é mais grave porque a água só é disponibilizada durante duas horas em todo o dia. Este detalhe do intitulado é um pormenor linguístico, mas faz toda a diferença. Há outros. Destaco a falta de vírgulas, por ser mais flagrante. Permite interpretação dúbia no discurso directo: “A situação é muito preocupante e se não chover, de forma consistente, nos próximos 20 dias teremos de racionar o abastecimento de água a duas horas diárias”, alerta (...). Este excerto revela que, não havendo qualquer pluviosidade, é a decisão de “racionar o abastecimento de água” que será tomada “nos próximos 20 dias”. Se se colocarem as vírgulas em falta, compreende-se que essa decisão de racionar a água apenas será tomada na eventualidade de não haver, “nos próximos 20 dias”, qualquer chuva. Alterando um pouco o texto, dissipam-se os equívocos. Para que assim seja, poderia, entre outras possibilidades, estar assim escrito: **A situação é muito preocupante e, se, de forma consistente, não chover nos próximos 20 dias, teremos de racionar o abastecimento de água a duas horas diárias, alerta.** Neste Verão, haja sol, embora a chuva quente saiba perfumar a terra ressequida e deixe boas lembranças



## 33. "singalesa"

**cingalesa**

Apesar das férias e dos Jogos Olímpicos realizados em Inglaterra, que terminaram num grandioso espectáculo em homenagem à música britânica, os cenários de guerra não terminam no mundo. Os restaurantes servem, ao almoço ou jantar, nos noticiários televisivos, imagens da guerra civil na Síria, com os combates em Damasco e em Aleppo, uma das cidades estratégicas daquele país do Médio Oriente. Há cada vez mais desertores com altos cargos políticos e militares a deixarem o Governo sírio para se aliarem aos rebeldes, que não são nada brandos. As populações, civis sem lado definido e vítimas dos ataques dos dois lados, sobretudo mulheres, idosos e crianças, abrigam-se onde podem, tentando mesmo passar as fronteiras. Os campos de refugiados, nos países limítrofes, vêem aumentar o número de pessoas que chegam diariamente procurando sobreviver. Os mais fracos – indefesos e frágeis – pagam sempre pelas decisões dos mais fortes – poderosos arrogantes. É assim na política, a nível económico ou em qualquer outro domínio. Parece que nada muda o rumo da história e que os seres humanos não aprendem com os acontecimentos do passado. As marcas de uma guerra ficam impressas nos corpos e nas mentes das pessoas, quer dos fortes, quer dos fracos. São feridas abertas que não saram. Dizem que os motivos para um conflito armado são étnicos e religiosos, mas, nas entrelinhas, dá para compreender que têm outras motivações. A indústria do armamento é uma das mais lucrativas e interessa vender ou comprar armas, consoante a perspectiva. Esta é a guerra da actualidade jornalística. Todavia, vai havendo outros conflitos pelo mundo dos quais as notícias não dão notícia. À distância, olho para esta realidade irreal, quase surreal, desejando que acabe por decisão milagrosa dos responsáveis, uma vez que a diplomacia internacional não lhe consegue pôr cobro.

Numa das muitas páginas de jornais que tenho guardadas, reli a notícia “Campos de concentração para tâmile esvaziados” de Luís Nunes (ver *Diário de Notícias*, nacional, de 22-11-2009, p. 29), onde, como em todos os textos, há particularidades linguísticas. Fiquei, por exemplo, a pensar na expressão “campo de concentração” e no quanto me faz lembrar a II Guerra Mundial. Aliás, no meu imaginário, estava-lhe intimamente associada. Não me passaria pela cabeça usá-la para outro fim. Contudo, esta notícia refere-se ao Sri Lanka, bem longe da Europa. Por lá terão passado os navegadores portugueses, os primeiros europeus a pararem por aquela terra do Oceano

Índico. Além disso, este território, que já se chamou Ceilão, foi uma colónia inglesa até há poucas décadas. Será um “campo de concentração” o mesmo que um “campo de refugiados”? Não me parece, embora se confundam neste caso. A distinção mais evidente prende-se com a noção de liberdade. No primeiro, as pessoas são obrigadas a juntarem-se num determinado espaço, como na Europa da II Guerra Mundial e no Sri Lanka, enquanto, no segundo, vão chegando livremente, por necessidade, como tem acontecido na Turquia, com o conflito sírio.

Na minha memória das notícias das últimas décadas, pouco ouvi falar desta guerra civil do Sri Lanka. Porém, durou mais de 30 anos. Começou em 1976 e terá terminado em 2009, após a vitória do Governo, apoiado pelos militares, sobre os rebeldes, os Tigres de Libertação do Ealam Tamil (LTTE). Esta notícia de 2009 é uma das poucas que encontrei sobre o assunto. Portanto, não tenho opinião formada sobre esta guerra civil, mas duvido que a motivação principal tenha sido, como afirma o jornalista, “sobretudo étnica e religiosa, pois a minoria Tamil [8,5%] é hindu [7,1%] e cristã [6,2%], enquanto a maioria singalesa [73%] é budista [69%]”. Adicionei à citação os números apresentados numa caixa, que indica como população total do Sri Lanka 21 milhões de habitantes. O confronto dos dados do texto e da caixa fez com que reparasse na discrepância entre duas grafias: “a maioria singalesa” e “73% cingaleses”. A certa é esta última (**cingalesa**, **cingaleses**), mas basta uma distração para errar na escrita. Em princípio, os erros gráficos não serão tão dramáticos quanto os bélicos. Os cingaleses que o digam. Na guerra civil que viveram, estima-se, segundo a notícia, que morreram 100 mil pessoas e que, em Novembro de 2009, eram 130 mil os “refugiados civis tâmileis ainda em campos de concentração controlados pelos militares”. Como será na Síria e nos outros conflitos armados pelo mundo fora?

34. "Devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão."

**Em parte, devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão.**

Nem queria acreditar, quando ouvi a notícia. Na África do Sul, polícias abriram fogo sobre mineiros que reivindicavam aumentos salariais, matando alguns deles. Foram mais de trinta os mortos. É inacreditável! Numa democracia, existindo o direito à greve, e à manifestação, como podem morrer pessoas que protestam porque pretendem ver alteradas as suas condições salariais? Tive de ver e ler a notícia várias vezes para a assimilar, continuando, mesmo assim, a parecer-me inacreditável. Disseram-me que os polícias agiram em legítima defesa porque os mineiros possuíam armas brancas e estavam prontos a tudo nos confrontos. Será? Mesmo assim, não teria a polícia outros meios para controlar os protestos? Nunca trabalhei numa mina e nunca visitei nenhuma. Conheço apenas grutas, como as de Mira de Aire, no centro de Portugal Continental, e a de São Vicente, na costa norte madeirense, que não têm nada a ver, mas dão a ideia do que deve ser passar dias seguidos sem ver o sol ou o céu. Aquilo que sei sobre o assunto da actividade mineira é teórico e resulta do conhecimento de outros. No entanto, para mim, é claro que esse trabalho merece ser muito bem pago porque, como toupeiras, os trabalhadores vivem os dias debaixo de terra, na escuridão, e praticamente sem ar puro. As minas não terão todas as mesmas condições de trabalho, mas, no geral, não serão as melhores. Portanto, é uma profissão de alto risco físico. Pelo mundo fora, vão aparecendo notícias sobre problemas em minas. Um dos mais conhecidos aconteceu na América Latina com o feliz resgate de mineiros soterrados. A China é outro país onde os incidentes e acidentes em minas vão acontecendo com alguma frequência.

Na notícia, não assinada, "Explosão em mina chinesa faz 42 mortos" (ver *Diário de Notícias* de 22-11-2009, p. 29), é perfeitamente perceptível o perigo existente em ser mineiro. Em qualquer momento, este profissional corre perigo de vida, arriscando tudo para o sustento da sua existência e da dos seus familiares. No texto, li a seguinte frase: "Devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão." e considerei-a um tanto ou quanto curiosa. Há, nela, a expressão de uma causa (as "necessidades de energia") e de uma consequência ("numerosos

acidentes em minas de carvão”). Pensando um pouco, esta frase revela um problema de coerência porque a causa em si, isto é, as “necessidades de energia”, não provoca acidentes. Não é pelas grandes necessidades energéticas que ocorrem muitos acidentes nas minas de carvão chinesas. Será mais pela falta de condições de trabalho existentes nessas minas que os acidentes surgem. Desta forma, quanto a mim, não foi dita a causa geral e real dos acidentes: as fracas condições de trabalho dos mineiros chineses. Além desta, ainda poderá haver causas pontuais para cada acidente, sendo necessário olhar para os pormenores das situações particulares. A notícia generaliza e aponta um motivo para a existência de muitas minas de carvão, na China. Porém, deveria matizar o discurso, se não consegue apontar a causa verdadeira para os vários acidentes que se vão verificando naquela potência asiática. Seria, deste modo, fundamental modalizar o discurso, acrescentando um segmento como, entre muitos outros, “essencialmente, “no geral”, “sobretudo” ou “em parte”, dando a entender que não são apresentadas as verdadeiras causas dos acidentes. Assim, deveria estar escrito algo como: **Em parte, devido às suas necessidades de energia, a China tem numerosos acidentes em minas de carvão.** Que os proprietários das minas compreendam o quanto é duro e perigoso ser mineiro, pagando aos trabalhadores um salário justo! Que as famílias dos mineiros mortos em acidentes ou infelizes incidentes possam encontrar os meios necessários à sua existência!

35. "um dos erros mais frequentemente cometido é"

**um dos erros mais frequentemente cometidos é**

Num dia de descanso, tive a oportunidade de ver um filme francês que foi projectado em Portugal com o título *Os Intocáveis* e que teve uma aceitação considerável por parte do público internacional. O argumento retoma um caso verídico e conta a história de um contacto profissional entre dois homens de classes sociais distintas que, embora empregador e empregado, se tornam amigos. Tratar-se-ia de um relacionamento improvável, mas as circunstâncias da vida permitiram o impossível. Temos o hábito generalizado de julgarmos, pelas aparências, quem desconhecemos, mesmo se sabemos que a médio (e longo) prazo, quando não é curto, estas se poderão revelar enganosas. Numa entrevista para um emprego, isso é ainda mais comum. Na situação descrita no filme, um jovem senegalês criado em França, com aspecto de bandido e possuindo cadastro, apresenta-se numa entrevista para o lugar de assistente, destinado a acompanhar um tetraplégico. Contrariamente aos restantes candidatos (todos muito "certinhos", com formação ou experiência na área), não pretende o lugar. Quer apenas uma assinatura que comprove o facto de se ter apresentado a esta proposta de trabalho, a fim de continuar a receber os subsídios a que tem direito. Dinâmico, enérgico, contestatário, revela-se como é e não esconde as suas intenções. Por ser expulso de casa, nesse dia, pela tia, que o criou como mãe, acaba por aceitar aquele trabalho que o empregador lhe propôs. Aí, torna-se "as pernas e os braços" do riquíssimo tetraplégico, o patrão, que vive em condições invejáveis e abastadas. Apreciando a franqueza do jovem, não se deixou impressionar nem pela sua aparência, nem pelo passado de pequeno delinquente. Apostar nele, permitiu ao jovem amadurecer emocionalmente e crescer a nível cultural, tendo-lhe este retribuído a confiança com dedicação. Interessante a inteligente atitude do empregador! Gostei do filme que, por momentos, apresentava um humor cândido, mas bem divertido, não deixando de lado o dramatismo da existência que as personagens carregavam individualmente.

Ao visionar esta película e ao ler o artigo "Recursos humanos fazem a diferença" de Maribela Freitas (ver *Expresso* de 07-11-2009, p. 21), não poderia estar mais de acordo com a ideia da importância dos recursos humanos para uma instituição ou um determinado serviço. Há uns bons anos, contava-me alguém, ex-director de uma grande instituição nacional, que o mais difícil do cargo era gerir as pessoas porque havia sempre atritos entre elas. São, sobretudo, os empregadores e os trabalhadores,

as pessoas, que fazem uma empresa de sucesso. É tão importante avaliar o carácter e a personalidade como a formação e os conhecimentos de quem se emprega. Seguindo esta ideia da importância dos recursos humanos, o texto jornalístico dá conta da competição “Global Management Challenge”, em que entra o patrocínio do jornal *Expresso*. A propósito de “potenciar a criação de gestores de sucesso em Portugal”, reproduz, através de citações, partes da opinião de Peter Mottek, apresentado como o responsável pelo Barclays em Portugal.

Num dos excertos de discurso directo, está escrito: “Na gestão de uma empresa, um dos erros mais frequentemente cometido é não se dar o devido valor à gestão de recursos humanos.” e fico a pensar que seria, também, importante avaliar o domínio linguístico da língua materna, quer escrito, quer falado, de todos os empregados. Muitas vezes, os problemas das empresas começam, internamente, na comunicação interpessoal e podem prolongar-se, externamente, aos clientes, causando prejuízos económicos ou financeiros incalculáveis. As falhas de comunicação começam como pequenas bolas de neve que, ao descerem velozmente a encosta, vão aumentando, destruindo tudo, ou quase, na sua passagem. Um pequeno erro como o presente no excerto de que dou conta (“um dos erros mais frequentemente cometido é” – **um dos erros mais frequentemente cometidos** é: “cometidos” tem de vir no plural porque concorda com “erros”), seja de que a autoria for, pode ser fatal. Além destes erros linguísticos, mais minuciosos, que afectam a comunicação, um dos nossos erros mais frequentes é avaliarmos as pessoas pela aparência e não por aquilo que são (ou serão) capazes de fazer. Um diploma é a base para entrar no mundo do trabalho, mas, quanto a mim, não chegará. É apenas um ponto de partida. O que realmente interessa é a pessoa e as suas potencialidades. O filme francês *Os Intocáveis* demonstra-o bem.

36. "Só que, grande parte dos jornalistas, (...) empregam (...) sem saberem"

**Só que grande parte dos jornalistas (...) emprega (...) sem saber**

Numas férias, passei por Viseu, onde, depois de vários anos, voltei a contemplar as pinturas de Grão Vasco. Impressionam as dimensões dos enormes quadros que dão a observar o verso, descobrindo-se os materiais de base usados pelo artista. Comparar a frente, perfeita, e a parte de trás, imperfeita, é um jogo interessante. No espaço museológico renovado, junto do antigo, surge o novo. Os quadros, as esculturas e outras peças antigas, relíquias do tempo, associam-se a imaginativas obras contemporâneas. No rés-do-chão, figuram obras de arte que recordam São Teotónio e as cruzadas. No conjunto, vi uma escultura de um diabo com seios volumosos. Já não me lembro da representação global, mas retive o pormenor da diabolização do sexo feminino. Num dia cheio de sol, apreciei a frescura do museu junto à Catedral, assim como a visita à pequena exposição de fotografia no posto de apoio ao turismo, ali mesmo ao lado, onde a funcionária estranhou que viesse da Madeira, mas não tivesse sotaque. Aí, vi uma fotografia do que seria uma "levada", que eu pensava ser exclusivamente madeirense. Cheia de curiosidade, fui perguntar. Não conheciam o nome daquele canal de água esculpido pelas mãos humanas no meio da natureza e também não sabiam localizar aquela fotografia. Não deveria lembrar a ninguém fazer uma exposição sem legendas... Atitude inteligente teve-a uma técnica que, pela minha insistência, pediu o meu contacto para, assim que tivesse a informação, me dar as respostas às perguntas que formulara. Algumas horas depois, ficava a saber que aquele canal tinha o nome de "levada" (como no Arquipélago da Madeira) e que a fotografia tinha sido tirada em Castro Daire, se tenho boa memória. Fiquei esclarecida. O termo "levada" deixou, então, no meu léxico, de ser um regionalismo madeirense.

Ao almoço, querendo comida regional, degustei uma bochecha de porco muito saborosa, demasiado grande para mim. De tarde, o calor era abrasador e, para ter uma ideia da cidade, a opção foi fazer o percurso turístico idealizado por técnicos locais. O passeio foi num daqueles comboios de pneus que dão a conhecer a cidade aos solavancos. A jovem guia papagueava o discurso. Eu pouco retive dos repetitivos e rápidos: "aqui, isto", "além, aquilo", "à direita, isto", "à esquerda, aquilo". Houve uma paragem no parque da cidade. A maior parte dos passageiros foi ao bar; eu dei uma volta e vi uns pavões deitados, descansando à sombra. Ainda esperei que algum se pusesse de pé. Não tive sorte. Tocou o sino do comboio e a viagem de regresso ao

centro da cidade tinha de começar para chegar, a horas, ao ponto de partida, junto ao edifício da Câmara que andava em obras. Nos jardins centrais, como os pavões, muitas pessoas estavam à sombra dos grandiosos plátanos. Era fácil reconhecer os turistas e distingui-los dos locais. A hora de partir aproximava-se. Enquanto aguardava, fui comprar um jornal local e uns bolos típicos. A escolha estava limitada. Adquiri, então, o *Diário de Viseu* e dois viriatos (massa folhada com coco ralado e recheio de ovos). Os jornais locais têm uma função extremamente importante. Quanto a mim, por mais Internet e tecnologias que haja, não desaparecerão. Dão conta de informações fundamentais para os residentes. Para os forasteiros, o interesse será menor, mas um diário tem sempre o seu valor. Permite saber o que aconteceu e vai suceder.

Da leitura, fico-me, aqui, pelo texto de opinião intitulado “Uma evidente degradação” do “Professor Emérito na Univ. de Bruxelas” J. M. Nobre-Correia (*Diário de Viseu*, 09-08-2012, p. 7). Aborda “a falta de rigor no uso da língua portuguesa” que é “extremamente preocupante e significativa”. No geral, concordo com o autor, mas discordo num aspecto. Se é certo que a “qualidade” (gramaticalidade) da língua portuguesa usada diariamente é problemática, incluindo pelas “classes dirigentes”, não me parece que alguém possa estar imune ao erro, por mais estudos que tenha. No texto “escrito de acordo com a nova ortografia”, por exemplo, ocorre a palavra “espectadores”, mas, seguindo as orientações do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990, não deveria ter “c” porque, na “pronúncia culta portuguesa”, esta letra não é articulada, sendo-o, todavia, na brasileira. Além disso, o segmento “Porque, colonizadas ideologicamente, (...) culturalmente alheios.” e o seguinte, “Mas ainda porque (...) supremacia social.”, são duas orações subordinadas, não devendo constituir, isoladamente, frases. Do conjunto deste interessante e mordaz texto, que procura defender a língua portuguesa, tendo diversos pormenores linguísticos revelantes, destaco o “ataque” aos jornalistas em geral, ou melhor, a “grande parte dos jornalistas” (“Só que, grande parte dos jornalistas, na sua patente falta de cultura, para não dizer ignorância, empregam esses termos sem saberem sequer o que significam exatamente.”). Sintacticamente falando, creio, modestamente, que “grande parte dos jornalistas” é o sujeito de “empregam” e está ligado a “saberem”. Assim sendo, o predicado, pela concordância sintáctica, deveria estar no singular porque está relacionado com “grande parte”, um singular. Consequentemente, alguma pontuação teria de mudar. Entre outras possibilidades, a minha proposta de reescrita do excerto da frase é a seguinte: **Só que grande parte dos jornalistas, na sua patente falta de cultura, para não dizer ignorância, emprega esses termos sem saber.** Concordo: temos todos de fazer um esforço para usarmos devidamente a nossa língua materna. Porém, sei que o erro está sempre à espreita. Então, corrigir, ou aceitar a correcção, é fundamental.



## 37. "enquanto que o Dão"

**enquanto o Dão**

Os vinhos portugueses, na sua grande maioria, são excelentes. Digo isto como mera consumidora ocasional deste produto. Não será por acaso que o porto e o madeira, os diversos tipos, são conhecidos internacionalmente. Os vinhos verdes também têm alguma fama internacional. Num filme americano que vi há muito, enquanto cuidavam da mãe doente, em fase terminal, dois filhos recordavam vivências de infância. Uma delas era a de terem bebido, à socapa, um vinho especial (de uma pequena e arredondada garrafa) que os pais tinham trazido de umas férias europeias, tendo, se bem me lembro, passado por Portugal. Pareceu-me que estariam a falar da garrafa do rosé Gatão. Não sei porquê, mas ficou-me esta lembrança. Nos vinhos de mesa, nos tintos e nos bancos, estamos muito bem servidos e os preços são bastante razoáveis. Em criança, detestava este líquido um pouco amargo. Agora, à refeição, sobretudo em família ou com amigos, bebo, deliciada, e com moderação, um copo. Normalmente, entre a vasta oferta da carta dos vinhos, prefiro o tinto, venha ele de onde vier. Mesmo assim, a minha bebida de eleição é, desde sempre, a água, que bebo em qualquer altura. Às refeições diárias, muitas vezes, não bebo nada, o que soa a estranho num restaurante. Aí, parece obrigatório associar a bebida à comida. É clássica, por isso, a pergunta: "O que vai ser para beber?"

É impressionante como Portugal, com uma extensão tão reduzida, tem tantas produções de vinho. Entre os do Porto, os do Dão, os do Alentejo e os restantes, é difícil escolher. Os vinhos de mesa da Madeira ainda estão a impor-se e a concorrência é grande. A festa das vindimas parece ter tido sucesso e os vendedores estavam satisfeitos com o negócio, a acreditar nas notícias regionais. Mesmo se é para turista ver, a ideia de fazer uma demonstração, ao vivo e participada, da vindima na zona do Estreito de Câmara de Lobos é excelente. Permite reavivar costumes e tradições. Há pinturas de Max Römer que dão uma noção clara de como se processava para fabricar este líquido considerado o néctar dos deuses. Facilmente se compreende que a nossa cultura está intrinsecamente associada à terra. O pão, o azeite e o vinho são produtos que, diariamente, vão da terra à mesa, após um longo e penoso trabalho de produção. Até quem não aprecia vinho terá, lá por casa, uma garrafa para quando houver uma ocasião especial e seja necessário brindar. Quanto a brindes, alguém me dizia, recentemente, que, quando falamos em champanhe, nos esquecemos que é, como o

madeira e o porto, a bebida de uma determinada região, visto ser produzida na região de Champanhe, em França. Portanto, dizer o “champanhe francês” não faz sentido porque só pode ser francês. Não tem outra nacionalidade, mesmo se o copiam noutros países.

A propósito de questões linguísticas e de vinhos, li o artigo do caderno *Tribuna de Economia* intitulado “Douro espera ter uma maior produção de vinha” (ver a edição de 24-08-2012, p. 13). No título, há uma gralha, já que em vez de “vinha” deveria estar escrito “vinho”. A produção, segundo o texto, só pode ser de vinho. Vários seriam os aspectos linguísticos a destacar, como em qualquer texto. O que me chamou particularmente a atenção foi a construção “enquanto que”, que se encontra no resumo da primeira página e, também, no artigo principal. Registo-a numa longa frase (“A um mês da campanha vinícola de 2012, a região do Douro conta um aumento da produção, ao contrário dos produtores do Alentejo que se debatem com atrasos na maturação das videiras, enquanto que o Dão deverá ter menos pipas mas vinhos de qualidade adicional.”) que constitui um parágrafo. O elemento “que” é completamente desnecessário naquela sequência, como é visível no parágrafo seguinte em “enquanto o Alentejo”. Pode apagar-se, embora seja corrente ouvi-lo associado a “enquanto”. Não faz nenhuma falta, no discurso. Assim, a longuíssima frase fica um pouco mais breve. Talvez não fosse pior dividi-la em duas, o que experimento. Retiro aquele elemento da construção; acrescento uma preposição (“conta com”) e adiciono uma vírgula antes de “mas”. Além disso, substituo “adicional” por “grande” porque “adicional” significa “acrescentada” (qualidade acrescentada, adicionada) e, na frase, creio eu, o significado é, simplesmente, vinhos de “grande qualidade”. Ainda fico com uma dúvida relativamente à “maturação das videiras”. Não será a maturação das uvas em vez da das videiras? É provável que a videira também possa ir amadurecendo... Deixando de lado este aspecto, a minha proposta de reescrita para todo o parágrafo é, portanto, a seguinte: **A um mês da campanha vinícola de 2012, a região do Douro conta com um aumento da produção. Ao contrário, os produtores do Alentejo debatem-se com atrasos na maturação das videiras, enquanto o Dão deverá ter menos pipas, mas vinhos de grande qualidade. À colheita deste ano!**

38. "arrefecer imediatamente a queimadura com água fria prolongada"

**arrefecer, imediata e prolongadamente, a queimadura com água fria**

Ai! Queimei-me! Há quem não seja sensível ao calor. Eu, se ingerir uma bebida quente, comer algo acabado de cozinhar ou tocar, sem saber, numa superfície a escalear, sinto-me, logo, mal. Se isso tudo estiver gelado, a sensação é idêntica. Fico como uma gata escaldada, que, da água fria, tem muito medo. Para mim, o ideal é a temperatura ambiente dos alimentos e de tudo, mas conseguir isso é quase impossível. Contrariamente a muitas pessoas, acabo por não apreciar o ar condicionado. Entre algo fervente, quente, morno, frio e gelado, prefiro o que está morno. A tepidez dá-me equilíbrio, sendo, todavia, bem difícil de conseguir. Com um medo tremendo das queimaduras solares, na praia, uso o factor de protecção 50, como as crianças, e evito estar ao sol nas horas de calor mais intenso. Quando penso em queimaduras da pele, arrepio-me e lembro-me de várias pessoas. Não esqueço, em especial, uma com um cancro da pele que tem vindo a fazer diversos tratamentos. De uns dias passados num hospital, já lá vão uns anos, recordei, sobretudo, um jovem. Devido a um acidente, tinha o rosto e grande parte do corpo queimados, sendo necessário submeter-se a uma cirurgia. Impressionava-me olhar para ele. Compreendi, nessa ocasião, o quanto pode ser importante a cirurgia estética. Arrepiou-me, por isso, a notícia do início de imolação de um jovem de 21 anos que, em Aveiro, durante protestos contra as sucessivas, e injustas, medidas governativas, se manifestava. Por estes e outros casos, a minha atitude orienta-se pelo popular "mais vale prevenir do que remediar". Quanto a queimaduras, não facilito, embora saiba que ninguém está livre de nada, na vida.

A propósito, encontrei um artigo na revista *Activa* (ver o número de Junho de 2012, p. 88). Curiosamente, esta publicação segue o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*, mas não tirou o "c" em "Activa", o que é legítimo, mesmo se diversos organismos públicos preferem adequar as próprias designações, algumas delas bem antigas. Deixando de lado este detalhe caricato, o que me interessa é o artigo "Queimaduras: O que fazer?" de Catarina Fonseca. Fundamentando-se na informação de uma dermatologista, a jornalista descreve, sumariamente, três graus de queimadura. No primeiro grau, a queimadura atinge as "camadas superficiais da

epiderme” e cura-se “em 4 a 6 dias”. As preposições “em ... a” não funcionam muito bem juntas, mas compreendo que a recuperação demora 4 dias, no mínimo, ou 6 dias, no máximo. No segundo, “atinge-se a epiderme e também já a derme”. É estranha a construção pronominal (“atingir-se”), mas deduzo que equivale à forma passiva “é atingida”. A sequência “também já” é bizarra. Concluí que o discurso da dermatologista devia ter sido oral, isto é, respostas a perguntas, numa conversa com a jornalista, e que, portanto, estes aspectos linguísticos eram próprios do discurso espontâneo. Na escrita, estes dois elementos (“também já”) são desnecessários ou, então, pode ficar apenas o “também” com alterações na pontuação. As queimaduras de terceiro grau são, evidentemente, mais graves e, segundo as palavras da jornalista, “afetam até aos tecidos cutâneos”. Pensei bastante na sequência “afetam até aos” e, por mais que pense, tenho alguma dificuldade em justificá-la. O verbo “afectar” (ou “afetar” para quem escreve segundo o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990) é transitivo directo e não precisa de preposições. Portanto, deveriam desaparecer “até a”. O que pode ter acontecido foi o uso de “até” como sinónimo de “mesmo” e ter sido adicionada, por lapso, na escrita, a preposição “a”. Este género de falhas acontece, com frequência, quando se passa um discurso do registo oral para o escrito.

Apesar dos pormenores linguísticos presentes na exposição dos três graus indicados, não foi nenhum deles que reteve a minha atenção. Entre outros, há um que me desviou da leitura, obrigando-me a fazer uma pausa. Encontra-se em *“Com queimaduras de primeiro e segundo grau não precisa de ir a correr para o hospital. A primeira coisa a fazer é arrefecer imediatamente a queimadura com água fria prolongada, para tentar diminuir os danos térmicos ou químicos”, afirma Vera Monteiro Torres.*”, um excerto fácil de entender, mas cuja redacção merece alguma observação. Ao longo do artigo, a jornalista abreviou os graus com um ponto a marcar devidamente a abreviatura (1.º, 2.º e 3.º). Por que razão terá optado por escrever, aqui, por extenso “primeiro e segundo”? Será por isso que se esqueceu do plural em “grau”, embora figurando em “queimaduras”? É provável que tenha, à partida, pensado no singular e isso verifica-se no verbo “precisa”. Uma vírgula após “grau” não ficaria mal. São detalhes. Porém, não o será a qualificação da água (“água fria prolongada”), que merece, neste texto, o meu destaque. O que será “água fria prolongada”? Parece-me, novamente, que as naturais imprecisões do registo oral foram transpostas para a escrita. O que deve ser “prolongado” é o processo de arrefecimento, em vez da água. Sugiro, assim, a seguinte reformulação, procurando não alterar, substancialmente, o que está escrito: **Com queimaduras de primeiro e segundo graus, não é preciso ir a correr para o hospital. “A primeira coisa a fazer é arrefecer, imediata e prolongadamente, a queimadura com água fria, para tentar diminuir os danos térmicos ou químicos.”** Poderá não ser o que a dermatologista disse, mas corresponderá, creio eu, a um discurso escrito aceitável. Errar pode ser tão doloroso quanto queimar-se. Ai! Errei!

39. "com o que a vida nos trás"

### **com o que a vida nos traz**

O que é a felicidade? Andamos todos atrás dela, como atrás de uma borboleta que queremos apanhar para contemplar, mas não a conseguimos agarrar. Para a definir ou descrever, entramos em lugares-comuns que repetimos, mesmo se não conseguimos fazer o que dizemos. A felicidade é... fazer isto ou aquilo (Dependerá a felicidade da acção, do agir, do fazer?), com uma grande sensação de bem-estar e de puro prazer. Dizemos que a felicidade está nas coisas pequenas, mas só sonhamos com as grandes. A efemeridade da felicidade é a do esvoaçar da borboleta. Andamos à procura dela fora, quando ela está dentro porque, para mim, consistirá, simplesmente, em sermos o que somos, aceitando-o. Resta saber se cada pessoa consegue chegar a si – um poço profundíssimo – para o compreender. Esta, julgo, é outra história. “Ser feliz” não é o mesmo que “estar feliz” ou “ficar feliz”, para mencionar apenas estes três verbos, embora haja mais possibilidades como “permanecer feliz” ou “viver feliz”. Não considero que estas construções sejam equivalentes, semanticamente falando, e isso deve-se às diferenças de significação que os verbos carregam.

Pensei nisto quando li o editorial de Rita Machado “Ser (ou Estar) Feliz” revista *Lux Woman* (ver o n.º137 de Agosto de 2012), que segue o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990. Abro uns parênteses, sem os marcar, relativamente ao nome da revista. Tenho sempre dificuldade em entender a razão de escolherem palavras inglesas para revistas, festivais musicais ou outros acontecimentos, quando o Português tem milhares de possibilidades. Se abrirem um dicionário, vão confirmá-lo. Não tenho nada contra o Inglês, mas estas designações são como um cabelo que me cai na sopa. Na minha opinião, apesar de pretender um toque de modernidade com esta estratégia, o *Marketing* actual erra o alvo, logo à partida. É um aparte com pouco interesse para o caso da felicidade, mas, como a minha está nas coisas pequenas, este detalhe afecta-a, entristecendo-me. Porém, a vida continua e não me deixo abater. Voltando ao assunto, Rita Machado faz uma breve reflexão sobre a felicidade que me chamou a atenção. Basicamente, se consigo apanhar a ideia geral, defende que a felicidade depende de cada pessoa (mulher), isto é, da sua atitude perante a vida. Se conseguirmos agarrar a felicidade (“sermos felizes com o que temos” – o verbo “ter” talvez não seja a melhor escolha, “valorizando o bom e minimizando o mau”, “começar a executar”, “Mais ação”, “tem trabalho”, “está nas suas mãos conquistar mais e melhor”,

“acredita (e trabalha) para ter mais e melhor”), será óptimo. Se não o conseguirmos (“lamuriar”, “fatalidade”), será péssimo. A solução proposta é fazer um balanço, na praia (Não haverá outros destinos de férias?), ao folhear a revista. Ao ler a proposta de Rita Machado, fico com a sensação que a felicidade da mulher do século XXI não andará muito longe da dos séculos anteriores e que dificilmente a encontrará neste número da revista, cujos temas são “sexo, traição, crianças e adolescentes”.

Se, neste editorial, o conteúdo me chamou a atenção, a forma como está redigido também. Fico-me pelo primeiro parágrafo. As duas últimas frases deste (“Sobrevivendo. Da melhor forma, e da maneira mais feliz possível.”) não o são realmente porque estes dois excertos dependem da frase anterior. Provavelmente, por já ir longa, a autora terá sentido a necessidade de a recortar com pontos. Todavia, a nível sintáctico, isto é, quanto à construção das frases, há, aí, um problema interessante. Está na ligação (quase impossível) entre o registo escrito e o oral. A editora procura captar a atenção do(a) destinatário(a) através de um tom coloquial (“Espere, não pare de ler...” – A vírgula deixa-me dúvidas nesta sequência.). O pormenor que destaco neste texto não está, todavia, relacionado com a pontuação ou a construção das frases. Sublinho um detalhe ortográfico devido à confusão entre duas palavras, o que acontece a todos, incluindo a mim. Num texto, em vez de “inscrever” pus “escrever”. São ligeiras e passageiras confusões que podem complicar a comunicação. Sucede o mesmo neste editorial, numa frase do primeiro parágrafo: “A grande aprendizagem é realmente sermos felizes com o que temos, com o que a vida nos trás, valorizando o bom e minimizando o mau.” A confusão entre “traz” (do verbo “trazer”) e “trás” (advérbio) é clara. Nesta frase, deveria estar escrito: **com o que a vida nos traz**. Não é nada que um revisor não resolvesse. Errar não traz a felicidade. Aceitar os erros e corrigi-los podem, porém, ajudar. Terá o erro a efemeridade da borboleta?

40. “fez novas buscas onde foram encontrados restos mortais”

**fez novas buscas durante as quais foram encontrados restos mortais**

Nas notícias, vão aparecendo casos em que os filhos matam os pais e outros em que os pais provocam a morte dos filhos. Quem comete um destes crimes perdeu os valores mais elementares da sua humanidade. O que levará a este ponto? Os motivos que desencadeiam estas mortes serão diversos. Na nossa sociedade, há uma tendência para abolir as diferenças entre o bem e o mal, cujas fronteiras são, diz-se, ténues e parece que os fins acabam por justificar os meios. Depois, quando se formam monstros sanguinários, manifesta-se incredulidade. Eu não gosto destas notícias. Não aprecio essas desgraças. Não sinto vontade de as ler, nem de as ver ou ouvir. De modo ocasional, confronto-me com notícias horrendas e macabras que costumam ser do agrado de algum público. Sou, então, obrigada a ouvi-las, vê-las ou lê-las, por reaparecerem sistematicamente. Alguns jornalistas dão-lhes eco e é como se eles formassem a opinião das massas, ficando estas a favor ou contra os suspeitos. De uma forma paulatina, vai-se fazendo um julgamento na praça pública. Eu procuro fugir a este processo noticioso. Tomar posição numa situação destas implicaria conhecer pormenores que as notícias não dão porque não os têm. Porém, influenciada, acabo por, também eu, formar um juízo. A informação (ou a desinformação) tem muito poder.

O *Jornal de Notícias* (ver número de 29-08-2012, p. 29) reporta-se a um caso espanhol relacionado com o desaparecimento de duas crianças, enquanto se encontravam com o pai. Se compreendi bem, este alega que se “perderam”, num “parque”, “durante o passeio” que estavam a dar. Nega que as tenha matado, mas já é descrito como “Monstro” e “papá assassino” pela população. Não sou juíza. Portanto, não me cabe julgar, nem condenar, nem absolver, este pai. É acusado deste bárbaro crime por novos dados. As primeiras investigações revelavam que os vestígios ósseos encontrados num “forno crematório”, “na propriedade dos avós paternos”, seriam de “animais roedores”. A pedido da mãe das crianças, um antropólogo analisou essas ossadas e veio declarar que são de crianças. Porém, na notícia e no seu paratexto, já surgem como sendo dos dois irmãos (“foram encontrados os restos mortais de Ruth, seis anos, e de José, dois”). A comunicação forma a opinião e a investigação condiciona as decisões

judiciais. Se vai para um lado, permite condenar, mas, se vai por outro, possibilita absolver. A importância dos conhecimentos científicos é clara para resolver casos semelhantes. Porém, há uma margem de erro a considerar. A reconstrução dos factos faz-se por meio das palavras e são necessárias provas, factuais, que as confirmem. Se não for assim, não há justiça porque não se descobriu a verdade, isto é, o que, efectivamente, aconteceu. Dizer-se que se é inocente não é suficiente. Quase ninguém assume a sua culpa. Não somos educados para tal. O que terá acontecido àquelas duas crianças? A realidade ultrapassa, muitas vezes, a ficção e esta não é uma história policial que leio. Cabe-me aguardar pelo seu desfecho, compreendendo a dor da mãe que não desiste. Procura os filhos desesperadamente, temendo que o ex-marido os tenha matado para a “castigar”, a ela. Esta foi a tese que ouvi, num eco informativo que me chegou. Ao iniciar a leitura da notícia, fico desagradada pelo caso em si.

Incomodam-me também alguns detalhes linguísticos que encontro no título e nos destaques. Não quero aprofundar a leitura do texto noticioso. Com o auxiliar “ter”, o participio passado a usar é o regular. Em vez de “tenha morto”, deveria ser “tenha matado”. Na frase, sem ponto final, “José Bretón mantém a versão de que Ruth e José perderam-se no parque durante o passeio”, fico a pensar na sequência “de que”. Se se mantiver o pronome “que”, “se” tem de vir anteposto à forma verbal que acompanha (a versão que Ruth e José se perderam). Se se excluir, é indispensável alterar a construção (a versão de Ruth e José se terem perdido). A frase precisaria de ser revista e as possibilidades de correcção são muitas. Aqui, não quero realçar nenhum dos dois detalhes que referi, mas um terceiro. Está destacado abaixo do título, numa frase (onde faltaria um artigo, no início, e um ponto, no fim). Aí, o que atrai a minha atenção é o uso de “onde”, que tenho ouvido em contextos impensáveis. Este advérbio empregue como relativo tem obrigatoriamente de remeter para um lugar, seja ele físico ou não, real ou irreal. Nesta construção (“**Polícia** espanhola fez novas buscas onde foram encontrados restos mortais dos dois irmãos”), “onde” reporta-se a “novas buscas”. Ora, “as buscas” não são um espaço em si. Portanto, não deveria ser possível usar “onde”. Deveria ser substituído por algo como “durante as quais”, ficando: **fez novas buscas durante as quais foram encontrados restos mortais**. Se estes “restos mortais” (expressão estranha, mesmo se idiomática) são, efectivamente, “dos dois irmãos”, os factos contradizem as palavras do pai. A verdade só pode ser uma.



41. "vamos lá a ver o seu certificado"

### **vamos lá ver o seu certificado**

Neste ano lectivo, houve milhares de professores que se inscreveram nos centros de emprego, pelo país fora, porque não ficaram colocados numa escola. O Estado (todos nós, mais precisamente quem está a trabalhar) vai pagar-lhes subsídios de desemprego em vez de salários. Alguns, desmotivados, desistirão de exercer a profissão, depois de lhe terem dedicado anos de vida. Outros aguardarão por um lugar, nem que seja de substituição, para continuarem a fazer o que acreditam ser mais do que uma profissão. Uns arriscarão tudo noutra área e descobrirão outras possibilidades vocacionais. Muitos, desorientados, não saberão o que fazer à vida. Haverá quem entrará no mundo das explicações particulares, continuando a educar, mas noutros moldes. Quem passou dezenas de anos a ensinar e, de repente, fica sem trabalho deve assustar-se com a situação. Descobre, descrente, que o Ministério da Educação não precisa de tantos profissionais no sistema educativo nacional e que não necessita dos que foram formados pelo próprio sistema, tendo-os usado até agora. É uma realidade bem triste. Acaba por ser difícil compreender como se chegou a tal ponto. Ainda bem que têm subsídio de desemprego para poderem reorganizar as suas vidas! Se fosse há uns anos, nem isso teriam. De profissão prestigiada e prestigiante, a profissão de docente passou a desprestigiada e desprestigiante.

Eu acredito no valor da escola para a formação do indivíduo, em todas as suas dimensões: cultural, social, pessoal, ética, etc. Vi, portanto, com bons olhos a escolaridade obrigatória passar a 12 anos, em vez de 9. A grande diferença entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas está muito relacionada com a educação, ou a escolarização, das pessoas. Em princípio, o que não quer dizer que seja sempre assim, os cidadãos "bem" formados são capazes de construir, juntos, uma sociedade mais justa e equilibrada. Os docentes desempregados hão-de encontrar uma saída para o momento difícil que estão a viver porque têm ferramentas que os podem auxiliar a ultrapassar a dificuldade que enfrentam. Além disso, não é garantido que o sistema não precise deles. No decorrer do ano, alguns serão solicitados para substituições, o que é um pouco ingrato para eles e os alunos com quem vão trabalhar ocasionalmente. Na maior parte dos casos, terão pouco tempo para se adaptarem uns aos outros.

Entre as centenas de páginas de jornais que tenho em casa, encontrei uma última página do PÚBLICO (ver número de quarta-feira, 07-05-1997), com uma tira de Bill

Watterson, autor de *CALVIN & HOBBS*, traduzida por Helena Gubernatis. As aventuras de Calvin, um menino irrequeto, atrevido e criativo, quase sempre acompanhado pelo seu tigre falante, Hobbes, foram, durante muito tempo, uma marca do jornal nacional. Na tira em questão, Calvin está na escola. Quando se dá conta que a professora, Miss Wormwood, não está e que há uma desconhecida em seu lugar, ganha força, ganha poder. Vendo aquela “senhora” que desconhece, precisa de ter credenciais para saber quem é ela, antes de a poder reconhecer como docente e de a tratar por “professora”. Ganha autoridade para perguntar “Ó SENHORA, VAMOS LÁ A VER O SEU CERTIFICADO DE ENSINO!”. Se é uma substituta, tem de medir forças com ela e exige o que nem ousaria pedir à “sua” professora. Muitas vezes, a irreverência e a indisciplina acontecem nestes casos. A autoridade de quem substitui é posta em causa por quem não a deveria questionar.

“Estar no lugar de” não é o mesmo que “ter o lugar de”. Se quem substitui não ocupa de pleno direito esse lugar, nem que seja por algum tempo, poderá ver-se em apuros e a sua autoridade estará, recorrentemente, a ser contestada. Aquela exigência do Calvin para “ver” o certificado de ensino, o diploma, da professora substituta significa muito e a primeira pessoa do plural também. Não é só ele quem põe em causa aquela “senhora”, mas todos os que ele representa, nomeadamente os pais e a sociedade. A nível linguístico, o que a chama a atenção nessa frase, além do seu alcance em termos de conteúdo, é a presença da preposição “a” na construção verbal perifrástica “ir ver”. A preposição usa-se com o verbo “ir” como em “Vamos a casa.” ou “Vou a Paris.”, mas não é necessária na perífrase verbal. Contrariamente a esta, há construções que a requerem, como “estar a” (estar a ver). O emprego daquela preposição é um uso popular em “ir a ver”, explicando por que razão se ouve muitas vezes. Não se justifica na boca do Calvin, nomeadamente por estar na escola, o espaço privilegiado da normalização linguística, e por pôr em causa a legitimidade da docente substituta. O advérbio “lá” (“vamos lá”) é uma marca do registo oral, o que também se poderia considerar no uso da preposição, mas não são do mesmo nível linguístico. Portanto, é suficiente retirar a preposição (**VAMOS LÁ VER O SEU CERTIFICADO**). Boa sorte para as substituições! Coragem para iniciar uma nova vida!

42. "Traga as suas pequenas feras para conhecer as nossas."

**Traga as suas pequenas feras para conhecerem as nossas.**

Por correio electrónico, chegou-me um interessante artigo do juiz Pedro Vaz Patto sobre a questão dos "direitos dos animais". Fiquei a saber que a expressão é inadequada. No Direito, quem tem direitos terá deveres. Sendo livre e responsável, deve, além disso, poder, pessoalmente, reclamar aqueles. Reconhecendo a importância de respeitar os animais, o autor desse texto de opinião argumenta, defendendo um ponto de vista consistente. Quanto a mim, também considero que não é possível pôr ao mesmo nível os animais e as pessoas. Há, porém, quem defenda o contrário. Não entro na polémica, mas, quando penso no assunto, recordo uma colega que, um dia, me pôs um dilema: escolher entre auxiliar uma criança faminta ou cuidar de um touro ferido numa tourada. A minha opção era a criança, enquanto a dela era o touro. Justificou-se, explicando que muitas pessoas iriam ajudar aquela criança e que poucas se preocupariam com o animal. Portanto, ela preferia estar do lado do bicho ferido. Embora respeitasse a sua decisão, as suas palavras marcaram-me porque tinha alguma dificuldade em entender a sua visão do mundo. Eu, já nesse altura, e foi há mais de vinte anos, comia carne; ela não o fazia. No meu entender, os animais não são mais importantes do que as pessoas; para ela era o contrário. Considerava muitos homens e mulheres "mais animais do que animais", o que eu compreendia.

Pelo respeito da vida animal, parece que os circos vão, progressivamente, ter de abandonar os números com animais. Por um lado, fico com pena porque havia momentos impressionantes. Por outro, compreendo que o animal está fora do seu habitat e é treinado horas a fio, com, por vezes, alguma agressividade. Deve o homem ter animais selvagens em cativeiro? Creio que a moda de os transformar em "animais de companhia" não desapareceu, o que pode ser perigoso. Há mesmo animais domésticos que podem, momentaneamente, também eles, constituir um perigo. Têm reaparecido notícias com ataques de certos cães a pessoas, incluindo crianças. Nesta sequência de ideias, fará sentido haver jardins zoológicos, aquários, parques que expõem animais a visitantes? Para mim, estes espaços têm razão de ser, se as condições de vida respeitarem as circunstâncias naturais em que os animais estariam, se não permanecessem em cativeiro. O ideal seria encontrarem-se livres e poderem ser observados à distância, como se vê, por exemplo, nos documentários sobre reservas africanas. Quando isso não é viável, se forem espaços que reproduzem o mais possível o seu ambiente, não

me parece mau. Há parques que permitem estudar espécies e ajudar na preservação de algumas delas, que se encontram ameaçadas, muitas vezes pelos próprios homens. Além disso, dão a conhecer aos visitantes a vida animal e é útil para aprender a respeitar a diversidade biológica. Portanto, parece-me importante haver aquários “gigantes”, jardins zoológicos ou outros espaços com animais mantidos pelos homens.

Durante vários meses, nos múltiplos meios de comunicação social, vi uma campanha publicitária do Jardim Zoológico de Lisboa. Duas fotografias, num fundo preto, fazem sorrir e interpelam. A ideia da campanha é brilhante, partindo da analogia entre uma criança e um animal, pelas afinidades que têm. A linguagem verbal é condensada numa única frase com um ponto final bem colocado. Já o ponto do lema é desnecessário porque “Pela proteção da vida animal” não é uma frase, mas um tópico. O imperativo “Traga” é directo e convidativo. Com o sentido amplo de “feras” (crianças inquietas / animais selvagens), a oposição dos possessivos (suas / nossas) marca dois campos que confluem no verbo “conhecer”. O adjetivo “pequenas” atribui uma visão suavizante a “feras” e pode indicar as crias que foram nascendo. Para mim, só há um problema nesta campanha publicitária e é linguístico. Encontra-se na forma verbal “conhecer”. Mais uma vez constato que as agências de publicidade deveriam ter linguistas nas suas equipas. Fazer a diferença entre o infinitivo impessoal e o infinitivo pessoal (uma marca bem característica da Língua Portuguesa) não é para qualquer um. Neste “slogan”, é claro que quem vem “conhecer” não é tanto quem “traz” (o adulto, isto é, os pais), mas as “pequenas feras” (as crianças). Os dois predicados têm sujeitos subentendidos diferentes. O do imperativo (o adulto) não é o mesmo do infinitivo pessoal (as crianças). O primeiro é singular, enquanto o segundo é plural. A forma “conhecer” tem de figurar no plural, visto que há, aqui, um infinitivo pessoal dependente de “as suas pequenas feras”. São elas que vêm para “conhecerem” as feras do Jardim Zoológico. Então, deveria estar escrito: **Traga as suas pequenas feras para conhecerem as nossas**. Para mim, os animais podem ser nossos amigos, mas não são nossos iguais.

43. "Voltei (...) e concluí as três cadeiras"

### **Voltei (...) e concluí as três cadeiras**

Chegaram-me notícias de rescisões e despedimentos na Lusa, no *Público* e da extinção de revistas. Há já algum tempo que ouço falar em reestruturações nos meios de comunicação social e em cortes nos salários dos jornalistas. A vida dos jornalistas ressen-te-se, devido a todas as dificuldades económicas e financeiras que vivemos. Ninguém está imune, salvo, pelo que parece, administradores, conselheiros, directores, presidentes, etc. Os jornalistas têm uma função ímpar na nossa sociedade. São eles que nos dão a saber o que vai acontecendo e, a partir da informação que colhe-mos, vamos fundamentando a nossa opinião. Assim, formamo-nos como cidadãos, ganhando uma visão do mundo que nos rodeia. Se a informação for consistente, ajuda a estruturar o pensamento, mas, se não o for, é vã, podendo ser perigosa porque desinforma. Numa reportagem televisiva, dizia um jornalista da Lusa mais ou menos o seguinte: "As notícias não são sabonetes e não têm de cheirar bem." e eu concordo com ele. Uma comunicação social livre torna, à partida, uma sociedade democrática mais verdadeira.

Pelo que observo, isso acontece, sobretudo, e até certo ponto, com os meios públicos. Normalmente, a comunicação depende de grupos empresariais e representa certos interesses, mesmo se há corajosos jornalistas independentes a trabalharem neles. As empresas de comunicação têm de dar lucro, como as dos outros ramos, porque são iniciativas privadas e a gestão particular pressupõe isso mesmo. Têm de ser economicamente viáveis porque, se não o forem, desaparecerão. É a lei do mercado, isto é, da procura e da oferta. Há, aqui, um conjunto de interesses particulares que, muitas vezes, enquanto consumidora de informação, desconheço, mas que seria importante saber. Por exemplo, ouvi e li a notícia sobre a venda do grupo de comunicação que integra a TSF, o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Notícias* e *O Jogo*, incluindo mais títulos, como o *Diário de Notícias* da Madeira e o *Açoriano Oriental*. Terá sido vendido (ou terá sido negociado porque ainda não se concretizou o negócio) a investidores angolanos que não estão identificados. Ora, se a minha memória não me falha, já não é o primeiro negócio nestas circunstâncias. Por que razão não se identificarão os novos donos? Não sei. Este caso, entre outros com investidores estrangeiros, como angolanos, moçambicanos, brasileiros e de mais lugares onde se fala Português, revela que o mundo lusófono está a interagir e a ganhar consistência. Eu, em parte, alegro-me

com isso. O semanário *Sol* é um exemplo deste cruzar de interesses. Dá notícias dos vários países africanos de Língua Oficial Portuguesa e diversifica o mundo da informação, aumentando o número de potenciais leitores. Na primeira página, refere que está: “Todas as sextas-feiras nas bancas em Portugal, Angola e Moçambique”. De vez em quando, eu leio este jornal que, pela característica evidenciada, se destaca das restantes publicações.

Da edição 312 de 24-08-2012, recortei várias páginas para guardar. Uma delas foi a da crónica “O seu a seu dono” em “QUEM NÃO TEM CÃO CAÇA COM GATO” de Catalina Pestana (p. 23). Com interesse, li o texto de opinião relacionado com provérbios. Vêm estes a propósito da disciplina de Filosofia da Linguagem da responsabilidade de Fernando Belo, uma das que a cronista frequentou para concluir o curso. A recordação viva daquele ensinamento foi, para mim, enquanto docente, algo que me emocionou. Um professor que faz pensar abre horizontes e permite aos alunos construírem-se como seres pensantes que são. Ensinar não é apenas reproduzir; é comunicar para compreender e reflectir, posicionando-se face ao que é transmitido. Estudar é ter uma atitude activa e não passiva de mera assimilação e retransmissão. O que guardamos do que aprendemos é como o que conservamos das informações que nos chegam. O conhecimento é dinâmico porque todo o saber é passível de ser problematizado. Catalina Pestana explica isso com os provérbios que são excelentes objectos de estudo, a vários níveis, em especial linguístico. Aliás, todos os textos o são e a crónica “O seu a seu dono” não fica de fora. Entre alguns excertos a merecerem atenção, destaco a seguinte frase: “Voltei à Faculdade para experimentar a liberdade que também passava por ali e conclui as três cadeiras que deixara para trás antes de ir trabalhar.” porque há nela, pelo menos, um detalhe gramatical que sobressai. A forma verbal “conclui” tem de levar um acento agudo no “i” para corresponder à primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo. Caso contrário, é um imperativo (Conclui!) ou a terceira pessoa do singular do presente do indicativo (Ela conclui isso rapidamente.). O contexto ajuda a compreender e a corrigir, mas o que está efectivamente grafado não é o que deveria estar (Voltei à faculdade [maiúscula desnecessária] (...) e **concluí as três cadeiras** (...)). Repete o povo, as elites inclusive, que “o diabo está nos detalhes”. Na vida, tudo parece estar nos detalhes!

## 44. "Vai estudar Relvas"

**Vai estudar, Relvas! / Vai estudar, RELVAS!**

Acabei de chegar do colóquio internacional "Falar – Speaking" (A Competência Oral no Ensino de uma Língua Estrangeira), que teve lugar na Universidade Católica de 25 a 26 de Outubro de 2012, tendo sido organizado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Cultura. Em Lisboa, não tive tempo para mais nada, mas fiquei satisfeita por ter participado no evento que reuniu uma vintena de comunicadores. Saí de lá com a noção clara de ter aprendido por ter ouvido com atenção quem falava. Não posso dizer que tenha feito amigos, mas fiquei a conhecer pessoas, ou melhor, os seus pensamentos sobre determinados assuntos, sobretudo relacionados com o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras, em particular da fala. Aqueles dois dias foram valiosos e vão repercutir-se pela minha vida fora. Continuarei a meditar em questões levantadas. Todas as línguas terão marcadores discursivos? Qual a importância de um manual? Que variedade do Português se deve ensinar? Haverá uma única Sintaxe ou duas (a da fala e da escrita)? Um colega dizia que vamos mudando na comunicação com o outro. Ouvir e falar vai construindo por dentro o indivíduo porque a reflexão leva à mudança imediata de pensamento. Será assim? Estarei sempre em mudança, quando comunico? É certo que o contacto com o outro é uma oportunidade ímpar para pensar em assuntos que, provavelmente, sozinha não abordaria, nem no processo de leitura, que é também um meio de comunicar. Aliás, alguém disse que se lê cada vez menos, mas, paradoxalmente, se publica cada vez mais. Todos querem falar ou escrever, mas poucos têm paciência para ouvir ou ler. O convívio e a troca de ideias são fundamentais para o indivíduo. Será por isso que ter amigos é importante, havendo, na actualidade, uma sede de amizade que, no entanto, não se constrói profundamente com as tecnologias existentes?

Quando ouço falar em "facebook" e noutras ferramentas modernas, fico com pouca vontade de aderir a esses mecanismos de "fazer amigos". Por um lado, os meios informáticos que possuo são largamente suficientes para as minhas necessidades. Não preciso de mais instrumentos para contactar amigos, colegas ou conhecidos, nem para estabelecer novos relacionamentos. Por outro, todos os anos, enquanto docente, conheço mais de uma centena de pessoas (os estudantes) e não tenho espaço, nem tempo, para procurar outros conhecimentos. Além disso, para mim, "fazer amigos" não é "fazer listas de pessoas". É muito mais exigente. Isso explica por que razão são poucos e autênticas pérolas raras. É claro que o "facebook" (e outras plataformas) pode ser

importante! Não o nego. Para determinadas pessoas, sê-lo-á, mas, para mim, não o é ou, pelo menos, ainda não senti necessidade de a ele recorrer para comunicar. Talvez mude de ideia, um dia... Quem sabe? Por agora, limito-me a ouvir falar dessas ferramentas, das suas qualidades e dos seus defeitos.

No *Diário Económico* (ver edição de 03-08-2012, p. 38), na secção “o nosso mural”, li os textos referentes ao título “Relvas e Pais do Amaral alvos do humor do Facebook”. Destaco, aqui, a parte referente ao intitulado “Licenciatura do ministro passou por Londres e chegou à lua”. As últimas notícias dão conta que Miguel Relvas teve “equivalência a cadeiras” (entre as quais duas de Português) que nem faziam parte do plano curricular, quando lhe foram atribuídos créditos para obter a licenciatura. A acção fiscalizadora aos processos, no mínimo bizarros, de creditação da Universidade Lusófona, é, segundo as notícias, reveladora de irregularidades. O humor referido naquele excerto do *Diário Económico* reporta-se à sátira de que têm sido alvo figuras públicas, nomeadamente Miguel Relvas, devido às situações caricatas em que se metem. Muito haveria a dizer sobre este assunto (Aliás, não há ninguém que não tenha opinião formada!), mas não me apetece dizer nada. Prefiro voltar ao texto que referi. Tudo gira em torno de um “cartaz”, uma sequência de três palavras escritas numa folha. Foi divulgado por diversos meios de comunicação e reproduz aquelas palavras (uma frase) pela informação do jornal onde a li: “Vai estudar Relvas”. Lida assim, sem a colocar numa situação de comunicação, significa que o seu destinatário (ignora-se quem é) deve ir estudar “Relvas” – a matéria do estudo. Olhando para a imagem do tal “cartaz”, observo que há maiúsculas, reforçadas a negrito, em “**RELVAS**”. Além disso, esta palavra ocupa, isolada, uma linha. O autor desta recomendação sabe quem é o destinatário do imperativo perifrástico que surge como conselho (ou ordem disfarçada). “Vai estudar” tem, única e exclusivamente, um destinatário. Portanto, “Relvas” é um vocativo, que corresponde a um “tu”, demasiado familiar para um ministro. Na escrita convencional, guardando o tom familiar, teria, obrigatoriamente, de vir antecedido de vírgula. Eu colocaria um ponto de exclamação a traduzir a ênfase presente no negrito e nas maiúsculas, podendo, mesmo, deixá-las ficar: **Vai estudar, Relvas!** / Vai estudar, **RELVAS**!

Talvez não haja apenas uma pessoa a quem se tenha de recomendar que estude, nomeadamente algo tão insignificante quanto os sinais de pontuação... Estudar (e saber) nunca terá feito mal a ninguém, a não ser levado à loucura ou a outras situações mais trágicas, quando o estudo é encarado de modo desproporcional. Será por isso que estudar, sobretudo a gramática de uma língua, é do agrado de poucos? É cada vez mais frequente haver quem escreva como se falasse, ignorando determinadas convenções do registo escrito. Talvez haja mesmo duas Sintaxes diferentes, pelo menos entre quem conhece a Língua e quem não a conhece (mesmo o falante nativo)... Aquele colóquio deixou marcas porque comunicar com os outros, nesses dois dias, mudou-me. Um pouco de silêncio far-me-á bem. Ainda não será desta que vou aderir ao “facebook” (e restante companhia)!



45. “A faca 100% *made in Portugal*, com design do sueco (...)”

**A faca feita em Portugal, com “design” do sueco (...)**

A marca “Portugal” é muito ou pouco atractiva? A Selecção Nacional é o melhor barómetro para analisar esta questão. Parece-me que, depois de uma fase de euforia, a marca, e o país com ela confundido, foi perdendo adeptos. É como se o entusiasmo nacional tivesse resfriado. Há pouco tempo, uma jovem dizia-me que não acreditava em Portugal e explicava-me, convicta, que o país nunca mais irá conseguir sair desta crise. Esta jovem acredita que o futuro está na cultura anglo-saxónica e prefere a língua inglesa à portuguesa porque aquela oferece mais possibilidades. Este género de discurso é cada vez mais frequente. As pessoas não acreditam nas suas potencialidades, nem nas nacionais. Esta descrença é individual e institucional. Não admira que o Ministro das Finanças tenha solicitado a “ajuda” de técnicos estrangeiros para Portugal perceber onde vai ter de cortar, nas suas despesas, uma quantia que andarà por uns 4 000 milhões, se percebi bem as notícias. O Governo, que não encontra gordurinhas, precisa de cortar na Educação, na Saúde e nas contribuições sociais.... Os juros do empréstimo que pagamos a quem nos “ajuda” são altos – mais de 5% – e a dívida nacional, evidentemente, aumentou em vez de baixar. São inteligentes estas instituições estrangeiras, nossas aliadas: conseguem dinheiro emprestado a uma taxa que anda pelos 2,5% e, depois, emprestam-nos esse dinheiro, recebendo o dobro, ou mais, como lucro. É um bom negócio! É uma bela “ajuda”! Os governantes vão sugar-nos, precisando de legitimidade estrangeira para se resguardarem do descontentamento popular. Os estrangeiros são por isso, mais clarividentes do que os portugueses. Como que a comprovar esta teoria, soube, pelas notícias, que o Ministro da Educação e da Ciência vai importar (e pagar) o sistema do ensino profissional alemão: eficiente e produtivo. Será que não há experiências eficazes em Portugal?

É incrível como acreditamos muito pouco em nós e nas nossas potencialidades. Andamos, constantemente, a copiar modelos e a pagar serviços ao estrangeiro em todas as áreas de actividade. O que nos falta? Será que não temos auto-estima colectiva? O “slogan”, muitas vezes repetido e amplificado, “O que é nacional (Nacional) é bom!” já foi esquecido. Substituímo-lo por o que é alemão, francês, inglês, americano, japonês, isto é, estrangeiro (dos países desenvolvidos, evidentemente) é bom. Isso explicará, em parte, as nossas importações, incluindo as de ideias. O que se produz em Portugal é bom? Como para qualquer outro país, umas coisas serão boas

e outras menos. Há produtos que são decepcionantes, mas há outros que são incrivelmente eficientes e magníficos. Quando é possível, eu procuro comprar o que é nacional e regional. Todavia, por vezes, sinto-me enganada porque o produto apenas, aparentemente, o é. Acontece com o leite, as leguminosas, os têxteis, entre outros artigos, incluindo para o lar. Os produtos vêm de fora, mas são embalados em território nacional e passam a ter o código de barras português. Por exemplo, sei que se fabricam facas em Portugal e que estas costumam ser de excelente qualidade, cumprindo amplamente a sua função. Lembro-me de umas com um cabo em madeira que não enferrujam, se se limpam logo depois do uso. Estas são as tradicionais, mas, no mercado, há outros modelos mais modernos e mais requintados.

No semanário *Expresso* de 18-02-2012 (ver p. 18 do *Caderno de Economia*), descobri que Portugal tem uma “faca premiada”, ou melhor, uma colecção de facas da Ivo Cutelarias. São as “facas pretas Virtublack”. Quando vi o nome, que não é português, fiquei logo de pé atrás... Na notícia deste prémio, quanto a mim, há uma incongruência que não é só linguística. Está escrito que o produto é “100% *made in Portugal*”. Portanto, deduzir-se-ia que é integralmente nacional. Contudo, o “design” é sueco, da autoria de Jesper Stahl. Não sei quem é, mas deve ser um excelente “designer”. Ora, o prémio atribuído, na feira alemã Ambiente, foi o de “Design Plus”. Resumindo, não creio que Portugal possa ficar com os louros porque, quanto a mim, não está correcto o seguinte excerto: “A faca 100% *made in Portugal*, com design do sueco (...)”. Seguindo a lógica, se a faca é “100% portuguesa” ou feita, integralmente, em Portugal, o “design” também deveria ser nacional e, pelos vistos, isso não é verdade. Além disso, o prémio atribuído é da área do desenho e da concepção... Por uma questão de coerência, incluindo linguística, creio que se deveria reformular e repor a verdade com algo do género: **A faca feita em Portugal, com “design” do sueco (...)**. Portugal será o que fizermos, individual e colectivamente, e deixarmos que os outros façam.

46. "acreditam que a realidade nacional não é muito diferente"

### **acreditam que a realidade nacional não seja muito diferente**

O Ministério da Educação e da Ciência vai solicitar a colaboração de instituições de solidariedade para se auxiliarem famílias com crianças que têm chegado mal alimentadas à escola. Algumas delas estarão esfomeadas porque não farão qualquer refeição em casa. Outras estarão com carências devido a uma incorrecta e desadequada alimentação. As razões para estas alarmantes situações podem ser diversas e muitas são atribuídas à crise, ao desemprego dos pais, às dívidas acumuladas destes, à consequente dificuldade na gestão dos parcos rendimentos do agregado familiar. Há quem levante outras razões, nomeadamente a educação dos próprios pais, habituados a determinados comportamentos que não são capazes de alterar. Portanto, os espaços escolares são fundamentais para actuar directamente e remediar o problema, incidindo sobre casos concretos de pobreza material, mas também educacional, se assim se pode dizer. A escola (normalmente pública), isto é, o Estado, tem de substituir a família porque esta não cumpre a sua função. É, por isso, extremamente importante a atenção que os profissionais de educação dão ao que se passa à sua volta. Os docentes têm, aqui, um papel fundamental, que ultrapassa em larga medida a sua linha de acção. Foram contratados para ensinar, mas, no terreno, sentem-se obrigados a fazer muito mais do que isso, contribuindo para a formação basilar das crianças. É preocupante haver pais que não alimentem os filhos ou que não o saibam fazer devidamente. É necessário agir para alterar esta realidade reveladora de uma pobreza inaceitável. Ninguém se deveria "habituat" à pobreza. Esta deve ser combatida no âmbito de uma sociedade justa e democrática.

Na página 18 da edição de 05-09-2010 do *Diário de Notícias* (nacional), li o artigo "Um terço das crianças salta o pequeno-almoço antes da escola" de Patrícia Jesus. Alarmada pelo tema, guardei a página de jornal. Reli o texto e, passado todo este tempo, verifico que já apontava para a realidade que o Ministério da Educação e Ciência quer, em 2012, combater na raiz, isto é, no seio familiar. O artigo de jornal centra-se no pequeno-almoço e na importância desta primeira refeição do dia, em particular para as crianças. Parte de "um estudo britânico" que terá saído no *European Journal of Clinical Nutrition*. Para o caso português, não havia, segundo o artigo de jornal, nenhuma investigação. Talvez tenha sido feita alguma depois... A jornalista refere, então, opiniões de Alexandra Bento dirigente da Associação Portuguesa

de Nutricionistas (Entretanto, foi criada a Ordem dos Nutricionistas.) e menciona a “percepção” de “professoras do ensino básico”, reportada pelo “professor Ramiro Marques, que comentou o estudo no seu bogue”. As fontes jornalísticas para a realidade nacional são de cariz opinativo, motivado pela experiência individual e profissional. Por certo, uma das conclusões do estudo, para o caso britânico, terá sido que “os alunos entre os 10 e os 16 anos que saltam esta refeição têm maior probabilidade de serem inactivos e obesos”. Aliás, esta ideia é retomada na legenda da fotografia (“Não tomar o pequeno-almoço favorece a obesidade e a inactividade nas crianças”).

Comecei a pensar no que significaria a “inactividade” e deduzi que poderia estar relacionada com uma das “consequências imediatas no rendimento escolar”, ou seja, não tomar o pequeno-almoço sistematicamente “aumenta o cansaço” (revela falta de energia) e a fadiga levará, provavelmente, à apatia, um comportamento que não é muito habitual numa criança. Pensei, também, no uso do indicativo “saltam” na frase em questão: “Segundo a investigação, publicada no *European Journal of Clinical Nutrition*, os alunos entre os 10 e os 16 anos que saltam esta refeição têm maior probabilidade de serem inactivos e obesos.” e questionei-me se a forma verbal não deveria estar no conjuntivo (**saltem**) por ser uma generalização deduzida daquela investigação e não um facto. Dos casos analisados, o estudo terá alargado as conclusões a todos os potenciais alunos naquelas circunstâncias (e a jornalista generaliza tanto que passa dos alunos britânicos aos portugueses). Aliás, o título do artigo é declarativo e constitui-se como verdade factual para “as crianças” (indicação pouco precisa) com o uso do indicativo (“salta”). Encontro uma outra forma de indicativo que, na minha opinião, deveria vir no conjuntivo na seguinte frase: “A presidente da Associação Portuguesa de Nutricionistas, Alexandra Bento, e os professores acreditam que a realidade nacional não é muito diferente.” Em vez de “não é” (apontando para um facto) deveria estar escrito **“não seja” (acreditam que a realidade nacional não seja muito diferente)** ou **“não será” / “possa não ser”**, entre outras alternativas. São opiniões, crenças, porque não há estudos que confirmem as ideias expressas. Basicamente, a jornalista reporta aquilo em que Alexandra Bento e “os professores acreditam”. São opiniões e não passam disso. Não se podem transformar em factos, mesmo se quem emite a opinião representa nutricionistas ou professores. Além disso, ao escrever “os professores”, é como se a jornalista tivesse questionado todos os professores portugueses sobre o assunto. O artigo definido não permite outra leitura. Porém, segundo a própria jornalista, as fontes são duas pessoas. É pena não haver estudos portugueses sobre a matéria! Só assim teríamos dados mais concretos do que opiniões e impressões que se querem constituir como realidade. Espero que o Ministério da Educação e da Ciência faça mais do que indicar um número para os casos de crianças que chegam à escola sem pequeno-almoço tomado ou com fome. Uma criança esfomeada é um indicador da miséria mais indigna de uma sociedade.

47. "tinha (...) mais uma em Pequim, onde ficava na China"

**tinha (...) mais uma em Pequim, para quando ficava na China**

Liguei o televisor. Estava a dar um documentário da BBC, num canal português. Era sobre os interesses económicos da China no mundo, particularmente em África. Dizia o jornalista que os empresários chineses, interessados nas matérias-primas africanas, não costumam reparar na pobreza à sua volta porque estão concentrados nas múltiplas possibilidades de negócio que vislumbram em todo o lado. Numa fábrica de grandes dimensões, produziam-se pratos. Mostraram um com uma frase em inglês ("Os chineses vêm aí.") e o empresário chinês, exibindo-o, explicava que ninguém devia recear este movimento empresarial. Muitos estrangeiros investiram na China, onde viram uma excelente oportunidade de ganhar dinheiro, e os chineses aprenderam com eles a fabricar de tudo. A China tem reaparecido nos meios de comunicação e isto acontece pela importância económica que vai ganhando. Ao pensar neste estado asiático, lembro-me, imediatamente, de uma jovem estudante que conheci na década de 80 do século XX, quando o país era pobre e pouco falado. Recebendo uma bolsa, em escudos, do Governo que lhe tinha escolhido a carreira, ela poupava o que podia para comprar dólares (americanos). Naquela época, o euro não existia. Iria voltar a casa "rica" e os dólares não seriam para distribuir por quem necessitasse, nem para devolver ao Governo. Cada um faz pela vida, tentando encontrar os meios para sobreviver ou viver o melhor possível. É incrível o instinto capitalista dos chineses que vou conhecendo, desde daquela jovem! O povo (mesmo se há dissidentes) parece pouco interessado em questões sociais e políticas. Enquanto os americanos votavam para as eleições presidenciais, os chineses assistiram a mais um Congresso do Partido Comunista Chinês que escolheu o representante máximo da República Popular da China. São dois regimes políticos bem diferentes, mas a nível económico parecem-me cada vez mais semelhantes. O dinheiro é divinizado em ambos e a importância da China na cena mundial deve-se, sobretudo, ao seu crescimento económico constante. Esta potência mundial ganha força em todo o lado e este relevo económico repercute-se, evidentemente, noutras áreas. Para mim, o Nobel da Literatura de 2012 atribuído a Mo Yan é o reflexo disso mesmo, embora já anteriormente alguns chineses tivessem fama, incluindo na Literatura.

Na revista *Sábado* (n.º 445, de 8 a 14 de Novembro de 2012, p. 34), li o claro e conciso obituário escrito por Dulce Neto. É dedicado a Han Suyin, médica e escritora. Pelo texto, fiquei a conhecer esta mulher, belga e chinesa, que faleceu com 96

anos (1916-2012). Nunca li nada dela (embora tenha escrito “22 livros”), mas fiquei com alguma vontade de lhe conhecer a obra. Impressionou-me a descrição da sua vida. Terá sofrido desde a infância, mesmo se foi uma privilegiada. O fim do obituário (“*Na verdade, acabou por ser lembrada como uma das primeiras a tentar explicar o Oriente ao Ocidente e vice-versa. Já ela, nunca soube bem de que mundo era.*”) fez-me lembrar Pearl Buck, que também viveu entre dois mundos: o americano e o chinês. No geral, desconheço os autores chineses, dos mais antigos aos mais actuais, mas foi com agrado que li, na edição portuguesa da Terramar, há alguns anos, *Balzac e a Costureirinha Chinesa* de Dai Sijie.

Voltando ao obituário, o segundo parágrafo começa com uma frase que me fez pensar no uso de “onde”, um advérbio “com valor circunstancial de lugar”. Neste caso, passa a pronome relativo, continuando a remeter para um determinado lugar. A frase – “*Sentada no apartamento de Nova Iorque, a sua terceira casa (tinha outra em Lausanne, onde vivia, na Suíça, e mais uma em Pequim, onde ficava na China), Han Suyin bebia cerveja numa caneca chinesa.*” – tem uns parênteses com duas ocorrências de “onde”. O próprio conteúdo dos parênteses é, em si, uma frase: “(tinha outra em Lausanne, onde vivia, na Suíça, e mais uma em Pequim, onde ficava na China)”, o que dificulta um pouco a sintaxe. Pus-me a meditar sobre a coesão textual e a sua relação com a expressão linguística, a gramática, nomeadamente a importância dos pronomes no discurso. Impôs-se uma questão. Quais são os referentes textuais das ocorrências de “onde” nessa frase? Sintacticamente, na sequência “onde vivia”, o pronome (relativo invariável) terá como referente “Lausanne” ou “outra”, que é igualmente um pronome (indefinido), cujo referente é “casa”? Para “onde ficava”, o referente textual, de “onde” é “Pequim” ou “uma” (“mais uma”), que é também um pronome (indefinido) com o referente igualmente em “casa”? A primeira ocorrência (“tinha outra em Lausanne, onde vivia, na Suíça,”) não me causa muitos problemas porque “Suíça” vem entre vírgulas, mas não posso dizer o mesmo da segunda (“*mais uma em Pequim, onde ficava na China*”). Este segmento textual causa estranheza e dificuldades de interpretação. Há diversas possibilidades linguísticas para resolver o problema da dupla referência discursiva. Uma delas pode ser substituir “onde” por “para quando”: **tinha (...) mais uma [casa] em Pequim, para quando ficava na China**. A coerência textual deriva, em grande medida, da coesão discursiva e, aqui, a clareza das referências linguísticas para os pronomes é imprescindível. Um texto tece-se com uma determinada língua e não subsiste sem gramática. Talvez leia um livro de Han Suyin ou do prémio Nobel da Literatura de 2012, mas, contrariamente à tendência actual, a China não é um país que me fascine.

48. "Estamos melhores ou piores?"

### **Estamos melhor ou pior?**

Quanto a mim, a alimentação é um tema muito interessante e que, por estar ligado à sobrevivência, desperta, em geral, grande curiosidade nas pessoas. Essencialmente no mundo desenvolvido, até serem servidos num prato para serem comidos, os produtos percorrem um caminho impressionante. Alves Redol, no livro *A Vida Mágica da Sementinha*, de uma forma poética e com explicações científicas, dá a conhecer o processo do trigo, ingrediente basilar para o pão e as massas. Todo o ano, nos mercados, supermercados e hipermercados, aparecem legumes e frutas, entre outros bens, que vêm dos restantes países europeus (sobretudo da Espanha) ou, fazendo viagens bem mais longas, dos outros continentes: da América do Sul, Central ou do Norte, de África, da Ásia e da Oceânia. Por exemplo, as laranjas portuguesas – a grande maioria do Algarve – ainda não estão maduras e as que se encontram à venda são provenientes, pelo menos as que vi, da África do Sul. A mim, não me sabem tão bem quanto as algarvias. Portanto, tenho-me guardado de as comprar e vou esperar, ansiosamente, por laranjas cheirosas e sumarentas. A transformação dos alimentos nas bancadas de uma cozinha requer sabedoria e alguma dose de criatividade. Não será por acaso que as festas têm manjares deliciosos e, nessas ocasiões, todos comem em excesso. Por vontade própria, ninguém conseguirá passar dois ou três dias sem ingerir nada. Normalmente, o próprio jejum é feito com pão e água. A alimentação é uma temática que suscita múltiplas reflexões e dos mais diversos géneros. Costumo ler o que encontro sobre o assunto.

Por acaso, descobri o artigo "A verdade está no prato" de Rita Penedos Duarte (ver a revista *Montepio*, n.º 6, série II, Verão de 2012, pp. 14-17). Li este texto sobre a alimentação e fiquei a saber um pouco mais sobre a temática. O artigo inicia com um destaque que comporta duas questões. Foi a última que me deixou a pensar, levando-me da alimentação à reflexão linguística. Em "Estamos melhores ou piores?" as formas "melhores" e "piores" podem figurar no plural? Eu creio que não podem porque não são adjectivos, mas advérbios. Se fossem adjectivos, podiam variar em número e aceitar o plural, mas são advérbios e isso não é possível. Como saber a que classe morfológica pertencem? Usando a comutação, a troca, com outros elementos. Entre estas duas possibilidades: "Estamos bons ou maus?" ou "Estamos bem ou mal?," é a segunda que dizemos para aferir um estado. Portanto, usam-se os advérbios

“bem” e “mal”. Acontece que “melhor” e “pior” são formas do grau comparativo de superioridade, tanto para os adjetivos (respectivamente “bom” e “mau”), como para os advérbios (“bem” e “mal”). Todavia, enquanto os adjetivos variam em número (Somos melhores a Matemática do que eles./ Somos piores a Matemática do que eles.), os advérbios são invariáveis (Estamos melhor agora do que ontem./ Estamos pior agora do que ontem.). Assim, no meu entender, deveria estar escrito: **“Estamos melhor ou pior?”** porque “melhor” e “pior” são formas adverbiais. Escrever é como cozinhar. É preciso saber e continuar a aprender.



49. “para impedi-los”

### **para os impedir**

Há anos que leio as crónicas de Miguel Esteves Cardoso. São como uma lufada de ar fresco, servindo para reflectir sobre tudo e nada. A vida é detalhada e aparecem pormenores da própria existência diária. No geral, a linguagem é simples, sendo fácil, para qualquer leitor, seguir o tema exposto. Muitas vezes, o tom é coloquial. Aliás, essa característica é bem visível nas suas várias publicações, nomeadamente numa obra cuja leitura recomendo, embora já tenha sido editada há muito. Trata-se de *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*. Daí, seria possível destacar diversas crónicas. Gosto particularmente de uma delas: “A Aventura de Escrever”, com inícios de histórias, quer em parágrafos, quer em frases. Representa bem a potencialidade criativa – pura imaginação – de Miguel Esteves Cardoso, a quem, pelos vistos, nunca falta tema. As actuais crónicas são textos breves que cativam, frequentemente, pelo tom. O interesse desta coluna do *Público* é constante e, sempre que leio este jornal, não a falho, nem a ela, nem à tira de Luís Afonso (*Bartoon*), que, por feliz coincidência, se encontram na mesma página.

Uma das crónicas intitula-se “O pão que sobra” (ver *Público* de 02-12-2012, p. 53). Poderia ser lida, num segundo sentido, como uma analogia à situação económica portuguesa actual: a emigração dos jovens, a fome de muitos, a partilha de uns quantos, a culpa ou o medo que se vão sentindo, etc. Leio-a, porém, no seu primeiro sentido (a imagem de dar pão aos pássaros) e sinto-a como uma poesia: “A água doce do céu”, “a fúria das ondas do mar”, “o saltitar dos passarinhos”, “um bando multicolorido de pombos excêntricos”, “as gaivotas da praia, que também são gente”. A humanização dos pássaros é visível em excertos como “à frente da nossa casa vivem dezenas de passarinhos”, “São os residentes”, “eles vão tomar o pequeno-almoço”, “Moravam nesta casa” ou “os pombos que tornámos homeless” (como se pudessem ser uns sem-abrigo). A ideia de alimentar “passarinhos”, “patos da ribeira”, “pombos”, “galinhas” e “gaivotas” com as sobras de pão tem algo da harmonia do mundo de Francisco de Assis. O supérfluo de uns serve para os outros, incluindo as aves que não migraram. Na própria linguagem empregue, registo a simplicidade presente da temática poética.

O tom coloquial, simples, está, por exemplo, patente na repetição de “também” nas últimas linhas do texto. Encontro-o, igualmente, no excerto “os que não vão fogueira do Inverno para climas mais quentes” porque concluí que o “não” estará a mais,

uma vez que são referidos os pássaros que partem, em oposição aos que ficam. São características e lapsos normais do registo oral. Reencontro-o na sequência dedicada aos pombos, em que o pretérito imperfeito de “praticavam” não se adequa ao presente de “Há” e “colocam”. A passagem da primeira pessoa do plural para o pronome “se” (“Não é leve a nossa culpa e é com pão também que se expia.” – *que a expiamos*) é outro indício. Entre mais exemplos possíveis, destaco, aqui, um detalhe frequente no discurso oral: a alteração da colocação do pronome clítico. No excerto “para impedi-los de cá entrar”, a preposição “para” deveria requer a anteposição do pronome relativamente ao verbo, ficando: **para os impedir de cá entrar**. Porém, muitas vezes, quando falamos, alteramos esta posição. Alimentar (os pássaros ou as pessoas) é tão importante, para a vida, quanto falar (ou escrever), seja de que modo for. As sobras – até as migalhas de pão – deveriam ser aproveitadas e colocamos toneladas no lixo, segundo notícias recentes. Ninguém (Nem um pássaro!) deveria passar fome.

50. “sabe disso”

### **sabe isso**

Um dos programas de QUADRATURA DO CÍRCULO teve como tema: “Caridade e Austeridade”. Os comentadores abordaram a diferença entre “caridade” e “solidariedade”, tendo como mote uma entrevista de Isabel Jonet ao jornal *Í*. Ela terá afirmado preferir o termo “caridade” ao de “solidariedade” para classificar a sua acção no Banco Alimentar. Foram interessantes os comentários e tenho andado a pensar naquela temática. Aproximando-se o Natal, as campanhas de solidariedade vão-se multiplicando. Os peditórios são inúmeros! Desde jovem, para as minhas pequenas despesas diárias, tenho uma verba por semana que não posso ultrapassar. É a minha semanada. Posso dispor dela conforme entender e sei que não tenho direito a mais, se a gastar logo no primeiro dia. Com ela, ao longo dos anos, descobri o valor do dinheiro, sem o sobrevalorizar ou desvalorizar. Todas as semanas, o que me sobra – seja muito ou pouco – é guardado para o dar a uma instituição, no fim do mês. É esta verba que giro diariamente e é dela que tiro o meu contributo, quando dou para algum peditório. Neste momento, se fosse dar a todos os que me pedem, ficaria sem dinheiro nenhum da semanada, mesmo se só desse um euro – ou menos – de cada vez. Portanto, não dou para todas as campanhas e não me pesa a consciência. Sou uma das pessoas que paga impostos e que gostaria de ver o Estado (o Governo e todos os restantes organismos públicos) gastar devidamente o orçamento anual para construir uma democracia mais justa. Acredito que, pagando impostos aceitáveis (Se todos pagassem, claro!), seria possível viver numa sociedade mais equilibrada, onde não haveria indigentes. Há alguns anos, quando ouvi, pela primeira vez, falar num “Estado Social” e num “Estado Providência”, não compreendi imediatamente do que se tratava. Progressivamente, descobrindo o funcionamento da sociedade, tenho vindo a entender o sentido destas expressões.

No *Expresso* (ver *Primeiro Caderno*, 08-12-2012, p. 15), encontrei uma campanha do BES (Banco Espírito Santo) intitulada “A Solidariedade Passa pelas Nossas Mãos.” e fiquei intrigada com ela. O banco “faz solidariedade indirecta”: arranja maneira de “apoiar instituições” com os meios dos outros (“colaboradores e clientes”) ou parte do lucro que daí tirará. Segundo o texto desta campanha, o BES dá mais um euro, se os clientes fizerem negócio com o banco, abrindo uma nova conta. Será esse o objectivo. Verifico que também aderiu à moda dos arredondamentos. Quem é que não

quer arredondar uns centimos, nas contas que paga? A sua acção pode ser importante e chegar a muitas pessoas que precisam. Porém, não deixo de estranhar esta campanha e outras do género. Por incrível que pareça, a solidariedade movimenta muito dinheiro e é necessário um banco para o gerir. Seria interessante saber quanto rendem os peditórios e as campanhas que se vão fazendo. Quantos salários pagam? Quanto apoio real prestam? Além dos muitos impostos que, como cidadãos, pagamos (Quem os paga, claro!), somos chamados, quotidianamente, a contribuir (duplamente) com dinheiro na construção de uma sociedade mais justa, mas cada vez mais injusta. A mim, não me faz muito sentido.

No “slogan” da campanha, o possessivo “nossas” pode querer dizer muito... Aliás, a nível linguístico, haveria várias observações a fazer. Por exemplo, faltarão um verbo de ligação, como “ser”, na sequência “Um trabalho que conta com o apoio do BES que (...) à instituição.”, na qual a dupla ocorrência de “que” não me parece oportuna. As duas primeiras frases do texto (“Quando o assunto é solidariedade, toda a ajuda faz a diferença. O BES sabe disso e faz a sua parte.”) deixaram-me a pensar e fiquei com uma dúvida. Haverá alguma diferença entre “saber disso” e “saber isso”? Eu creio que há. Sem a preposição (“**sei isso**”), significará “**ter conhecimento de algo**” (“sei algo” – por exemplo: “sei o que fizeste”). Com a preposição (“**sei disso**”), o sentido será “**dominar parte de determinada matéria**” (“sei pouco de Matemática” – “sei pouco disso”). Relativamente a esta campanha publicitária, não há nenhuma matéria para dominar, mas apenas “algo que se sabe”. É a razão pela qual os peditórios não acabam: do pouco de cada um, faz-se muito. Se todos contribuírem com uns centimos, acumula-se muito. O **BES sabe isso**. Afinal, quem é solidário e quem faz negócio?

## 51. "comunmente"

**comunmente**

O findar de um ano é uma oportunidade para arrumar, ordenar e deitar fora tudo o que for inútil, incluindo papéis acumulados ao longo do ano anterior e, por vezes, de vários anos. Fazer o balanço de 2012 impõe-se porque 2013 é uma oportunidade para recomeçar. Para mim, sem contar com surpresas e imprevistos, prevejo que este novo ano seja uma continuação. Nas pausas de correcções de frequências (testes académicos), actividade muito desgastante e um tanto ou quanto frustrante, ordeno alguns papéis no sentido de procurar materiais, essencialmente textos, para preparar os enunciados das segundas frequências, dos exames de recurso e dos de melhoria. Sempre tive dificuldade em deitar papéis fora. Portanto, a procura exige tempo e dedicação. A selecção de textos requer uma leitura atenta. Vou lendo e escolhendo materiais, em diversas pequenas pausas das infundáveis correcções. Ocuparei a pausa do Natal com estes trabalhos, entre alguns outros. É pena ninguém ter inventado um sistema automático de leitura e de correcção de exames! A lista de disparates que vou sublinhando é impressionante. Se os registasse todos, precisaria de muito papel ou de espaço no computador. Dando boa disposição ao labor, alguns são hilariantes. Porém, do riso ao choro, vão uns breves segundos. Uns quantos revelam ingenuidade, falta de maturidade e ignorância, por manifesta incompreensão ou deturpação do que foi leccionado.

Numa dessas pausas de selecção e organização (obrigatórias, a fim de manter o equilíbrio mental), encontrei um recorte do *Jornal de Notícias* de 30-01-1996 com um artigo de Teresa Cardoso. Intitula-se "Literatura Ibérica tributa Vergílio Ferreira". Reli o texto jornalístico que recortei e guardei durante tantos anos. Não me lembro de o ter lido em 1996 e a releitura soou, afinal, como primeira leitura. Nele, além da visão da jornalista sobre o encontro académico ocorrido em Viseu, aquando dos 80 anos do escritor português, há fragmentos do discurso de Vergílio Ferreira acerca da morte e da existência. São afirmações que fazem pensar, nomeadamente a que introduz o artigo de jornal: "É irracional ter medo da morte". Numa das declarações transcritas, Vergílio Ferreira revela, quanto a mim, alguma ironia relativamente ao discurso dos académicos, em particular os especialistas da sua obra que estavam presentes naquele encontro (aprendera "tanta coisa que de mim desconhecia ao longo de oitenta anos de vida"). Saberão os outros mais acerca de nós do que nós próprios?

É provável que os outros se apercebam de detalhes que nós menosprezamos ou ignoramos porque não nos conseguimos vislumbrar. É evidente que, para olharmos para nós, precisamos de um espelho. Acontecerá isso com a nossa escrita? Será ela um espelho revelador de quem somos? Através das suas capacidades de escrita, talvez eu saiba mais da centena de alunos com quem trabalho neste semestre do que eles próprios têm consciência. Ler o que alguém escreve permitirá mesmo conhecer essa pessoa?

Por defeito de profissão, saltam-me à vista alguns detalhes linguísticos do artigo de Teresa Cardoso e fico com uma ideia geral da sua escrita. Os pormenores que assinalo no texto jornalístico são diferentes dos que registo nas frequências, mas há semelhanças. Por exemplo, muitos alunos escrevem “connosco” só com um “n”, esquecendo-se que o primeiro de “nn” marca uma vogal nasal. No artigo, com a sequência “nm”, registo o advérbio de modo **“comummente”** (“Vergílio Ferreira – comunmente considerado como um dos mais destacados autores da ficção narrativa contemporânea”). Formado a partir do adjectivo “comum”, tem de se escrever com “mm”, pela vogal nasal e pelo contexto consonântico. Através da leitura das frequências, sei quem estudou e quem não o fez; quem compreendeu e quem não entendeu nada; quem leu a bibliografia de apoio e quem a ignorou; quem tem hábitos de estudo, de leitura ou de escrita e quem nunca pega num livro. A nossa escrita é reveladora de segredos que bem podemos esconder, mas que se manifestam aos olhos de quem lê com atenção o que escrevemos. É muito provável que um académico, ao analisar a obra de um escritor, saiba mais dele do que o próprio autor. Vai chegar um ano “novo” e vou continuar a corrigir, ler e escrever. Conseguirei deitar fora papéis, contribuindo para a reciclagem?

52. "apenas se tinham realizado cinco comboios

Intercidades"

### **apenas tinham circulado cinco intercidades**

De repente, deixei de ouvir falar da greve dos estivadores, apesar de esta se ter prolongado por muito tempo. Durante vários meses, em todos os noticiários e comentários televisivos, quase não se falou de outro assunto devido ao impacto que tinha nas exportações. Não sei se as reivindicações destes grevistas foram satisfeitas. O Governo veio dizer que não tinha cedido. Há meses que ouço falar da CP e dos comboios portugueses por causa da greve às horas extraordinárias, particularmente nos feriados. Na pausa do Natal e na transição para o novo ano, foram vários os meios de transporte públicos que, sobretudo em Lisboa, fizeram o mesmo. Milhares de pessoas terão sido afectados, continuando a sê-lo porque essa greve não terminou. Muitas delas não têm outra solução para se deslocarem na rotina de sobrevivência diária, vendo a vida complicar-se ainda mais. Aquando de uma das últimas greves na transportadora aérea portuguesa, um dia depois da visita de Angela Merkel a Portugal, recordo-me de ouvir um comentário de um jornalista estrangeiro que teria de encontrar outro meio para substituir o voo cancelado. Basicamente, ele dizia que este tipo de greve afectava apenas os cidadãos comuns e nunca atingia os poderosos. Portanto, não tinha qualquer efeito prático. De que lado estar? Quem tem razão? Podem as horas extraordinárias ser pagas ao mesmo preço que as do trabalho regular?

No filme *Tempos Modernos* de Charlie Chaplin, o homem (o trabalhador) é transformado numa máquina, visto que reproduz automaticamente gestos dentro do circuito de produção. Todavia, entre o ser humano e a máquina, há uma grande diferença: aquele consegue pensar e pode resolver problemas que esta nem tem capacidade para equacionar. Quando ligo para um serviço porque tenho de solucionar uma questão prática, prefiro ser atendida pelo ser humano, em vez da máquina. Se for, com pressa, a alguma instituição e for fácil o que tiver para fazer, opto pelas máquinas, se elas estiverem a funcionar, claro. Com frequência, estão fora de serviço porque nem as máquinas conseguem estar sempre operacionais. É evidente que todos (máquinas ou seres humanos) precisamos de descanso. Num plano ideal, numa sociedade utópica, creio que ninguém deveria fazer horas extraordinárias. Todos os trabalhadores deveriam cumprir um determinado horário, pré-estabelecido em função de um salário correspondente à actividade desenvolvida, fosse qual fosse o turno de trabalho.

Se houvesse horas extraordinárias, deveria ser obrigatório contratar mais pessoas. O problema é quando não há mais especialistas, como é o caso dos médicos. Nessas circunstâncias, haveria uma excepção que teria de ser negociada entre empregado e empregador, até formar mais especialistas. Sei que esta temática tem múltiplas ramificações, não sendo assim tão simples solucionar este problema do mundo laboral ocidental. Portanto, enquanto o desemprego aumenta, continuar-se-á a ouvir falar no pagamento de horas extraordinárias. Para mim, isso não faz sentido.

Uma das notícias que li a propósito da greve às horas extraordinárias nos serviços públicos foi a escrita por Margarida Bon [O corrector automático insiste em colocar um “m” final, mas copio o “n” presente no apelido que leio no jornal.] de Sousa. Foi publicada no jornal *i* (ver última página da edição de 02-01-2013) e tem por título “Trabalhadores da administração local em greve às horas extraordinárias”. O assunto dá que pensar. Enquanto lia, fui meditando em vários detalhes linguísticos. Destaco só a sequência “apenas se tinham realizado cinco comboios Intercidades”, referindo dois aspectos. Primeiro, a maiúscula em “Intercidades” deixa-me dúvidas. Este vocábulo, relativamente recente na Língua Portuguesa, foi criado para designar um tipo de comboio. Neste excerto do artigo, não parece funcionar como nome próprio, mas como adjectivo. É como se fosse “comboios rápidos”. O plural da redundante expressão “comboios Internacidades” pode, também, indiciar um substantivo comum que não necessitará de maiúscula, sendo preciso suprimir “comboios”. Segundo, perguntou-me se um comboio se “realiza”, quando está em circulação. O verbo “realizar” não fará muito sentido, neste contexto. No entanto, ocorre mais do que uma vez no texto. Provavelmente, terá sido escolhido para evitar uma repetição, já que, de seguida, está escrito que a CP “previa a circulação de mais três ligações de longo curso”. Seguindo esta pista, o verbo a empregar será “circular” porque a expressão comum é que “os comboios circulam”. Se se quisesse evitar a repetição, bastaria suprimir “a circulação de” após a sequência textual: **apenas tinham circulado cinco intercidades**. Porventura, o maior benefício do descanso de um trabalhador é facultar à pessoa momentos para ganhar energia e poder trabalhar, depois, mais e melhor. Nessas ocasiões, surgirá, decerto, a reflexão sobre o próprio trabalho. Quem gosta do que faz tem alguma dificuldade em deixar de pensar no seu trabalho porque tudo lho lembra. A mim, é o que me acontece. É como se tudo, incluindo o descanso, me levasse à reflexão linguística.



53. "proibido entrada de animais"

### **Proibida a entrada de animais!**

Alguém me dizia que não lhe apetecia ler jornais porque os artigos têm cada vez mais erros. Saí em defesa dos jornalistas que trabalham, constantemente, sob pressão, embora lamente que, nas redacções, os revisores – profissionais linguisticamente competentes – tenham sido substituídos pelos correctores automáticos com muitas deficiências linguísticas. Um dos meus argumentos foi que o erro linguístico não se encontra apenas nos textos jornalísticos, mas em todas as produções escritas, mesmo se mais numas do que noutras. Esta é a perspectiva que defendo, face à minha experiência. Há um desconhecimento da Língua Portuguesa, em particular da sua gramática, e isso tem consequências práticas generalizadas. Frequentemente, as pessoas, das mais às menos escolarizadas, não se questionam sobre o que dizem ou o que escrevem, tendo alguma dificuldade de análise. Também não costumam reflectir sobre o que ouvem ou lêem. É raro encontrar alguém com sensibilidade linguística. Por exemplo, soube-se que a Ministra Assunção Cristas está grávida. Na imprensa, apareceu a sua resposta à questão dos jornalistas sobre a sua substituição, aquando da licença de maternidade. Alguém me chamou a atenção para a transcrição de uma parte das suas palavras, num jornal. Reproduzindo de cor porque não tenho o texto à mão, terá dito, na sequência de não estar preocupada com a substituição: “o que me preocupa é que a gravidez corra bem”. Ora, se foram estas as suas palavras, não faz sentido o que foi dito, embora se entenda o que estava a querer dizer. O que foi expresso não coincidiu com o que era pretendido. A preocupação não estará na gravidez correr bem, mas na possibilidade de não correr bem. O desfasamento entre o que se quer dizer e o que efectivamente se diz é frequente. Isso é sobretudo comum no registo oral, nomeadamente quando o processo de codificação da mensagem é condicionado por diversos factores, entre os quais a pressão, a rapidez discursiva ou o cansaço. Os elementos extralinguísticos e as circunstâncias situacionais podem condicionar o discurso.

Costumo aceitar melhor este género de falhas do que aquele que é fruto de um desconhecimento real da Língua Portuguesa por parte de profissionais que a deveriam conhecer aprofundadamente, mesmo se ninguém se pode gabar de não errar ou de tudo saber. Estou convencida que se houvesse revisores, muitos dos erros que vou registando nos textos jornalísticos seriam aniquilados, exterminados, logo à partida,

nem vendo a luz do dia. Porém, não será por causa deles que deixarei de ler jornais. Se fosse assim, não leria nada porque, mesmo nos textos literários de autores tidos como referências, os erros vão aparecendo e eles até têm revisores. Vários seriam os exemplos a dar, mas não o vou fazer aqui. Costumam dizer-me que a culpa é do Português; o que não me parece ser verdade porque isso sucede na escrita de todas as línguas vivas. O erro deriva do desconhecimento, da ignorância, da falta de compreensão e de reflexão, assim como de usos generalizados, repetidos inúmeras vezes. Estes usos linguísticos revelam a dinâmica da língua e mudanças em curso. Porém, estes não são intencionais. Se o fossem, deixariam de ser considerados “erros” para serem “desvios”, que surgem como opções conscientes de desrespeito pela norma linguística. Por exemplo, quando escrevemos uma data por extenso, em Português, a preposição “de” deve aparecer a ligar o dia ao mês e este ao ano (Funchal, 18 de Janeiro de 2013 – quem seguir o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 só colocará uma minúscula inicial no mês). No entanto, vejo, com frequência, a opção propositada em escrever as datas sem a preposição. Há um manifesto desejo de simplificação, mas este não está linguisticamente legitimado e não é reconhecido. Poderá sê-lo dentro de anos, se se começar a tornar comum. Contudo, por agora, não o é. Por regra, é fácil distinguir um erro de um desvio linguístico, se se considerar o critério da intencionalidade e, antes deste, o do conhecimento da Língua. No entanto, fazer a distinção entre “erro” e “desvio” nem sempre é evidente.

É o caso no enunciado “PROIBIDO ENTRADA DE ANIMAIS”. Haverá aí um erro ou um desvio linguístico? Para alguns, este enunciado não apresenta qualquer problema linguístico. Porém, ele levanta uma questão de concordância e de construção sintática. Este aviso está afixado numa estação de correios, onde tive a oportunidade de o fotografar, por o ter mesmo à minha frente, no muito tempo de espera pela minha vez para ser atendida. Enquanto esperava (e quase desesperava), sentada num banco, ia pensando no aviso. Compreende-se a ideia formulada: os animais não podem entrar naquele espaço porque o acesso lhes está vedado. Portanto, o aviso é para as pessoas que levem animais com elas, já que o enunciado não se destina, evidentemente, a ser lido pelos bichos, sobretudo cães (daí a imagem). Quanto a mim, o enunciado comporta vários problemas. Um deles é a falta de artigo e outro, entre mais alguns, a estrutura da frase. Trata-se de uma construção passiva que resulta da transformação da frase na voz activa: “Alguém proíbe a entrada de animais.”. Assim sendo, mesmo simplificando a construção, o particípio passado terá de estar no feminino, seja qual for a ordem que tiver na frase: **A ENTRADA DE ANIMAIS É PROIBIDA./ É PROIBIDA A ENTRADA DE ANIMAIS./ PROIBIDA A ENTRADA DE ANIMAIS./ PROIBIDA: ENTRADA DE ANIMAIS.** Um ponto de exclamação realçará a proibição: **PROIBIDA A ENTRADA DE ANIMAIS!** No meu entender, neste enunciado, não haverá um desvio linguístico, mas um erro próprio de quem já não se lembra dos requisitos de uma

frase (ou excertos dela) na voz passiva. Exemplos destes, há-os em todo o lado. Não ler jornais porque contêm erros é, para mim, renegar a própria cidadania e uma opção contraproducente. Ter acesso à informação escrita equivale, em parte, a aumentar a instrução. Identificar, e corrigir, erros, em jornais ou noutro suporte qualquer, ajudará o leitor, enquanto utilizador diário de uma língua viva, a melhorar as suas competências linguísticas e a desenvolver a sua formação, a todos os níveis, como cidadão. Ler jornais (de preferência sem erros, incluindo linguísticos) é imprescindível. Deveria ser proibido não ler jornais.

54. "estivesse estado"

### tivesse estado

Há pessoas que não conhecemos, mas, por as vermos nos diversos canais de televisão, por as ouvirmos nas rádios e por lermos o que escrevem nos jornais, ou noutros suportes, simpatizamos (ou não) com elas, criando certos laços de familiaridade. No entanto, não são nossas conhecidas, nem amigas, nem colegas. Porém, tornam-se próximas. É provável que, desta aparente proximidade, venha o uso do artigo junto do nome, quando delas falamos. Acontece amiúde com os escritores: "a Sophia", "o Miguel Torga", "a Florbela Espanca", "o Júlio Dinis". Também sucede com os políticos, os actores, os jornalistas, os comentadores e os cronistas que vamos "conhecendo", sem nunca os termos cruzado. A mim, acontece-me isso, por exemplo, com Marta Caires, pelo facto de ler com regularidade as crónicas que publica no *Diário de Notícias* da Madeira. Não a conheço, mas é como se a conhecesse, pelo que guardo em mim do que ela escreve nessas crónicas. No entanto, não me sucede o mesmo com as suas peças jornalísticas. As crónicas são diferentes dos seus outros textos, o que é lógico. Aquelas são pessoais porque se reportam a vivências particulares e transmitem uma sensibilidade ímpar para os minúsculos detalhes de um quotidiano já passado.

Nas crónicas de Marta Caires, sou transportada para a vida familiar madeirense, genuína e comum de um passado recente (segunda metade do século xx). Parece-me, cada vez mais, que será idêntica à de muitas famílias portuguesas com experiências semelhantes e, arrisco-me a dizê-lo, consideradas as diferenças, do mundo inteiro. Não são ficção, mas apresentam-se quase como tal, adquirindo o aspecto de narrativa novelística e folhetinesca. Os espaços estão definidos (a Madeira e, por vezes, Lisboa). Regressam frequentemente as mesmas personagens (a mãe, o pai, o irmão, as tias, a prima professora, etc.). O tempo das histórias narradas, das descrições e dos retratos parcelares é constante (sensivelmente, dos anos 70 aos 90 do século xx). Pela forma que assumem, fazem-me lembrar, entre outras, as obras do escritor francês Marcel Pagnol, nomeadamente *La Gloire de mon Père. Souvenirs d'Enfance* (a minha tradução literal: *A Glória do meu Pai. Recordações de Infância*). Marcam os textos, escritos na primeira pessoa do singular: uma veracidade perspectivada por um olhar subjectivo sobre o passado, a crueza da realidade sublinhada por alegrias e tristezas, a candura da infância de uma menina, a educação tradicional com as diferenças entre os rapazes e as raparigas, os laços de amor entre pais e filhos, as mágoas e

incompreensões da adolescência, a descoberta dos problemas da vida, etc. Se compiladas para publicação (Foram editadas em livro algumas, após a publicação da minha crónica.), dariam uma óptima obra para compreender uma parte da história quotidiana, particular e familiar, da Madeira, na segunda metade do século xx. Representam uma visão interessante, mesmo se parcelar, dessa realidade.

Antes de começar a ler cada crónica, sei o que vou encontrar. Todavia, surpreendo-me sempre pela novidade do detalhe. Uma que li intitulava-se “Abraços apertados” (ver revista *Mais*, p. 31, do *Diário de Notícias* da Madeira de 13 de Janeiro de 2013). O pai é retratado carinhosamente, enquadrado numa tradição familiar e nas vivências do lugar. Aqui, é referido “o passeio do padre Romão”, uma romaria masculina. O título da crónica está relacionado com a figura paterna, desejosa de “Abraços apertados” por um amor incondicional aos filhos e uma saudade constante destes. Traduz uma experiência de muitas famílias do mundo inteiro (mesmo no meio das desgraças das notícias diárias de desamor paternal). O ambiente e a linguagem são marcadamente madeirenses. São exemplos disso, entre outros pormenores, os nomes das localidades (Pico Ruivo, Ribeiro Frio, Queimadas, Estanquinhos, Porto Santo, Paul do Mar, Prazeres, etc.), os “colares de rebuçados colados ao papel celofane”, a “casa azul de tapa-sóis”. Como em qualquer texto escrito, há, nele, falhas linguísticas que não impedem, todavia, a leitura e a compreensão. É na sequência “era como se estivesse estado embarcado 20 anos” que destaco uma. A construção verbal não me parece possível devido à redundância de “estivesse estado” (ESTAR + ESTAR) e ao facto de se tratar de um tempo composto. Aqui, o auxiliar tem de ser diferente do verbo principal (TER ou HAVER + ESTAR). Formando o tempo composto com o auxiliar TER, daria **tivesse estado**. Uma revisão resolverá este tipo de problemas linguísticos numa publicação geral.

55. "teem"

**têm**

Dizemos que "vemos televisão" e parece que o verbo "ver" transmite uma ideia de passividade. Cada vez mais, a televisão – e os restantes meios de comunicação – apela à acção dos telespectadores. Creio, porém, que será mais uma reacção do que uma real acção, já que funciona como um impulso condicionado e limitado. A acção em demasia poderia perturbar a emissão. Os programas com concursos e chamadas de valor acrescentado podem constituir um bom exemplo desta reacção impulsiva de telespectadores, por não se darem conta, logo, das "pequenas fortunas" que vão gastar ao telefone. A sua reacção é, portanto, consequência de uma certa passividade que não implica reflexão aprofundada. São frequentes os programas televisivos com endereços electrónicos, páginas de Internet, entre outras ferramentas, apelando às reacções dos telespectadores. Há, até, aqueles que dão a conhecer as mensagens que lhes vão chegando. Penso que serão filtradas e, consequentemente, nem todas divulgadas. Isso tem uma certa lógica. Apesar desta potencial comunicação bilateral, por regra, individual e solitariamente, vê-se televisão, mas também se ouve e se lê. Os noticiários, entre outros programas, divulgam, normalmente em rodapé, notícias breves, que, enquanto decorre a emissão, vão passando. Todos eles têm, igualmente, legendas para as peças que transmitem.

A "leitura na televisão" poderá não interessar a muitos telespectadores, mas, no meu entender, é muito útil, facilitando um pouco a vida a pessoas com problemas de audição e que saibam ler. Embora não tenha limitações auditivas, eu gosto de prestar atenção a essas informações condensadas. Fazem um apanhado de acontecimentos recentes e permitem uma actualização imediata. Por vezes, quando são legendas, dão a oportunidade de ir acompanhando o que se vê e ouve. Assim, reforçam a notícia. Nestes casos, quando surge um erro linguístico, este acaba por ficar destacado. No registo oral, o erro assinala-se, mas passa rapidamente, esquecendo-se. Devido à fluência constante da fala, não é realçado, dando a ilusão de se ter ouvido mal. Todavia, no registo escrito, presente no texto (das legendas, dos rodapés, dos títulos, etc.), o erro é cristalizado, ficando imortalizado. Muitos equipamentos (gravadores, máquinas fotográficas, etc.) facilitam, inclusive, a gravação instantânea com a possibilidade de verificar e observar, posteriormente, em detalhe, o erro linguístico assinalado. É do que quero dar conta.

Em várias edições do noticiário das 21:00 da RTP-Madeira (que vejo com interesse), tenho lido um erro repetido. Está relacionado com uma forma do verbo “ter”. Através de um telemóvel, consegui tirar uma fotografia a uma das várias ocorrências desse erro. Assim, o problema ficou atestado e fixado em imagem. Por que razão escrevem “**têm**” como “teem” (forma inexistente em Português Moderno)? Parece-me que quem redige aqueles textos (Serão vários jornalistas?) associa a forma da terceira pessoa do plural do presente do indicativo de “ter” às de “ler”, “ver” e outras do género. Estas últimas escrevem-se “vêem” e “lêem”, com a sequência “êem”, sendo, explicitamente, dissílabos constituídos por uma vogal tónica seguida de um ditongo nasal heterossilábico. Com o malfadado *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990, estas formas verbais perdem o acento circunflexo na vogal tónica: “veem” e “leem”. Por provável analogia com elas, os jornalistas aplicaram o modelo a “**têm**”. Porém, esqueceram-se que esta forma verbal conserva as duas sílabas (com dois ditongos nasais) amalgamadas, não se escrevendo “êem”. Mesmo com o último – desventurado – acordo ortográfico, continua a escrever-se “**têm**”, com um “ê” e um acento circunflexo. Se os jornalistas continuarem a escrever como o têm feito, os telespectadores activos ficarão confusos e os passivos vão considerar que aquele erro é a forma correcta. Assim, ao longo do tempo, passar-se-á de um erro para um uso generalizado e, deste, para uma alteração da língua, a nível gráfico.

Os jornalistas têm um papel fundamental na divulgação informativa em geral e na da Língua Portuguesa em particular. O erro pontual é, quase, inevitável, mas, quando repetido, causa-me estranheza. Para mim, o mais bizarro é não haver ninguém numa equipa de preparação de um noticiário que dê conta do erro e que este reapareça dias seguidos, para não dizer semanas e meses. Talvez esta atitude se deva a uma certa passividade, mas também se deverá, por certo, ao malogrado *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 ou, quem sabe, ao desconhecimento do funcionamento da Língua Portuguesa. As causas podem sempre ser muitas. Naquele processo de reacção (acção) televisiva, para combater a minha passividade de telespectadora, escrevi esta crónica. Será que, com ela, poderei ajudar a combater a repetição deste erro?

## 56. "erros ortográficos"

## erros gráficos

O calendário é implacável. Ainda há dias começámos o ano e já vamos em Fevereiro! A expressão desportiva inglesa – creio que do basquete – “time out” (“fora do tempo de jogo” ou “paragem na contagem do tempo”) daria muito jeito, se se pudesse concretizar diariamente. Parar o tempo uns minutos, a fim de ter a certeza que a vida não é uma corrida desenfreada, sem tempo para nós e para os outros, sem ocasiões para expressar sentimentos importantes. No quotidiano, as responsabilidades, e as suas inerentes preocupações, preenchem quase todas as horas dos dias. Acumulam-se livros para ler, à espera de um tempo oportuno. Guardam-se textos para escrever, em altura oportuna. Listam-se filmes para ver, quando for conveniente. Juntam-se discos para ouvir, sem fazer mais nada a não ser ouvir, assim que houver uma oportunidade. Muitos passeios e outras actividades ficam por concretizar, numa próxima ocasião. Conversas insignificantes, mas podendo ser determinantes, são adiadas. Queremos fazer tanto e fazemos tão pouco! Esta sensação angustiante de “falta de tempo” é recorrente e colectiva, embora haja quem a sinta com mais intensidade. Em mim, só desaparece quando tomo consciência que o importante é realizar o melhor possível os afazeres quotidianos, sem me preocupar com o resto. Depois, hão-de aparecer as oportunidades e, aí, interessará saber aproveitá-las.

Do ano passado, fui guardando, para escrever um texto, o número de Fevereiro-Março da revista publicitária *People's Phone. News*. A mania do Inglês seduz os publicitários e não compreendo porquê, já que trabalham para um público nacional. Esta edição de 2012 tem um encanto especial. Retoma uma tradição minhota da cultura popular, em que a língua assume uma relevância substancial. Esta revista deu destaque aos famosos “lenços de namorados” para celebrar o dia de São Valentim, também conhecido como o dia dos namorados. É genial a ideia publicitária que associa tradição (a oferta de lenços bordados à mão – autênticas provas de amor reveladas em mensagens escritas com rimas) com modernidade (a oferta de telemóveis que usam as mãos para escrever mensagens, incluindo de amor, testemunhando este nobre sentimento). A analogia entre os dois suportes da escrita sentimental, comparando os lenços aos telemóveis, esgota-se rapidamente. Contudo, a ideia parece-me brilhante e, a nível linguístico, assume uma importância capital. Quase compensa o nome inglês da revista!



Na página 3, encontra-se um aviso que alerta para a questão ortográfica (“*Os erros ortográficos presentes nos textos desta Revista são típicos dos tradicionais Lenços de Namorados do Minho. Não aderimos a um acordo ortográfico ‘regional’ nem pretendemos ferir susceptibilidades linguísticas.*”) e é redigido com as cores presentes nos textos dos lenços. Retomando estas frases do aviso, não quero salientar nenhum dos tais “erros ortográficos” das mensagens reproduzidas na revista porque manifestam uma “escrita fonética” em que a pronúncia sobressai tanto quanto a reduzida escolaridade. Escrevia assim quem não sabia fazer de outra forma. Contudo, não deixava de comunicar, veiculando as mensagens pretendidas e causando o efeito desejado no destinatário. A rapariga aproveitava o tempo do bordado para pensar no rapaz que amava, verbalizando os sentimentos com criatividade e alegria. Hoje, poucos (mulheres ou homens), mesmo os mais escolarizados, conseguem fazer isso, embora tenham telemóveis rápidos e eficientes. Nestas mensagens (SMS), muitas vezes copiadas, os erros – não me refiro às abreviaturas – também existem e, quanto a mim, alguns são bem mais inacreditáveis do que os dos lenços.

Em vez de salientar um dos erros típicos no registo popular, quero, em contrapartida, reflectir, sumariamente, na expressão “erro ortográfico”. É, em si, um erro porque, se pararmos para pensar nas palavras que a constituem, verificamos que, juntas, não fazem sentido. Quando falamos em “erro ortográfico”, expressão usual, recorrentemente repetida, perdemos a noção do significado de “ortográfico”, que quer dizer “com grafia correcta”, isto é, normativa. Ora, assinalar um erro de grafia e indicar que tem uma “grafia correcta” torna-se absurdo. É como se, naquela expressão, “ortográfico” tivesse perdido o seu significado original e a noção de “correção” para se reportar apenas a “grafia” ou “escrita”. Deste modo, colocarmos lado a lado, naquela sequência, “erro” e “orto” (correcto) não faz sentido. Pela lógica, não deveriam poder coexistir, salvo pelo intermédio de uma preposição: “erro de ortografia”. Embora ninguém conteste a expressão “erro ortográfico” porque não é habitual pararmos para pensarmos na nossa língua, mereceria ser revista. Está, linguisticamente, fixada, sendo de uso comum, mas, quanto a mim, será preferível substituí-la por “**erro gráfico**”. É uma sugestão. Que o dia de São Valentim seja uma oportunidade de “parar o tempo”! Que se torne uma ocasião para escrever, de preferência sem erros, para evitar equívocos, mensagens de amor como se fossem bordadas e exigissem tempo!

## 57. "As flores e frutos"

**As flores e os frutos**

Na imprensa nacional, é frequente, volta e meia (Expressão idiomática curiosa!), encontrar referências dedicadas ao Arquipélago da Madeira. Ultimamente, nos textos que tenho lido, predominam as questões políticas e económicas. Porém, não é raro dar de caras (Também esta é curiosa!) com artigos promocionais, imbuídos de um sentido completamente distinto daquelas notícias. Quanto aos aspectos turísticos, o arquipélago tem muito para oferecer e esse é um tema recorrente. Para quem pode tirar férias quando o deseja, vir até estas ilhas será uma oportunidade singular de descanso e descoberta. Nos passeios a programar, há o do Mercado dos Lavradores. É um charmariz e tornou-se um ponto turístico incontornável, no Funchal. Nos dias de mercado, assiste-se a uma apoteose de cores pelos produtos em exposição e à venda nas bancas. Do andar superior do edifício, com uma varanda interior enorme, não se vêem as flores, imagem de marca regional, porque estão na entrada principal do edifício. A exceção – se tenho boa memória visual – é uma buganvília no centro do pátio, onde os vendedores se espalham (des)organizadamente. Talvez se justificasse criar um mercado exclusivamente de flores – como as que se vêem em exposição na Festa da Flor – para lhes dar maior relevo. É uma ideia. O postal ilustrado do Mercado dos Lavradores apresenta um colorido impressionante com amarelos, vermelhos, alaranjados, brancos, verdes, castanhos, numa fusão de cores únicas e matizes difusos. Das varandas do andar superior, estas manchas coloridas dão a adivinhar as bananas, os limões, as maçãs, as laranjas, as tangerinas, as abóboras, os alhos, os alhos-porros, os repolhos, as couves, os nabos, os espinafres, o agrião, os abacates, as nabiças, o feijão-verde, as cebolas, as batatas, as batatas-doces, entre muitos outros vegetais. Os legumes, normalmente desvalorizados, adquirem mais relevância do que as flores e a fruta. Alguns vendedores do piso superior especializaram-se em fruta típica ou tida como “tropical”, com provas tentadoras: pitangas, maracujás, anonas, goiabas, cana-de-açúcar, entre vários outros frutos.

Reencontrei uma parte deste belíssimo cenário visual, quase indescritível, na revista *MONTEPIO* (ver número 8, Inverno de 2012, pp. 14-15) no texto “Funchal: Uma Visita ao Jardim do Atlântico” de Cláudia Marina. Aí, a troca de “pérola” por “jardim”, na expressão reconhecida como “Pérola do Atlântico”, não parece gratuita, mas assume-se como inofensiva. A ilha – perspectivada como uma jóia – é metamorfoseada

em jardim. Todavia, é uma ilustração do porto do Funchal (antes das actuais obras), avistado da zona de São Gonçalo, que dá o fundo a uma série de recortes com imagens e breves textos de lugares a visitar. A reportagem, claramente elogiosa, divulga, igualmente, os hotéis do grupo Pestana, decerto o patrocinador do texto. O público-alvo destas duas páginas é nacional e, pelo que se sabe, o número destes turistas tem diminuído, mesmo na época do Natal ou na do Carnaval. Pela apresentação, destina-se a quem ainda não conhece a ilha da Madeira porque os destaques são os das promoções turísticas com roteiros habituais: Funchal (“Mercado dos Lavradores”, “Teleférico”, “Monte” e “Carros de Cesto do Monte”), Pico do Areeiro, Câmara de Lobos, Porto Moniz e Santana. Porém, quem visita o arquipélago tem muito mais para conhecer, se quiser ir à descoberta. Para mim, andar pela serra, por cima das nuvens, é das sensações mais belas que já tive.

Voltando ao Mercado dos Lavradores, está escrito na revista: *“As flores e frutos aguardam o visitante, numa verdadeira explosão de cor.”* para a imagem do mercado. A ideia expressa nesta frase também ocorre na síntese introdutória grafada em maiúsculas, nomeadamente no excerto: *“Quem visita o arquipélago pode deslumbrar-se com algumas das mais belas flores do mundo ou deliciar-se com os frutos tropicais, mariscos e peixes frescos”*. Nas duas frases, é o uso dos artigos definidos que chama a atenção. Nesta, na enumeração de substantivos masculinos plurais, o definido masculino plural inicial determinará todos os elementos da enumeração, não sendo necessária a sua repetição (*“os frutos tropicais, [os] mariscos e [os] peixes frescos”*). Naquela, surge apenas o definido feminino plural (*“As flores e frutos”*). É no uso deste artigo feminino que surge um problema porque determina apenas “flores” (substantivo feminino) e não “frutos” (substantivo masculino). Nas frases em análise, os artigos definidos – que especificam os substantivos – não são realmente necessários e poderiam suprir-se, mas podem constituir uma opção estilística. Se se usam os artigos em enumerações de substantivos com géneros diferentes, eles têm de anteceder cada elemento da listagem, sobretudo quando o primeiro é feminino. Portanto, deveria estar escrito: **As flores e os frutos**. Com uma ampla oferta de produtos, um mercado é um espaço destinado à venda e à compra de bens, mas também se transforma num museu, inclusive pela estrutura arquitectónica. Faz sentido que receba visitantes. Há, aí, muito a contemplar, descobrir e aprender.

58. "T Todo"

### Todo

Ouvi dizer a mais de uma pessoa que o Papa Bento XVI "se resignou", em vez de dizer que "resignou". Há uma diferença semântica entre a construção pronominal e a que não tem o pronome reflexo ou reflexivo ("se"). Enquanto "resignar-se" significa "conformar-se com algo", "resignar" equivale a "renunciar a uma função ou um cargo". A propósito de Língua Portuguesa, discordo do que se vai repetindo. Ela não "é traiçoeira"; os nossos fracos conhecimentos linguísticos é que o são. É a grande diferença entre saber e não saber. Acontece o mesmo com todos os assuntos, incluindo a resignação de Bento XVI que tem foi notícia em todo o mundo. Católicos e não católicos têm emitido opiniões sobre a decisão. Quem sabe e quem não sabe tem opinado. O anúncio foi feito em Latim e, segundo soube recentemente, só uma jornalista o compreendeu imediatamente porque era a única que conhecia aquela "língua morta". Num programa de "PONTO/ CONTRAPONTO", na SIC-Notícias, Pacheco Pereira concluía que os jornalistas especializados em assuntos da Santa Sé deveriam saber Latim. Faz sentido. Não será fortuita a opção por esta língua para o anúncio do Chefe da Igreja Católica, que preferiu não privilegiar nenhuma "língua viva". Procedeu bem ou mal, ao resignar? Não tenho opinião porque desconheço as reais motivações de Bento XVI, cabendo-me apenas respeitar a decisão. A mania de ter opinião sobre tudo só pode levar ao disparate. Numa das diversas reportagens televisivas que vi, uma jovem afirmava que, com a mudança de Papa, queria ver a Igreja Católica "aceitar o casamento homossexual". É preciso desconhecer os fundamentos do Catolicismo para emitir uma opinião semelhante. Imaginando uma comparação banal, seria como pedir a um ateu para ter fé, num momento de grandes dificuldades pessoais. A nossa ignorância em muitos temas é flagrante, mas não nos coibimos de expressar o que pensamos, sem termos, efectivamente, reflectido sobre o que dizemos.

Ser católico deixou, há muito, de ser uma tradição, embora ainda haja resquícios de quem siga os ritos sem vivência diária coerente, perpetuando-os de geração em geração: baptizar, fazer a primeira comunhão, etc. Ultrapassando os rituais em si, seguir uma religião é uma escolha individual e tem forçosamente consequências no quotidiano. Se assim não for, é incoerente e vã. A Igreja Católica, milenar, é uma das instituições mais antigas do mundo contemporâneo. É formada por um vasto conjunto de pessoas, uma comunidade universal alargada com vivências culturais díspares,

mas, no essencial, é una, ou deveria sê-lo. O Papa tem, à partida, essa função unificadora desde Pedro, a “primeira pedra” fundadora da Igreja, escolhida por Cristo. Para um católico, reconhecer a figura papal é mais do que a identificar com o Chefe de um Estado. Quem não pertencer à Igreja Católica verá no Papa apenas essa vertente, apreciando ou não a pessoa. O mesmo sucederá com os bispos ou os padres. É possível simpatizar ou antipatizar com as pessoas, mas, pelo ministério que têm, um católico ultrapassa essa vertente exclusivamente humana. Um não católico ficar-se-á unicamente por esse lado, visto não aceitar o outro. Diz-se que se deve evitar discutir futebol, política e religião, para não criar atritos pessoais. A religião, mais do que temática de quezílias, é uma oportunidade de partilha, uma vez que é um assunto de convicções. Eu sou católica por opção e respeito quem, por escolha própria, for de outra religião ou ateu ou agnóstico. Estou convencida que são as nossas vivências que determinam essas diferenças, sendo necessário aceitá-las mutuamente. Entre pessoas de convicções religiosas diferentes, o diálogo sábio (mais do que mera discussão) será possível pela coerência pessoal. Saber é compreender.

Na exposição diocesana dedicada à Bíblia, que estive no Teatro Municipal Baltazar Dias, havia um cartaz com opiniões de várias personalidades (entre as quais não católicas) relativamente a esse conjunto de livros. As citações revelavam a importância cultural, inegável, da Bíblia (Antigo e Novo Testamentos). A civilização ocidental, com raízes greco-latinas e judaico-cristãs, está marcada por passagens bíblicas. Conhecê-las faz parte da nossa cultura, seja-se cristão, de outra religião, agnóstico ou ateu. À entrada da exposição, entre duas oliveiras (Pareceram-me sê-lo, mesmo se em vasos.), destacava-se um painel cujo fundo tinha caracteres de diversas línguas e sobre o qual se lia um excerto (bíblico) em Português acerca da perenidade da “palavra do Senhor”. O texto começava com uma inicial capital desenhada, como nos antigos livros manuscritos e impressos. Muitos jornais mantêm esta tradição, iniciando os artigos com a maiúscula inicial da primeira palavra em tamanho maior, destacada. Quem concebeu o painel, ignorando o valor deste processo gráfico tradicional, repetiu a primeira letra, ficando um “T desenhado”, logo seguido, desnecessariamente, da maiúscula de “Todo”. O texto perdeu o efeito que lhe quiseram dar com aquela letra capital a imitar os livros antigos (como a Bíblia). Provavelmente, quem fez a execução gráfica terá a responsabilidade da duplicação da letra, criando, mais do que um erro, uma gralha. Para mim, aqui está mais um exemplo da diferença entre saber e não saber. Quem ignora, pensando estar certo, erra porque altera segundo a sua medida.

59. "os sacrifícios (...) fazemo-lo"

### **os sacrifícios (...) fazemo-los**

Temos ouvido cantar "Grândola, Vila Morena" de Zeca Afonso em forma de protesto com o Governo e as suas políticas excessivamente recessivas. A canção é um símbolo da pacífica Revolução dos Cravos. Desde que foi entoada por membros da assistência no Parlamento Nacional, enquanto o Primeiro-Ministro tomava a palavra, é cantada por populares onde houver intervenções de membros do Governo. É, também esta, uma "revolução" original. A propósito, as opiniões divergem, como em tudo na vida. Normalmente, quem é favorável ao Governo considera ser uma falta de respeito não deixar falar um governante, perturbando a palavra com a canção. Alguns políticos da oposição concordam com este ponto de vista, mas, por regra, quem lhe é desfavorável pensa ser este um meio de luta que surte efeito. Eu acho que tem uma certa graça, sendo preferível a formas violentas de protesto, embora não seja membro deste Governo. Se fosse, não acharia qualquer piada à graça. A cantoria poderá ser interpretada como uma falta de educação, já que não foi pedida ou autorizada pelos palestrantes. Sê-lo-á? Na minha modesta opinião, quando as palavras são vãs porque deixam de ter qualquer credibilidade, os destinatários já não as querem ouvir, devido às contradições discursivas. Parece-me ser este o caso. Não haveria aumento de impostos, mas houve mais e mais cobranças de impostos. O fim da recessão era para breve. Afinal, será para não se sabe quando. Não haveria nem mais tempo, nem mais dinheiro. O prazo para pagar o empréstimo à Troika será, em princípio, alargado. Os cortes salariais eram pontuais. Agora, poderão ficar para sempre. As palavras de alguns destes governantes, pela falta de coerência, deixaram de ter significado para muitas pessoas que acreditaram neles. Porém, têm de ter sentido. O discurso, mesmo se expressa ideias com as quais se discordam, ainda mais na esfera política, deve ser coerente. Os políticos deveriam sabê-lo. Todavia, alguns discursos não passam de uma retórica populista. Assemelham-se a um canto de sereia que ilude momentaneamente. Quem os desconstrói compreende que são vazios.

Na revista *Sábado* (n.º 453 de 3 a 9 de Janeiro de 2013, p. 20), no espaço de Myriam Gaspar intitulado "Frases", li um excerto de Pedro Passos Coelho publicado no "facebook". Não tenho acesso ao texto original, mas acreditando na veracidade da frase transcrita na revista, dou-a como representativa de um discurso político com problemas de conteúdo e de forma. Deduzo que o discurso de onde foi retirada se

destinaria a todos os portugueses, na época natalícia. Procuraria dar-nos um sentido para “os sacrifícios que fazemos hoje”. Porém, a frase, referindo apenas quem tem filhos e netos, exclui uma parte substancial dos portugueses (incluindo eu), mesmo se também fazemos sacrifícios. Trata-se de um pedido, presente, explicitamente, na forma verbal imperativa “Peço”. Que solicitação é feita? Encontrar “força” para os “sacrifícios” de “hoje”, ao “olhar” com “orgulho” para os “filhos e netos” (Quem os tiver, claro!) porque estes “sacrifícios” lhes (aos filhos e netos, incluindo os do Primeiro-Ministro) trarão “um Natal melhor” “no futuro”. O que significa isto? Temos de “sentir orgulho pelos sacrifícios que fazemos para dar às crianças portuguesas um Natal melhor no futuro”? Tem isto sentido para tão grandes sacrifícios? Quanto a mim, não atinge o alvo, se a frase procurava motivar os portugueses, dando-nos uma razão para os cortes de vencimentos e de subsídios, o desemprego, a perda da habitação familiar, a redução do poder de compra, um empobrecimento generalizado, a fome de crianças (ainda) escolarizadas, etc.

Além disso, aquela frase tem diversos problemas linguísticos. A nível sintáctico, é um fio embaraçado com três ocorrências do verbo “fazer” (“façam”, “fazemos” e “fazemo-lo”: estas duas últimas praticamente seguidas), a par de quatro de “que” (“Peço (...) que”, “sabe que”, “sacrifícios que” e “para que”). No meu entender, falta, contudo, uma indispensável em “a força para [que], (...) o façam”. O verbo “olhar” (“quando olharem os vossos filhos”) deveria vir acompanhado da preposição “para” (“olharem para”). Além destes, há outros detalhes linguísticos que saltam à vista. Vou limitar-me a um problema de concordância. Se “sacrifícios” está no plural, o pronome que substitui este substantivo é, também ele, plural. Esta sequência revela-se bastante problemática. Se se mantiver, em vez de “os sacrifícios (...) fazemo-lo”, deveria estar escrito **os sacrifícios (...) fazemo-los**. Mesmo não tendo filhos ou netos, compreendendo o valor dos sacrifícios. Já fiz (e continuo a fazer) vários na vida. Quem não os fez já? Compreendo a sua razão de ser, se têm sentido, e sei a sua verdadeira motivação. Pagar dívidas de bancos? Pagar o empréstimo da Troika mais depressa? Colmatar contas mal feitas e substituir cobranças de impostos que não foram conseguidas? Por que razão os políticos preferem, muitas vezes, iludir a dizer a verdade? Deveriam saber que quem os ouve percebe a diferença. As palavras não podem ser vãs e os sacrifícios também não.

60. "é um dos locais a ir"

### **é um dos locais aonde ir**

Num mundo industrializado e civilizado, é inadmissível que as informações dos rótulos dos produtos devidamente embalados e à venda, nomeadamente nas grandes superfícies, não sejam verdadeiras. Temos, novamente aqui, problemas com as palavras porque estas não coincidem com os factos, sendo o engano uma autêntica fraude. Costumamos pensar que situações semelhantes só acontecem nos pequenos países pobres e pouco industrializados, mas enganamo-nos. Nos estados europeus mais ricos, foram descobertos produtos – como lasanhas ou almôndegas – que indicavam conter carne de bovino, sendo feitos com carne de cavalo. Este fenómeno indignou os ingleses que têm os equinos em grande consideração, nutrindo mesmo afecto por estes animais. Na Alemanha, em França e em muitos outros países do primeiro mundo, afinal, é possível comer “gato por lebre”. Numa tentativa de aproveitar as embalagens já produzidas para alimentar os cidadãos europeus mais pobres, em época de crise e fome para alguns, ainda houve quem demonstrasse que a carne de cavalo não é, em si, um problema. Este reside nas falsas informações facultadas pelos fabricantes. Aliás, na Alemanha, houve outra fraude no ramo alimentar porque foram vendidos ovos rotulados como biológicos (mais caros) que não o eram.

Como ocidentais sedentários, somos maioritariamente carnívoros. Estamos habituados a comer carne de porco, frango, peru, coelho, bovino, caprino, ovino e pouco mais. Não nos passaria pela cabeça cozinhar gatos ou cães, como em alguns países. Também teríamos dificuldade (pelo menos eu) em ingerir insectos, que chegam a ser produzidos em viveiros e vendidos por pequenas fortunas a restaurantes asiáticos. Parece estar provado que são, nutritivamente, muito ricos. Os nossos hábitos alimentares andam marcados pela nossa cultura. Acontece assim com a tradicional espetada madeirense presente nos arraiais. A carne é pesada, comprada e cozinhada ali mesmo, ao lado do carneiro. Preparar na hora, sabendo-se o que se come, faz parte da tradição. Pode, por vezes, o procedimento ser pouco prático e higiénico, mas é incrivelmente saboroso. Com outras comidas, acontece o mesmo. É o caso do bolo do caco. Este pão regional é produzido e vendido na hora, nas ruas ou em padarias. Sabemos de que é feito. Não necessita de rótulo e, ao comprá-lo, não incorremos em nenhum engano.

Com a *Sábado* (ver a edição de 3 a 9 de Janeiro de 2013) vem a revista *Tentações* (cf. edição de Lisboa). Contém diversas sugestões sobre livros, exposições, cinema,



etc. Na parte dedicada aos restaurantes, pp.18 e 19, encontrei o título “Bolo do caco à moda do continente” com a indicação “Seis sítios em Lisboa e no Porto onde comer carne com pão madeirense”. Para o restaurante Poivron Rouge (Será mais requintado do que Pimento Vermelho?), está escrito que o prego em bolo do caco “não sai da ementa (...) há mais de seis anos”. É incrível o sucesso continental deste pão madeirense chamado “bolo”! O breve texto sobre este restaurante do Porto com nome francês começa assim: “Quando lhe apetecer recordar as férias na Madeira e comer bolo do caco, o restaurante do hotel (...) é um dos locais a ir”. Fiquei a pensar no gosto suave do bolo do caco e, simultaneamente, na construção “local a ir”, entre outros detalhes linguísticos deste texto que não vou mencionar. Diz-se que aquele “é um dos locais a ir”, seguindo o modelo de “um dos locais a ver”, “um dos locais a conhecer”? Não me parece porque o verbo “ir” implica movimento para determinado destino. Em vez do uso exclusivo da preposição “a”, deveria ser “aonde” (preposição “a” + “onde”, elemento referente ao lugar de destino), ficando: é um dos locais aonde ir. Pensar em comida deu-me fome. Era bem capaz de saborear um prego no bolo do caco, um picadinho e um bolo do caco com manteiga de alho, um bolo do caco com espetada ou, simplesmente, sem carne, um bolo do caco. Um pão – achatado e redondo, com a forma “do caco”, onde era, antigamente, cozido – com nome de bolo (para, creio eu, se distinguir do “pão caseiro”) come-se bem sozinho, mesmo se não é doce.

## 61. "diariamente"

**diariamente**

Hoje, para "arejar a cabeça" do trabalho e das responsabilidades da vida, em vez de um jornal "sério" ou de uma revista de informação, decidi comprar uma daquelas publicações ditas femininas, que, normalmente, só abro nos cabeleireiros ou consultórios médicos. Sem qualquer escolha, trouxe a *Lux* (ver n.º 671 de 11-03-2013). Como não podia deixar de ser, há muitas fotografias e pequenos textos com a vida deste, desta, daquele e daquela. Exceptuando dois ou três artigos, o conteúdo geral é pouco interessante, mas a culpa é minha. Paciência! Leio um parágrafo aqui e outro acolá. Em segundos, estão todas as páginas (Sem numeração!) percorridas. A revista aderiu ao *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* e há detalhes linguísticos que me dão que pensar. Como estou cansada das contradições deste *Acordo Ortográfico*, nem lhes vou prestar muita atenção, neste momento. Numa das várias páginas de publicidade (a intitulada "beleza"), sobressaem os perfumes de homem (porventura porque o Dia do Pai está a chegar). Há dias para quase todos... Um dos últimos foi o da Mulher e o da Mãe é lá mais para a frente. Temos tempo. No dia 8 de Março, os meios de comunicação, pelo menos aqueles com que contactei, realçaram o mesmo. Por trabalho idêntico, em muitas empresas nacionais e estrangeiras, um homem recebe mais do que uma mulher. Carregando na tecla da discriminação, um outro aspecto contemplado foi o facto de haver menos mulheres em lugares de chefia. Uma das notícias que se destacou, por ter sido diferente, indicava que, em Portugal, há mais mulheres com doutoramento do que homens. Por que razão será? Terão as mulheres uma grande capacidade de perseverança? Também conheço homens assim. Em geral, talvez os rapazes desistam de estudar mais cedo porque não encontram sentido prático nas matérias que têm de aprender. Será? Além do mais, os estereótipos persistem, embora as mentalidades já tenham mudado um pouco.

As revistas como a *Lux* mostram que, socialmente, ainda se espera que as mulheres sejam como as bonecas e dou-me conta que, mentalmente, esta ideia subsiste nas profundezas do meu pensamento. Têm de ser belas e magras. Devem manter-se novas e sem rugas, Arranjar o cabelo e as unhas constantemente. Os sapatos que usam devem ter saltos altos, para parecerem esguias. Nas festas, os vestidos serão, preferencialmente, curtos, exuberantes e com decotes impressionantes. O protótipo da mulher fatal parece não ter mudado muito, mesmo se somos mais a chegar

a um nível de estudos superior. As mulheres que não entrem naquele padrão não têm espaço nestas revistas porque estas não são feitas para elas. Por exemplo, a mim, interessa-me muito pouco a vida desta ou daquela actriz, deste ou daquele cantor. Não quero saber que houve quem fizesse “uma intervenção estética com o médico das princesas”, nem ler (ver) quatro páginas com isso. No entanto, esta revista é um pouco diversa das restantes. A par de tratar de separações, doenças, dívidas ou outras desgraças alheias, mostra lançamentos de livros, concertos realizados, etc. Tem dois cronistas masculinos (três, se contar “A cozinha de Vasco Aragão”): Paulo Malo – um médico dentista – e Paulo Coelho – um escritor brasileiro. É curioso: são dois homens e não há nenhuma mulher! Há tempos, dei-me conta que num jornal como o *Diário de Notícias*, nacional, os cronistas são maioritariamente homens. Em mais de uma dezena, contava duas ou três mulheres. Este jornal não é caso único. Por que motivo será assim?

Voltando à página da publicidade, entre os perfumes masculinos, vai um anúncio de uma empresa que trata de casamentos e flores. Presumo que não será da responsabilidade da revista o texto que nele surge. O leque de serviços que presta é alargado, indo da organização à decoração de mesas, passando pela “Boutonniere [Falta um acento grave no primeiro “e”, não falta?] para Noivo” e pelo acolhimento aos convidados (“Wellcome aos convidados”). Na enumeração, todos os elementos vêm, incompreensivelmente, grafados com maiúscula inicial. A tendência para os estrangeirismos desnecessários alastra, pretendendo um ar sofisticado, que, quanto a mim, cai por terra devido a erros linguísticos elementares na própria língua. São reveladores da nossa ignorância a nível de funcionamento da língua materna. É, aqui, o caso com erros de acentuação gráfica que reencontro com frequência nas minhas leituras. Um deles figura na palavra “diariamente” e o outro em “Cível”. Revelam a confusão entre “**diariamente**” (sem acentuação gráfica) e “diária” (com um acento agudo), assim como entre “civil” (sem qualquer acentuação gráfica) e “cível” (com acento agudo). Exemplos como estes são recorrentes. Por que razão falhará o ensino da língua materna, em particular na questão da acentuação gráfica? Provavelmente porque, em Portugal, revistas femininas cheias de fotografias têm maior tiragem (O número que comprei revela “90.000 exemplares”!) e divulgação (sobretudo nos cabeleireiros e consultórios) do que outras publicações. Por exemplo, o jornal *Público* de 27-01-2013 (que guardei) indica como “Tiragem média total de Dezembro 41.360 exemplares”, isto é, nem metade. Culturalmente, ainda temos, como mulheres (e homens também), um longo caminho a percorrer e isso vê-se pelo que lemos. Para a próxima, para “arejar a cabeça”, comprarei outro tipo de revista.

62. “esta aldeia fica lutada”

### **esta aldeia fica lotada**

Nestes dias, mostraram-me um cartão de um agente imobiliário com um nome de uma empresa muito pomposo. Era qualquer coisa com “Living”. Tinha cor e informação pertinente. Estava bem feito, mas terminava com esta frase “Venha-nos descobrir em...”. Depois, vinha o endereço da página electrónica da empresa. Fiquei a pensar que um erro básico pode afectar toda a imagem positiva que se pretende transmitir. Neste caso, a colocação do pronome “nos” reforça esta ideia. Deveria ficar após “descobrir” (venha descobrir-nos / descubra-nos) e não a seguir a “vir” (venha-nos). Porém, o que me perturbou neste cartão de visita foi a presença de um “u” na forma de infinitivo impessoal de “descobrir” (escrito “descubrir”). Quanto a mim, estraga todo o “marketing” pretendido. Certas crianças também escrevem “ao” como “au”. Porém, elas têm uma desculpa: ainda estão a aprender o que é básico. Uma empresa com profissionais competentes, ao cometer um erro semelhante num documento de identificação da própria empresa, tem poucas justificações. Poderá ser uma gralha, mas é significativa e ilustra bem os erros que vamos dando (eu inclusive). Estão por todo o lado. É uma autêntica selva! Por exemplo, ultimamente, tenho pedido facturas e, a fim de evitar perdas de tempo, na altura do pagamento, entrego um documento com o meu nome, o meu número de contribuinte e a minha freguesia, no sentido de evitar o erro. Por incrível que pareça, e apesar desse documento escrito, várias vezes, o meu apelido vem como “Rebolo” em vez de “Rebelo”. Perco, assim, a minha identidade. Numa das últimas vezes em que pedi a rectificação, quando fui olhar para a factura emendada, “Santa Luzia”, em vez de “z”, vinha com “s”. Já não pedi outra correcção. Seria demasiado para aqueles “pequenos” comerciantes. Os erros linguísticos proliferam e as pessoas não querem saber. Não se interessam por pormenores. Nas produções orais ou escritas dos cidadãos comuns, cada indivíduo tem de assumir as suas responsabilidades. A nível institucional, a responsabilidade é maior e a tolerância para o erro será menor. Na imprensa, e nos restantes meios de comunicação, o erro linguístico é ainda menos aceitável, mas vai ocorrendo com muita frequência.

Por casa, em arrumações de papéis (O meu eterno problema!), encontrei um exemplar do jornal regional e mensal CINCO QUINAS (n.º 49, ano VI, Abril de 2005), publicado no Sabugal. Grande parte das notícias reporta-se às diversas freguesias do concelho que integra o distrito da Guarda. Sabemos que o Interior está a ficar

desertificado e que será o principal atingido com a redução do número de municípios, na reforma para aligeirar as estruturas administrativas do Estado. Fará sentido ir por aí, quando os políticos falam em criar cargos “intermunicipais”? Conseguir-se-ão reduções de custos com estas medidas? Não creio, já que se extinguem uns cargos, mas surgem outros muito bem pagos. Na página 20, li uma entrevista do CINCO QUINAS ao Presidente da Junta da Lomba, Domingos Romão, que exercia o cargo há 24 anos, na altura da entrevista. As palavras do entrevistado vêm a negrito e, delas, destaco apenas um excerto. Deram-lhe o título “LOMBA. Água grátis...”, retratando o texto aquela pequena freguesia: população, festividades, lugares a visitar, obras que a junta concretizou, etc. Evidencia-se que a água canalizada não é paga porque a população construiu um poço comunitário que serve todos. Até que ponto as freguesias, com as suas juntas, são importantes para as populações? Ao ler a entrevista, pensei na costa norte madeirense. Acabo de vir de uma visita a Santana, de onde regresssei pela estrada regional. De carro, fiz uma parte do percurso atrás de um autocarro que foi parando para servir a população de pequenas freguesias, nomeadamente, se me lembro bem do nome, a do Lombo de Cima, perto do Faial. A vida destas pessoas, rodeadas por uma beleza verdejante singular e maravilhosa, com casas isoladas no meio das serras, não deve ser nada fácil, sobretudo se elas não têm transporte próprio. Aliás, nem em Santana o será. Ali, vi muitas casas abandonadas e outras desabitadas, mesmo no centro citadino.

O Presidente da Junta da Lomba deu várias explicações ao CINCO QUINAS, tendo o (a) jornalista escrito que a freguesia tinha “cerca de 74 residentes”, mas que, no Verão, “esta aldeia fica lutada” pelos familiares que regressam durante as férias. Entre diversos problemas linguísticos, cá está, de novo, a confusão entre “u” e “o” em “lutada” / “lotada”. Quem transcreveu a entrevista deveria ter escrito: **esta aldeia fica lotada**, isto é, cheia de pessoas. Até que ponto as populações de diferentes “sítios” bem pequenos não ganhariam se se juntassem para defenderem os seus interesses? As rivalidades entre freguesias vizinhas vêm complicar tudo. Em vez de encontrarem vantagens numa reforma administrativa, muitos só vêem desvantagens. Se as populações abandonarem os lugares mais recônditos, o que sucederá ao território (nacional e regional)? No meio de questões prementes como estas, as pessoas prestam pouca atenção à língua que falam e escrevem. Porém, esta é o principal veículo da sua identidade. Se não cuidarmos dela, nos ínfimos detalhes, a confusão reinará. Se não cuidarmos das pequenas povoações, a selva crescerá pela desumanização da paisagem. Tudo o que é importante passa pelas pequenas coisas, sobretudo as mais irrelevantes.

63. "termo açoreano"

### **termo açoriano**

No meu aglomerado de pastas com recortes de jornais, encontrei um texto de Possidónio Cachapa intitulado "Tá quieta língua!" (ver *Jornal de Letras*, 11-07-2001, p. 37) deveras interessante e que tinha ficado em arquivo a aguardar a vez para servir a um qualquer fim linguístico reflexivo: para um exercício durante uma aula, para uma prova de exame, etc. Afinal, vou usar aquela crónica para esta minha crónica. Não deixará, por isso, de servir para outros fins. O tema central do cronista gira em torno da criatividade linguística (a do povo – "a gente da rua" – e a dos escritores), a propósito da publicação do *Dicionário da Academia*, que tanta discussão suscitou, quando apareceu. Para mim, este dicionário – apenas um entre muitos outros – tem qualidades, mas defeitos também. É, no meu entender, um dos responsáveis por as pessoas hesitarem na escrita de vocábulos que estavam quase fixados. Uma das flutuações gráficas que criou registo-a, entre várias outras, em "dossiê" / "dossier" ou "ateliê" / "atelier". No Português Europeu, não há, segundo me parece, assim de repente, muitos substantivos terminados em "-ê" ("mercê"). Provavelmente, haverá mais terminados "-er" ("prazer", "lazer"; as formas verbais substantivadas: "o ser", "o viver"; substantivos com vogal semiaberta: "mulher", "colher"). Qual foi a necessidade de apresentar essa adaptação, quando as pessoas já escreviam "atelier" e "dossier", sem as identificarem como palavras estrangeiras? Serão questões de pronúncia? Na altura do lançamento na Região Autónoma da Madeira, tive a ocasião de manifestar a minha opinião na presença do linguista Malaca Casteleiro (o coordenador daquele dicionário). Continuo a duvidar que, no geral, os cidadãos sigam as propostas de adaptação gráfica do *Dicionário da Academia*. Só o tempo me dará ou não razão. Eu não as segui e vou continuar a escrever "dossier" e "atelier", sem qualquer problema.

Voltando a Possidónio Cachapa, naquela crónica, trata, também, da tendência dos "puristas" ("uma boa alma que nos diz como escrever e como dizer", "os guardiões do templo" "os estudiosos da língua", "os que mantêm as portas do templo fechadas", "gente que quer manter", isto é, os linguistas) por se oporem à vertente criativa do povo e dos escritores. Embora eu reconheça que haja alguns especialistas que são contra a mudança linguística, não consigo concordar com esta dicotomia: povo e escritores/ linguistas. Podendo haver alguns puristas no conjunto dos linguistas, a maioria não o será. Um dos primeiros aspectos que aprendi, quando

decidi dedicar-me ao estudo da linguagem e da Língua Portuguesa, em particular da variedade madeirense, foi a de nunca fazer juízos de valor linguísticos, como “Este fala bem.”/ “Aquele fala mal.” ou “Esta palavra é bonita.”/ “Aquela palavra é feia”. O respeito que nutro pelos informantes que vou gravando, entre os quais analfabetos, é enorme. Muitas dessas pessoas são avós (Pena não chegar à do cronista! Ele lamenta que não se faça um dicionário com os conhecimentos linguísticos dessas pessoas.). Seria impossível fazer o meu trabalho sem elas porque estudo a língua falada e a sua dinâmica. Não me revejo, por isso, na imagem negativa de perfil conservador esboçada naquela crónica. Um linguista tanto pode estudar a viveza da língua falada, como as suas manifestações escritas, mesmo ambas. A diversidade do seu trabalho é apaixonante. Portanto, não compreendo por que motivo as pessoas têm uma ideia negativa da Linguística. Nunca fiz as contas, mas o número dos que estudam Literatura e daqueles que se dedicam à Linguística não me parece ser igual. Serão numerosos os literatos e poucos os linguistas. Aliás, é comum a ideia, e reencontra-se nos estudantes universitários das Letras (ou Humanidades, como se prefere dizer agora), que a Linguística é difícil, aborrecida, demasiado rigorosa e objectiva, enquanto a Literatura é mais apelativa, interessante, aberta e com extremas potencialidades criativas. Discordo desta ideia feita e generalizada. Há pontos de intersecção entre estas duas áreas do saber humano, mas, enquanto disciplinas científicas, têm objectos de estudo e finalidades bem distintos. Porém, os adjectivos que apliquei a uma podem adequar-se à outra. Se é certo que há linguistas cujo trabalho é hermético e incompreensível, o mesmo sucede nos estudos literários. Já li investigações de ambas as áreas que, sobretudo pela sua aparente tecnicidade, não me disseram nada. Em contrapartida, li outras que considereí valiosas.

As reflexões de Possidónio Cachapa na crónica “Tã quieta língua!” revelam bem o quanto a Literatura e a Linguística têm em comum a linguagem e, em especial, uma língua. Por exemplo, no título, a forma “Tã” é uma marca da oralidade porque os falantes costumam dizer “tã” em vez de “está”. Vários estudantes e muitos cidadãos pensam que existe o verbo “tar”, a par de “ter”. Eu já o comprovei, mais do que uma vez, como docente. Incomoda-me isso enquanto estudiosa da língua? Não, não me incomoda nada porque é um facto. Todavia, assinalo o erro em correcções de provas porque sei que o registo escrito e o oral são distintos. Quanto a mim, a diferença entre o “tã” do título da crónica e o das provas escritas onde o encontro reside no facto de Possidónio Cachapa o usar intencionalmente (um desvio linguístico, recurso recorrente na Literatura), enquanto os estudantes o empregam por ignorância, pensando, provavelmente, que existe como forma verbal (atitude que comprova a existência de um erro). Para mim, está tudo aqui, no conhecimento e na ignorância (pontual ou constante). Procurando comprovar o que digo, na crónica de Possidónio Cachapa, aparece escrito “termo açoreano”, em que o adjectivo é grafado com “e” (como em

“Açores”). Esta grafia ocorre frequentemente na escrita de várias pessoas. Contudo, não é o que está convencionado. Deveria estar escrito: **açoriano** com “i”, em **termo açoriano**. Ficou assim cristalizado na ortografia. Pode não fazer sentido porque deriva de “Açores”, mas é assim. Creio que o cronista errou aqui, não se apercebendo do engano. Vem algum mal ao mundo por isso? Penso que não. Os erros, incluindo os de ortografia, abundam por todo o lado e ninguém se consegue libertar deles. Alguém disse – e, em parte, concordo – que “um erro é um uso à espera de vez”. Estudando as línguas vivas, verificamos que elas se constituíram, e continuam a formar-se, com “erros”. Um professor terá de ser um purista (Se o conseguir!). Um linguista é, apenas, um observador curioso e um analista do fenómeno linguístico quotidiano em constante mutação. Tem muito trabalho porque “A língua nunca tá quieta!”.



64. "que, para além de trabalhar no IPO, preside ao conselho"

**que, além de trabalhar no IPO, preside ao conselho**

Por que razão será tão complexo comunicarmos uns com os outros, sobretudo se falarmos das dores que sentimos? Telefonei a uma pessoa que vive longe para lhe desejar uma Páscoa feliz. Disse-me, de rompante, que estava psicologicamente doente e que os próprios pais lhe estragaram a vida. Uma vez que a conheço bem, decidi ouvi-la um pouco sem responder nada ao desabafo, escutando apenas. Qualquer palavra que dissesse só iria piorar aquele estado de espírito. A determinado momento, compreendi que não podia apaziguar as dores dela, mas que tinha de a ajudar à distância. Passara a noite em branco e a chorar, a reviver um passado reconstruído à sua medida. Com, decerto, um fundo de verdade, não deixava de ter uma visão parcial da sua infância e juventude, sentindo-se uma pessoa realmente mal-amada. Não tinha comido nada e preparava-se para prosseguir com aquele comportamento, numa atitude de olhar para dentro, intensificando a sensação de miserabilismo. Comecei por a levar a comer algo para que, depois, saísse um pouco. A depressão é um terrível estado de escuridão que incapacita. Disse-lhe que lhe dava um tempo para ir comer e, depois, lhe telefonaria de novo para conversar. Que não era preciso voltar a ligar! Que não tinha fome! Que não queria ver ninguém! Que procuraria dormir um pouco e que lhe ligasse no fim do dia! Respondi-lhe que não seria boa ideia dormir de dia e que o melhor seria comer para sair um pouco. Voltava a telefonar-lhe dentro de minutos. Assim fiz. Como não atendeu no telefone fixo, liguei para o telemóvel e insisti. Não iria desistir e queria que ela sentisse isso. Passado algum tempo, recebi uma mensagem no telemóvel a dizer que iria sair um pouco e que levaria óculos de sol, embora o tempo estivesse chuvoso e o céu cinzento, para aqueles lados. Eu tinha conseguido uma pequena vitória.

Esta situação fez-me recordar um dos artigos de jornais que li nos últimos tempos. Intitula-se "Cancro: afinal, é permitido chorar". O texto de Graça Barbosa Ribeiro (cf. *Público* de 03-02-2013, pp. 22-23) refere uma recolha de testemunhos de doentes com cancro e de alguns familiares. O tema central é a necessidade de comunicar (ou não) os sentimentos. Com a leitura, confirmei o que já sabia: somos todos iguais, mas todos diferentes. Uns são optimistas e outros pessimistas. Muitos são intrinsecamente resistentes, mas outros caracteristicamente débeis. Uns são prolixos e outros lacónicos. Uns não são capazes de verbalizar os sentimentos, enquanto outros não

falam senão de si. Perante a dor, uns precisam de chorar, mas outros não conseguem verter uma única lágrima. Uns precisam de fazer de conta que está tudo bem, quando anda tudo mal, e outros sentem que tudo está mal, quando vai tudo bem. Uns pensam que não exteriorizar a dor a fará desaparecer ou lhe diminuirá a intensidade. Muitos preferem não falar para não alarmar; não preocupar e não fazer sofrer os próximos. A juntar à nossa personalidade, a todos os nossos traços de carácter, ainda temos de considerar a influência do meio em que vivemos. Culturalmente, aprendemos que chorar é fraqueza. Se acontecer à frente dos outros, ainda o será mais. Não é recomendável este tipo de comportamento, até porque os outros ficam sem saber como reagir. Quanto a mim, o título daquele texto, que preenche duas páginas de jornal, é elucidativo e, em vez de “cancro”, deveríamos poder colocar qualquer outra doença ou situação. Exteriorizar a dor pode não a aniquilar, mas contribuirá para a partilhar, combatendo a solidão. Durante a leitura do texto, dava comigo a pensar o quanto é importante termos alguém que nos ouça de verdade porque precisamos de falar, de verbalizar, sem ter qualquer novidade para contar. Os verbos “falar” e “comunicar” poderão não ser sinónimos, se pensarmos que “comunicar” implicará pôr em comum algo que o outro não sabe, ou seja, uma novidade. Por exemplo, aquele texto não é uma notícia porque, no fundo, quem o escreveu não comunica nada a não ser a publicação de um livro (intitulado *Quebrar o Silêncio*) com 49 testemunhos de doentes com cancro e de familiares. Todavia, ocupa duas páginas, dando voz a algumas dessas testemunhas e sublinhando a importância de exteriorizar os sentimentos, nomeadamente através das palavras.

Ouvir quem fala é um exercício de plena actividade porque ultrapassa qualquer passividade. Porém, não se diz nada, não se pensa nada e a concentração está toda num esvaziar próprio para receber as palavras ouvidas, que não se guardam, mas se libertam. Poeticamente, as palavras ouvidas são como cinzas lançadas ao vento, junto ao mar: espalham-se, dispersando-se em partículas de pó. Ouvir não implica que se guarde armazenado o que o outro disse, ficando com mais um problema. É este medo que assusta as pessoas, recusando-se a ouvir e preferindo falar. Os seus próprios problemas já chegam e não precisam dos dos outros. Para mim, porém, é como o processo dinâmico da nora, em que a água passa de um vaso para o outro, sem a reter, até ela chegar ao seu destino. Ouvir alguém que fala é muito enriquecedor e a atitude permite partilhar o “ser pessoa”, fugindo à solidão. Se ouvir é importantíssimo, saber falar (mais do que comunicar) também o é. A propósito, num dos últimos parágrafos do texto, lê-se “Emília Albuquerque, que para além de trabalhar no IPO preside ao conselho científico da Academia portuguesa de Psico-Oncologia, diz que, de alguma forma, a tarefa de ensinar a comunicar se iniciou também com os cursos intensivos dirigidos a profissionais de saúde, que se têm multiplicado, nos últimos anos.”. Tenho alguma curiosidade em saber quem orienta estes cursos. Quem tem a tarefa de

“ensinar a comunicar”? Reflectir sobre este ponto levar-me-ia longe e obrigar-me-ia a colocar o problema do papel da família e, sobretudo, o da escola, quanto ao ensinar a “saber dizer”. A nível linguístico, daquela frase, sublinho um detalhe. Trata-se de uma sequência que ouço recorrentemente “para além de”, tendo sido, por exemplo, imortalizada num poema de Mário Sá Carneiro. No entanto, embora muitos a repitam, nela, a preposição “para” não é necessária. É suficiente dizer “**além de**”, ficando o enunciado assim: **que, além de trabalhar no IPO, preside ao conselho**. As palavras são quase tudo na vida. Saber falar, calar, ouvir e comunicar é, para mim, saber viver.

65. "continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que não interessa"

**continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que interessa**

A minha primeira viagem à Galiza remonta a 1997. É impressionante como o tempo passa! Com uma amiga (e no carro dela porque gosta de conduzir, o que eu não aprecio), fiz a viagem de São João da Pesqueira até Sanxenxo. Junto ao mar, numa modesta e simpática residencial, assentámos arraiais para, daí, conhecer aquela região em quinze dias, se bem me lembro. Era Verão, mas o tempo estava fresco. Fizemos praia, ao mesmo tempo que fomos conhecendo o território: Santiago de Compostela, a Corunha, Ferrol, entre outros sítios. A impressão geral foi muito boa. Recordo-me, perfeitamente. Foi nessas férias que comprei o livro, na versão original, *Crónica de uma Morte Anunciada* de Gabriel García Márquez. Tendo passado por várias localidades portuguesas antes de chegar, pude fazer a comparação e senti uma diferença considerável. A cidade de Vigo é ampla, enquanto a de Caminha me pareceu pequena. As estradas galegas, autênticas vias rápidas, tinham portagens sucessivas e as nossas, nessa altura, ainda eram as nacionais estreitas, com bastante trânsito e um piso irregular. Senti a diferença entre Portugal e a Galiza, não pela paisagem, mas pelas rádios que passámos a captar. O rio faz a fronteira. Se me lembro bem (já posso estar a confundir com outras viagens por aquelas paragens), uma larga e espaçosa ponte ligava as duas margens. Foi uma sensação única ir de um lado ao outro, como se fosse a mesma terra.

Logo de início, quando descemos à praia de Sanxenxo, num pequeno passeio para conhecer as redondezas, vimos "graffiti" num muro. Um era a indicação "VIVA O FUTEBOL CLUBE DO PORTO!". Estávamos em casa, sem estarmos. O vinho Alvarinho deu-me a mesma sensação estranha. Portugal e a Galiza: serão duas faces de uma mesma moeda como sucedeu, nas origens, com o galaico-português? A partir dessas férias, centradas mais no Litoral do que no Interior, fui compilando o que vou encontrando sobre aquele território para o compreender a ele e a todas as suas potencialidades. Na televisão por cabo, o canal galego permite-me, também ele, açaambarcar esta realidade complexa que, sendo específica, partilha com Portugal e as restantes regiões espanholas uma história comum. Fui ao álbum de fotografias e encontrei o bilhete de entrada no *Museo de la Catedral de Santiago* que custou "400 pesetas". Da

visita, recordo-me particularmente de algumas esculturas e de, à saída, haver um músico de gaita-de-foles. As relíquias do Santo não me entusiasmaram. Preferi a contemplação da pedra da catedral que me fez lembrar algumas igrejas portuguesas.

Ao remexer na documentação, vi uma página de jornal de 2008 (ver *Diário de Notícias*, edição nacional, de 18-08-2008, p. 27) com a notícia intitulada “Galiza quer ter hora portuguesa” e assinada por Paulo Julião (“em Viana do Castelo”). O assunto é a proposta de deputados galegos (do Bloco Nacionalista Galego) para que naquela região vigorasse o fuso horário de Portugal e não o de Espanha. A determinado momento, escreve o autor “Pretensões a que o Governo central em Madrid continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que não interessa aos galegos.”. Falta uma forma verbal introdutória para que esta seja uma “frase integral”. Escrever é um exercício complicado. Deixo de lado outros aspectos do texto e concentro-me neste. Fiquei a pensar, por um lado, na “luz solar”, na proposta daqueles deputados, na recusa governativa espanhola, e, por outro, no uso da negativa em “ou pelo menos aquela que não interessa aos galegos”. Neste excerto, a negativa é desnecessária. Ao reler a sequência, dá para compreender que “o Governo central em Madrid continua a não dar [a] resposta [esperada]”, ou seja, “aquela [resposta] que” “interessa aos galegos”. Também se pode dizer de outra forma e, aí, a negativa terá razão de ser: “o Governo central em Madrid” dá uma resposta “que não interessa aos galegos”. Portanto, há que escolher. Quanto a mim, o uso do advérbio de negação não faz sentido neste caso. É, pelo menos, o que me parece. Assim, entre outras possibilidades, poderia estar escrito: **continua a não dar resposta, ou pelo menos aquela que interessa**. Naquelas férias, lembro-me de, pela tarde, todo o comércio encerrar para a sesta da população e de, à noite, numa avenida, ver famílias inteiras a passear, com crianças muito bem arranjadas, tanto quanto os adultos, sobretudo as mulheres. Estes hábitos não coincidem com os portugueses. O que desejará realmente o povo galego?

66. "Um murro dado à mãe, provoca nos filhos medo e vergonha."

**Um murro dado à mãe provoca, nos filhos, medo e vergonha.**

A campanha da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (Os nomes das instituições também seguem modas!) conhecida como EM VOSSA DEFESA, DÊ UM MURRO NA MESA fez-me pensar. Foi passando em vários meios de comunicação social. Na televisão, tudo se resumia a uma ida ao médico de uma mulher com o filho. Este tinha problemas. O profissional de saúde concluiu que a criança andava perturbada porque a mãe era vítima de violência doméstica. O diagnóstico estava feito e o eficaz tratamento seria a mulher reagir: dar um murro na mesa e acabar com a situação. Se não o fizesse por ela, devia fazê-lo pelo filho. Na imprensa (por exemplo na revista dominical do *Público* de 02-12-2012, p.7), vê-se uma mulher triste, coberta de hematomas, no rosto, junto ao pescoço e nas mãos. No anular esquerdo, avista-se uma aliança. Tem os olhos lacrimejantes. Com as mãos, parece proteger o filho, também de olhar triste, mas sem qualquer ferida à vista. Olham-me ambos fixamente e eu olho para eles. Dão ambos a cara por um número considerável de mães e filhos que não podem dar a cara porque a sua situação é trágica, sendo vítimas da agressividade de quem pensa ser mais forte.

Ouvem-se relatos de casos em que as mulheres vão suportando as investidas dos parceiros, na grande maioria das vezes os próprios maridos, pelos filhos. Pensando que é preferível manter a família unida para bem deles, a fim de crescerem com um pai e uma mãe. Realmente, o que vai no interior de uma casa não se adivinha e só evidências reveladoras podem denunciar a violência. Para quem está de fora como eu, é fácil tomar partido, lamentando a fraqueza da vítima e incriminando o agressor. Consoante as experiências de vida, os perfis destes vão mudando, mas, pelos relatos conhecidos, muitos deles passaram por essa experiência na infância, tendo visto o pai a agredir a mãe, quotidianamente. Portanto, é como se aqueles comportamentos fossem "normais". A reprodução de modelos é mais do que evidente, nestas circunstâncias, sendo indispensável parar este processo, nalgum ponto. A campanha é importante porque o fim desta infundável repetição comportamental pode estar na atitude da mulher.

Na vida, normalmente, reproduzimos o que aprendemos e o que vivenciámos. Com os erros linguísticos sucede exactamente o mesmo: vamos repetindo os mesmos porque pensamos serem formulações correctas, já que os vemos na prosa das pessoas mais

conceituadas. Quem ensina nunca se pode cansar de os corrigir e de avançar constantemente com a mesma explicação. Já não me lembro de quantas vezes disse, escrevi e repeti a mais elementar regra de Sintaxe: entre um sujeito e um predicado não se pode colocar uma vírgula. Comigo, muitos colegas terão insistido neste detalhe porque compreendemos que o sujeito e o predicado são dois elementos sintácticos indissociáveis. Como a vírgula tem uma função de separação, não pode ocorrer entre eles. A vírgula tem outras potencialidades e usa-se, por exemplo, para delimitar determinadas funções sintácticas como o vocativo. Portanto, é indispensável saber usá-la. Todavia, na escrita dos mais reputados profissionais: deputados, políticos, juizes, advogados, médicos, jornalistas, publicitários e mesmo de docentes, reencontra-se este erro básico. Quando ocorre pontualmente num texto, por descuido, ainda se tolera. Agora, ver-se sistemática e reiteradamente acaba por se tornar insuportável. Nesta campanha contra a violência doméstica, ocorre três vezes! Reproduzo o texto sem aquelas vírgulas e adiciono as que seriam necessárias no complemento anteposto, colocado entre o predicado e o complemento directo: **Um murro dado à mãe provoca, nos filhos, medo e vergonha. Um pontapé dado à mãe provoca, nos filhos, agressividade e raiva. Uma ameaça dirigida à mãe provoca, nos filhos, depressão e dificuldades de aprendizagem.** Quem redigiu o texto assumido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, uma entidade pública, não tem a mínima noção do que é um sujeito e um predicado, nem da função de uma vírgula. A fim de ajudar essa pessoa, e para bem da comunidade, deveriam proibi-la de escrever textos públicos e obrigá-la a estudar Sintaxe até compreender a importância dos sinais de pontuação. O mesmo deveria acontecer a quem autorizou que se publicasse o texto porque tem o mesmo desconhecimento. O texto desta campanha vai causar grandes danos nos leitores que sabem pouco de Sintaxe porque vão reproduzir este erro de pontuação. Assim, forma-se uma espiral interminável que só com muito esforço se conseguirá parar completamente (se se conseguir, já que os danos causados podem ser irreparáveis). É difícil desenganar quem erra, quando pensa fazer bem, porque reproduz o que viu. É preciso nunca desistir, nem no combate à violência doméstica, nem no combate aos erros linguísticos. Há guerras que vale a pena travar: as não violentas!

67. "Talvez que fôssemos demasiado jovens"

### **Talvez fôssemos demasiado jovens**

Voltaram as feiras ("festas" ou "festivais", como lhes queiram chamar) do livro e eu ando há cerca de um ano com a *EXPLICAÇÃO DOS PÁSSAROS* de António Lobo Antunes na mesa-de-cabeceira. Posso dar uma volta por lá para ver, tocar, abrir e sentir os livros que vão saindo (ou os antigos), tendo vontade de adquirir este ou aquele. No geral, prefiro a prosa à poesia, embora esta se leia mais depressa e se saboreie com mais gosto, em particular se lida em voz alta. Poesia, prosa ou de outro género qualquer, para mim, os livros são um vício. Porém, deixei de comprar Literatura (sobretudo prosa) porque, com muita pena minha, não consigo tempo de lazer para a ler. As obras que tenho por abrir são inúmeras. Além daquele romance, tenho mais uns quantos a aguardar a vez, na minha mesa-de-cabeceira e fora dela. Antigamente, lia muito nas férias, nos fins-de-semana e nos feriados. Agora, até nesses dias, tenho trabalhos para fazer. Na véspera do 25 de Abril, dei comigo a explicar a uma amiga que os feriados são dias como os outros porque o trabalho que tenho para fazer tem de aparecer feito. Portanto, ia trabalhar nesse dia, mesmo não indo para o trabalho, o que me acontece com frequência. Tirando a leitura diária de jornais e revistas, por lazer, leio, por prazer, cada vez menos, mesmo acordando cedo e deitando-me tarde. As oportunidades para ler um romance vão rareando. No entanto, sinto saudades de entrar no mundo ficcional, deixando a minha realidade por algumas horas.

Abriu um romance é uma ocasião para me introduzir na vida de outros, nos seus pensamentos mais íntimos, nos seus sentimentos mais inefáveis, nas suas alegrias mais intensas e nas suas tristezas mais infelizes. É uma experiência única para conhecer, com verdade e profundidade, o ser humano. Sempre gostei de Literatura, mesmo não apreciando tudo o que li. A *EXPLICAÇÃO DOS PÁSSAROS* suscita-me sensações contraditórias. Como vou mais ou menos a meio do livro, ando a querer compreender o âmago da narrativa: desde o estranho título à complexidade discursiva, em que vários planos, e vozes, se cruzam. Recordar o passado é assim mesmo; misturamos tudo e um detalhe leva-nos a outro. A figura do pai da personagem masculina principal parece-me central. A infância marca esta personagem dilacerada, só, incompreendida, angustiada, após dois casamentos desfeitos. Portanto, pode parecer confuso passar da doença da mãe, para a vida com a primeira mulher, desta, imediatamente para a infância e acabar com a ligação à segunda mulher ou a relação com o pai. As



recordações surgem misturadas. Apesar de se tornar complexo porque a leitura não é contínua, sofrendo com várias paragens, vou entendendo o sofrimento interior daquele homem que se distanciou de todos. Também já compreendi o porquê do título. Como, julgo eu, a semana santa, a narrativa desenrola-se (enrolando-se) em quatro dias: quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingo. Quem “fala” no texto? Costumo contrariar a ideia generalizada que vou ouvindo: “o texto fala”. No meu entender, um texto “não fala”. É uma entidade silenciosa que retém, cativas, vozes que aguardam a libertação. Um texto não fala, mas há vozes no texto que falam a quem as quiser ouvir. Neste romance de António Lobo Antunes é complicado saber quem está a falar. É um desafio destrinçar os fios discursivos interligados e dar-lhes sentido. Tenho de desatar os nós dos fios (o da infância, o das opções políticas, o do casamento com a primeira mulher, o da carreira, o do segundo casamento, o da família, etc.) que se emaranharam. Ando às voltas para compreender aquele homem que morre dilacerado e na solidão, rodeado de gaivotas.

Enquanto leio, preciso de um lápis para ir assinalando pormenores. É defeito de profissão. A minha edição é a dos 40 anos da RTP (Edição TV Guia Editora) que comprei numa feira do livro, há já uns bons anos. São vários os detalhes linguísticos que vou escrevendo, nas margens. Os sublinhados também se vão multiplicando. Decidi destacar, aqui, uma construção que combina “talvez” com “que”, quando este último elemento me parece completamente desnecessário. Por exemplo, na página 80, ocorre duas vezes, num excerto relativo à reflexão sobre as causas do falhanço do casamento: *“Talvez que fôssemos demasiado jovens, demasiado ingénuos, talvez que o tempo e as mentiras e os erros se não compadeçam da gente, nos não perdoem a mínima falha, o mínimo desvio de cálculo, a mínima desatenção: em que ponto da nossa vida em comum me distraí?”*. Se procurarmos classificar gramaticalmente “que”, ficamos a saber que pode ser pronome interrogativo, pronome relativo, conjunção integrante ou ter outras classificações. Nestas sequências, as ocorrências de “que” não me parecem ter qualquer utilidade, nem pertencer a nenhuma das classes gramaticais associadas a este elemento. Aliás, no quotidiano, tanto na escrita, como no registo oral, abusamos de “que”. Deveríamos, por isso, controlar e reduzir as suas ocorrências. Neste excerto de *EXPLICAÇÃO DOS PÁSSAROS*, não lhes encontro qualquer valor. Portanto, quanto a mim, aquele excerto pode prescindir de “que”, ficando assim a parte que interessa considerar: **Talvez fôssemos demasiado jovens, demasiado ingénuos; talvez o tempo e as mentiras e os erros se não compadeçam da gente.** Comprar livros para amontoar não me interessa. Quero comprar livros para ler, mas é mais fácil comprar do que ler. Passarei pela feira do livro para folhear, ver, saber o que saiu, comprando apenas o que for realmente preciso. Continuarei com a *EXPLICAÇÃO DOS PÁSSAROS* o tempo que for preciso porque quero chegar à última página e à derradeira palavra, antes do ponto final.

68. “lápiz de côr vermelho”

### **lápiz vermelho**

Com a minha colega Naidea Nunes, estive na festa do quarto aniversário da Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos, na Semana da Arte e da Cultura, para falar de Património Linguístico da Madeira, no sentido de, por um lado, compreender a riqueza linguística original da região e, por outro, tentar combater algumas ideias feitas que todos vão repetindo. Gostei muito da sessão em que estive, organizada pela equipa da Biblioteca com a coordenação de Alexandra Marques. Foi abrilhantada com duas representações teatrais (Os 4 Litro e o grupo Sempre Jovem), Lídio Araújo, a Vereadora da Cultura, Dulce Luís, e o Presidente da Câmara, Arlindo Gomes. É raro um presidente ter “tempo” para acontecimentos similares, sobretudo em fim de mandato, optando, normalmente, por se fazer representar, o que, exemplarmente, não foi o caso. O público, heterogéneo, estava deveras interessado no assunto. Fiquei a pensar na importância destas acções locais para as populações, já que permitem a aprendizagem. Enriquecemo-nos, humanamente falando, ao trocarmos ideias. Saí de lá a saber mais. Nesta ida a Câmara de Lobos, compreendi o quanto, injustamente, eu limitava esta localidade aos “bares da poncha”, marcando-a com esse e outros rótulos. Já tinha visitado o renovado centro totalmente modernizado e assistido à projecção de filmes alternativos, numa ampla sala do centro, mas não conhecia muito mais da cidade. Para mim, a Biblioteca Municipal foi uma revelação.

No fim, depois de se terem cantado os parabéns à Biblioteca, que mereceu a festa, fui numa visita guiada para a conhecer. O edifício é amplo e arejado. Tem boa iluminação natural e vistas deslumbrantes, mar adentro. A bibliografia exposta é variada. As estantes estão bem compostas, havendo espaço para aumentar a divulgação de publicações. As confortáveis salas de leitura, a belíssima secção infantil, a parte reservada aos vídeos e todos os outros recantos deixaram-me uma excelente impressão. Encantou-me a ideia da caixa do “dar e receber”, em que as crianças podem colocar uma coisa (pósteres, livros, etc.) e trocar por outra que esteja lá depositada. Satisfiz-me ouvir que este intercâmbio também está aberto aos miúdos que não têm muito mais para dar do que um resumo de um livro. Agradou-me saber que os empréstimos funcionam muito bem, educando para a partilha. O público leva e, depois, traz para levar outra vez. Senti que todos os dinheiros públicos colocados nesta instalação cultural foram muito bem gastos. Eu cresci com uma biblioteca municipal apoiada

pela Fundação Calouste Gulbenkian. Ainda hoje, para mim, é de boa memória o seu bibliotecário, o Senhor Hipólito. Os funcionários da Biblioteca Municipal causarão, por certo, a mesma impressão nos frequentadores miúdos e graúdos. As prendas que os jovens vencedores do concurso “Mascote para a Bedeteca” receberam poderão marcar-lhes a vida, incentivando-os ao estudo. Quem sabe? São os pequenos gestos que contribuem para influenciar os rumos das nossas vidas.

Também fui presenteada com livros, que folheei quando cheguei a casa. Um deles, da autoria de José-Luís Ferreira, é uma magnífica edição bilingue (Português – Espanhol) dedicada à artista plástica Luz Henriques e intitulada *SINERGIAS DO CORPO E DA ALMA*. Reproduz obras da artista que, pela minha visão de leiga na matéria, consegue ter uma marca pessoal. Depois de observar as múltiplas reproduções, creio poder, a partir de agora, identificar um quadro de Luz Henriques, especialmente aqueles onde um (o mesmo multiplicado) corpo feminino minúsculo reclinado sobre si próprio se projecta em trajetórias vertiginosas. No “escrito autobiográfico”, descobri o percurso desta artista originária de Câmara de Lobos. Haveria vários detalhes linguísticos a destacar, mas queria deter-me nos registados nesta frase das recordações da infância: “Era muito vaidosa e as freiras não perdoavam esse «pecado», batendo-me nos canhotos sempre que pintava as unhas com lápis de cor vermelho.”. O substantivo “cor” perdeu, há muito, o acento circunflexo. A construção “lápis de cor vermelho” é intrigante. O adjetivo “vermelho” deve qualificar “cor” ou “lápis”? Se for “cor”, tem de vir no feminino (cor vermelha), mas se for “lápis” está bem no masculino. Porém, fará sentido dizer “lápis de cor”? Não seria suficiente “lápis”? Embora haja diversos tipos de lápis, quanto a mim seria amplamente suficiente, em particular com a qualificação do adjetivo (**lápis vermelho**). Poderia alongar a reflexão. Julgo, contudo, que a inserção de “cor” se deverá à realização usual na região para os “lápis de cor”: “as cores”. A propósito de realizações regionais, na frase que destaquei, houve uma palavra que me causou estranheza. O que são os “canhotos”? Serão os dedos? Serão as mãos? Se fossem, por que razão não o dizer simplesmente. Devem ser os ossos que sobressaem quando fechamos as mãos. Fui procurar em alguns dicionários. Não encontrei nada que se adequasse. Prolonguei a consulta por alguns vocabulários madeirenses. Abel Marques Caldeira regista “canhotos” com a definição “Falanges dos dedos das mãos.”. É muito provável que o termo possa ser um regionalismo. É, todavia, indispensável confirmá-lo para dissipar qualquer dúvida. Onde menos se espera, encontra-se motivo para reflexão. Fui falar de regionalismos e acabei com mais hipóteses de estudo sobre o tema. No quarto aniversário da Biblioteca Municipal de Câmara de Lobos, recebi um belo presente. Dei pouco e recebi muito. As surpresas da vida assemelham-se às de uma caixa de presentes.

69. "tenha ganho"

### tenha ganhado

Vi diversos jogos Porto-Benfica e um deles deixou-me um sabor amargo na boca. Estava à espera de um jogo dinâmico e civilizado. Assim aconteceu. Pelo que vi, embora perceba pouco de futebol, os jogadores dos dois lados estiveram concentrados, querendo ganhar a todo o custo. Parece que a vida se resume a perder ou ganhar. Quanto a mim, o justo teria sido um empate, mas, nos últimos minutos da partida, o Porto conseguiu marcar o segundo golo. A sorte de uns é mesmo o azar dos outros! A derrota deve ser frustrante para os jogadores do Benfica, que passaram quase todo aquele campeonato em primeiro lugar. Para toda a equipa benfiquista, gerir um resultado semelhante, que, de repente, anula meses de trabalho e de desgaste, não deve ser nada fácil. É certo que nada está decidido porque "até ao lavar dos cestos é vindima". Todavia, o que parecia improvável pode vir a acontecer. O futebol, ou melhor, o desporto em geral, é uma lição de vida.

Quantas vezes não lutamos para atingir determinada meta ou um objectivo específico e, quase a conseguir chegar lá, tudo falha? Quantas vezes vemos os outros alcançarem o que pretendíamos, sentido que houve injustiças pelo meio? Quantas vezes não ficamos sem forças, depois de termos dado tudo o que tínhamos (e não tínhamos), por não atingirmos aquilo que desejávamos e para que tínhamos intensamente trabalhado? Estou convencida que são estes momentos de fraqueza, se os soubermos aproveitar, que nos formam como pessoas porque nos dão a humildade suficiente para recomençar, tendo consciência das debilidades próprias e das imperfeições que vamos encontrando em nós e nos outros. Saber gerir a frustração e aceitar a derrota são as armas para a vitória. Poderá demorar a chegar, mas, de um ou outro modo, chegará. É viável fazer prognósticos, embora não devêssemos contar com o êxito antes de o alcançar. É certo que, às vezes, pensar no sucesso dá ânimo e energia. Porém, se, por qualquer motivo, não for viável alcançar o primeiro lugar, será, quanto a mim, mais duro gerir a frustração. Já todos diziam (ou pensavam) que, nesta temporada, o Benfica iria ser campeão. Neste momento, o panorama não é favorável.

No *Primeiro Caderno* do *EXPRESSO* (edição de 04-05-2013, p. 36), li o texto assinado pelas iniciais B.R. e intitulado "Limpinho ou sujinho, o fato de gala está pronto". A crónica (mais do que notícia ou reportagem) está escrita num tom bastante leve. Tendendo para a vitória do Benfica, revela, no entanto, que tudo está em aberto no

fim do campeonato porque os últimos jogos (os resultados) são decisivos. O próprio treinador do Porto estaria convencido que o Benfica iria ganhar (“sujinho, sujinho”), enquanto para o adversário seria “limpinho, limpinho”. Pelas palavras dele, depois do jogo que vi, a sua ideia terá mudado, voltando a acreditar que o Porto poderá vencer, como se renascesse a esperança. Em caixa, na síntese intitulada “AS CONTAS DA LIGA” e condensada em três tópicos, B.R. coloca vários cenários para o fim deste campeonato. Nos dois primeiros, com a forma verbal “é”, as hipóteses são favoráveis ao Benfica, mas com “ses” pelo meio: “se ganhar, em casa, ao Estoril”, “se o FC Porto perder com o Nacional”, “se ganhar ou empatar no Dragão”, “se perder, ‘basta’ ganhar ao Moreirense”. Por entre estas hipóteses todas, destaco uma enunciada com “caso” em vez de “se”. Está escrito: “O Benfica é campeão na 29ª jornada caso tenha ganho ao Estoril e se (...)”. Creio já ter dedicado uma crónica ao particípio passado regular em tempos compostos com os auxiliares “ter” e “haver”. Nunca é demasiado sublinhar que, nos verbos conhecidos como “abundantes”, por terem dois particípios passados, as duas formas (“ganho” e “ganhado”) empregam-se em contextos diferentes. Portanto, na construção “tenha ganho”, o particípio passado deveria ser o regular “ganhado” (**tenha ganhado**). É evidente que o uso linguístico está a complicar e o que está certo parece errado, mas “ganhado” é a forma recomendada. Contudo, o que me chama a atenção, nesta ocorrência, nem é o particípio passado, mas o tempo composto do conjuntivo (o pretérito perfeito do conjuntivo). Não teria sido mais fácil empregar a forma simples do presente do conjuntivo e dizer “caso ganhe”? Teria, mas o presente do conjuntivo não expressaria a ideia do jogo já ter começado, aquando da escrita da crónica futebolística, faltando apenas saber o resultado. É esta a impressão com que fico. Os tempos verbais compostos são pouco estudados no ensino, mas são extremamente úteis para evidenciar aspectos de uma determinada acção verbal relativamente a outras.

Por todas aquelas hipóteses muito favoráveis ao Benfica, o autor tem, provavelmente, uma costela benfiquista. O último tópico é dedicado ao Porto, apresentando-se como uma façanha impossível: “terá de ganhar os três jogos” e “esperar que os ‘rivals’ empatem outra partida”. Com tantas hipóteses, tudo está em aberto e nenhuma das equipas sabe qual sairá vitoriosa, embora ambas sonhem ganhar. Resta aguardar pela concretização dos últimos jogos para saber quem irá ser o campeão. Por mim, o Benfica merece o título. Quem “torcer” pelo adversário, dirá o mesmo relativamente ao Porto. Então, que ganhe o melhor de toda a época! Aceitar a vitória ou a derrota é sinal de sabedoria. O desporto – o futebol e todas as outras modalidades profissionais ou amadoras – é mesmo uma lição de vida. Perder ou ganhar são meras etapas do percurso. Para o ano, haverá outro campeonato.

70. "Talvez fosse a Madeira ou o Porto Santo?"

### **Seria a Madeira ou o Porto Santo?**

Neste momento, creio conhecer praticamente todos os museus regionais da Região Autónoma da Madeira, tanto os que estão situados no Funchal (a grande maioria), como os dos diversos pontos do arquipélago. Alguns deles, já os visitei mais do que uma vez. Com frequência, estas "repetições" ocorreram no Dia Internacional dos Museus, quase sempre celebrado com múltiplas actividades. Contando bem, verifico que me faltam uns dois ou três, que estavam encerrados, quando os tentei conhecer, e umas quantas exposições permanentes. Por exemplo, se não me engano, no Centro Cívico de Santa Maria Maior, está patente uma sobre o linho que me interessava ver. Há umas semanas, passei uma tarde no MADEIRA STORY CENTER – um museu bem no centro da cidade do Funchal. Desde a sua abertura, ainda não tivera a ocasião de lá entrar e aproveitei uma tarde livre para o efeito. Por ser privado, este não figura nos roteiros das visitas gratuitas do Dia Internacional dos Museus. Contudo, no meu entender, vale a pena passar por lá e o dinheiro do bilhete é bem aplicado. A ideia de contar a história do Arquipélago da Madeira revela-se interessante, sendo este género de museu enriquecedor para crianças e adultos. Lembro-me de ter entrado num semelhante, na cidade de Québec, no Canadá, onde também tive direito a uma tarde bem passada. Apreendi muito sobre os esforços dos primeiros habitantes daquele território, extremamente inóspito no Inverno. Vencendo a natureza, o ser humano habituou-se a ultrapassar os vários graus negativos e as altas camadas de neve. Por vezes, está tão frio no exterior citadino que a população se desloca em subterrâneos construídos para o efeito. Como autênticas ruas debaixo de terra, ligam diversos pontos estratégicos da urbe num labirinto de vias.

No museu da história madeirense, tudo começa num terraço – com diversas plantas nativas – de onde se avista o mar. Há cartazes explicativos e um vídeo. Descendo para o piso do museu em si, nas paredes da escadaria, figuram fotografias antigas do arquipélago e esboços da concepção arquitectónica do próprio edifício. O patamar da exposição permanente é vasto e segue o fio do tempo. Principia com a Antiguidade Clássica e a ideia que se teria da existência do arquipélago naquela altura. Percorrem-se os múltiplos períodos históricos com os aspectos mais relevantes e caracterizadores da região: o povoamento, a cana-de-açúcar, os corsários, o comércio, os turistas, o vinho madeira, os transportes, as iguarias, entre outras especificidades. A viagem

pelo tempo e pela história termina com uma breve referência ao Porto Santo. Voltando ao princípio, para interiorizar o que ficou visto, um vídeo faculta-me uma explicação sobre a origem do arquipélago e, ao longo do percurso, há legendas e informações escritas para os diversos cenários históricos recriados. Sabe-se que, antes de ser avisado pelos navegadores portugueses, o Arquipélago da Madeira já era conhecido por alguns povos. Fui relendo as placas explicativas e fotografei uma com um telemóvel por, linguisticamente, merecer uma observação. Haveria mais a comentar, mas escolhi esta por conter detalhes que me fazem pensar na História e na Língua Portuguesa.

Depois do título “SABIA?”, está escrito: “*Que em 1147 um grupo de fugitivos de Lisboa desembarcou numa ilha habitada por gado.*”. A mim, não me faz sentido começar a frase por “Que” porque esta conjunção integrante não pode vir após um ponto de interrogação. É necessário escolher: ou o ponto de interrogação ou “que”. Juntos, nesta sequência, não são compatíveis. Inserindo vírgulas na referência temporal e aspas em “habita” (É estranho pensar que o gado “habita” uma ilha...), uma possibilidade para a reescrita, que anularia a separação entre TÍTULO e TEXTO, seria: **Sabia que, em 1147, um grupo de fugitivos de Lisboa desembarcou numa ilha “habitada” por gado?** e uma outra (a que se esperaria, já que a fórmula inicial – “Sabia?” – se vai repetindo em mais cenários do museu) teria de ser: **Sabia? Em 1147, um grupo de fugitivos de Lisboa desembarcou numa ilha “habitada” por gado.** Porém, nenhum destes detalhes consigo, no meu entender, superar o que figura mais abaixo e está, de novo, relacionado com um ponto de interrogação: “*Talvez fosse a Madeira ou o Porto Santo?*”. O ponto de interrogação não combina, aqui, com o advérbio “talvez”. Este introduz uma incerteza em género de resposta que não é compatível com a interrogação que coloca uma dúvida. Portanto, é indispensável escolher, havendo diversas soluções para resolver a “impossibilidade linguística” (ou pergunta ou resposta). Podemos considerar as seguintes soluções: a) **Talvez fosse a Madeira ou o Porto Santo.** e b) **Seria a Madeira ou o Porto Santo?** porque a) é uma resposta, mesmo se não passa de uma hipótese com elevada incerteza, enquanto b) coloca uma hipótese através da dúvida interrogativa.

Passados tantos séculos, ninguém sabe como foi. Interpretar os vestígios arqueológicos (provas não escritas) e as fontes históricas (provas escritas) é uma grande ajuda para compreender o passado. Colocar hipóteses (através do advérbio “talvez”, de interrogações ou de outro modo) não nos deixará com certezas, mas põe-nos a pensar. Em parte, é para isso que serve um museu: deixar os visitantes a reflectir. Um museu mostra, normalmente, o passado e permite, a quem o visita no presente, compreendê-lo, o que equivalerá a uma “dose redobrada” de lições de História. Portanto, um museu nunca está completamente visto, sendo conveniente revisitá-lo. Todavia, seria bom os seus responsáveis irem restaurando e melhorando o espólio, incluindo as legendas e os textos explicativos. Ficávamos todos a ganhar.



## 71. "O Sol ninguém nos tira"

**O sol, ninguém no-lo tira!**

Quando ensinamos a nossa língua materna, admiramo-nos por poucos alunos saberem usar, devidamente, os pronomes pessoais. Porém, o que nos deveria espantar é haver muitos adultos que não o saibam fazer e, além disso, manifestarem pouca propensão para aprender. Todos (mesmo se uns mais e outros menos) temos dificuldades com este aspecto gramatical. Por vezes, parece-me que as pessoas fazem questão de escrever como falam, não tendo cuidado com nenhum dos dois registos. Não nos preocupamos com o que dizemos ou com a forma como o fazemos. Debitamos palavras sem as pensarmos ou escolhermos. Tornamo-nos rápidos e fluentes, mesmo se o nosso discurso deixa de ter sentido. Não dominamos a nossa língua, nem nos damos conta das incongruências que vamos expressando. Este processo repercute-se na escrita. Escrevemos sem reflectirmos se um determinado termo é melhor que outro, evitando repetições, controlando os tempos verbais ou as pessoas gramaticais. A noção de gramática que muitos adultos têm é a de um livro, sem grande interesse, que se consulta na escola. Os jovens estudantes, pela minha observação, conhecem apenas as "gramáticas" que constam dos manuais escolares, frequentemente em anexo e com menos de uma dezena de páginas. Nunca consultaram uma "verdadeira" gramática, nem sabem que existem várias. As pessoas abrem dicionários, mas raramente uma gramática. Porquê? O gesto seria uma ajuda preciosa para tirar muitas dúvidas, incluindo quanto ao uso dos pronomes pessoais.

Vem isto a propósito da campanha publicitária do Modelo-Continente intitulada "O Sol ninguém nos tira". Reencontrei-a, nestes dias, por todo o lado. No próprio catálogo do grupo empresarial que, com ela, pretende promover (para vender) artigos destinados ao ar livre e ligados ao clima quente, aquela frase aparece logo na capa, abaixo de "Ar livre". No meu entender, no que diz respeito à forma, não é natural dizer: "O Sol ninguém nos tira". Quanto ao conteúdo, está claramente relacionada com a situação de crise, a austeridade e a recessão. Os políticos (os membros do Governo, apoiados na maioria parlamentar e com a chancela do Presidente da República) podem cortar-nos os salários, reduzir-nos os benefícios fiscais, aumentar continuamente os impostos, inventar taxas e sobretaxas, provocar a falência de inúmeras pequenas e médias empresas, fazendo crescer – para máximos impensáveis – o desemprego. Podem tirar-nos a dignidade porque, económica e financeiramente, sem trabalho não



há dinheiro e, sem este, na nossa sociedade, é complexo sobreviver, quanto mais viver. Porém, apesar de poderem fazer isso (e muito mais), não nos privarão de sol e ar puro. Para praticamente tudo (lavar-se, vestir-se, comer, deslocar-se, distrair-se), precisamos de moedas ou notas, cartões ou cheques (Com cobertura, claro!). Portanto, algumas das poucas coisas que ainda vão sendo gratuitas são o ar que respiramos (embora vital, não é suficiente para a sobrevivência) e o bom tempo que vamos tendo a nível nacional e regional, mesmo se a Primavera anda fria.

Analisando aquela frase a nível sintáctico, é fácil concluir que “O sol” (O substantivo não precisa de maiúscula por ser marcadamente comum.) é o complemento (de objecto) directo de “tirar” (Ninguém tira o quê? Ninguém tira o sol.). O complemento (de objecto) indirecto é “nos” (Ninguém tira o sol a quem? Ninguém nos tira o sol.). O sujeito é, evidentemente, “ninguém”. Numa frase em que os dois complementos ocorrem, dizemos que o verbo é bitransitivo ou transitivo directo e indirecto, sendo, aqui, o caso de “tirar”. A posição regular dos complementos é após o predicado a que se ligam, isto é, têm de ser colocados à direita. Se os quisermos antepor, colocando-os à esquerda, terão de ser repetidos, posteriormente, com os pronomes adequados. Por exemplo, naquela frase, começando-a com “o sol” é, penso eu, obrigatório colocar uma vírgula a seguir e, depois, usar o pronome “o”. Associando-se os dois pronomes, torna-se indispensável fazer ajustes fonéticos. Assim, quanto a mim, a frase deveria ser: **O sol, ninguém no-lo tira!**, com um ponto de exclamação a marcar a ênfase. Se não se antecipasse o complemento directo, a frase seria mais comum (**Ninguém nos tira o sol!**) e os dois pronomes deixariam de vir seguidos (**nos + o = no-lo**). Bem nos podemos admirar de os jovens não saberem empregar os pronomes com a função de complemento... Aprender a falar e a escrever, ou estudar gramática, são actividades que não exigem dinheiro. Qualquer biblioteca tem livros muito úteis que nos podem ajudar a compreender como funciona a nossa língua, que, visivelmente, desconhecemos. Só precisamos de tempo. Este vale dinheiro, ocupemo-lo bem, mesmo aproveitando o ar livre e o sol. Alimentando a alma e o espírito, havemos de encontrar soluções para nutrir o corpo. Não desesperemos!

# 5livros.pt

É uma plataforma *on line*  
da Mário Brito Publicações



MÁRIO BRITO  
PUBLICAÇÕES

Rua da Boavista, 719, 1º T  
4050-110 Porto  
Telefone 22 203 81 45  
Telemóvel 91 94 55 444  
[info@mariobrito.pt](mailto:info@mariobrito.pt)  
[www.mariobrito.pt](http://www.mariobrito.pt)

